



RELATÓRIO DE **GESTÃO E ATIVIDADES** 2023

República Federativa do Brasil

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA

Ministro

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

Diretora Presidente

ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO

Diretora

FILIPPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA

Diretor

MAURÍCIO ABJAODI L. VASCONCELOS

Diretor

NAZARENO MARQUES DE ARAUJO

Diretor

Endereço: Setor Policial, Área 5, Quadra 3,
Blocos "B", "L", "M", "N", "O" e "T"
Brasília-DF - CEP: 70610-200
web : www.gov.br/ana

CHEFES DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

CLAUDIA DE ARAUJO G. KATTAR

Chefe de Gabinete da Diretora-Presidente

NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO

Secretário-Geral

ELIOMAR WESLEY AYRES DA F. RIOS

Auditor-Chefe

RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE

Ouvidor-Geral

IVJA NEVES RABELO MACHADO

Corregedora-Geral

LUÍS CARLOS MARTINS ALVES JÚNIOR

Procurador-Geral

ANA PAULA FIOREZE

Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos

CÍNTIA LEAL MARINHO DE ARAÚJO

Superintendente de Regulação de Saneamento Básico

FLÁVIA CARNEIRO DA CUNHA OLIVEIRA

Superintendente de Planos, Programas e Projetos

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao SINGREH e às Agências Infranacionais de Regulação do Saneamento Básico Hídricos

JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO

Superintendente de Operações e Eventos Críticos

LUIS ANDRÉ MUNIZ

Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

MARCELO JORGE MEDEIROS

Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica

MARCO JOSÉ MELO NEVES

Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos

RAFAEL CUNHA ALVES MOREIRA

Superintendente de Tecnologia da Informação

ROBERTO BRUNO MOREIRA REBOUÇAS

Superintendente de Regulação de Serviços Hídricos e Segurança de Barragens

VIVIANE DOS SANTOS BRANDÃO

Superintendente de Fiscalização

ADRIANA CHRISTINA P. RODRIGUES

Assessora Especial de Governança

GISELA DAMM FORATTINI

Assessora Especial Internacional

GUSTAVO CUNHA GARCIA

Assessor Especial de Qualidade Regulatória

TATHIANA NOLETO MELO

Assessora Especial de Assuntos Parlamentares

WHALLES ZARUR SANTOS DE SOUZA

Assessor Especial de Comunicação Social



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

ADRIANA CHRISTINA PINTO RODRIGUES

Assessora Especial de Governança - ASGOV

RÔMULO ADAN SILVA SANTOS

Coordenador de Gestão da Inovação e de Serviços
COINV

CLÁUDIA FERNANDA DAS NEVES OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão Orçamentária - COGEO

FRANCISCO DE ASSIS SOBRAL

Contador - COGEO

RAYSSA PARENTE ECHEBARRIA

Consultora de Governança - ASGOV

EDUARDO GALVÃO CAVALHEIRO

Estagiário - ASGOV

CAMILA RODRIGUES DE LIMA

Assistente - ASGOV

DANIELLE CÉZAR DE MELLO ROCHA

Assistente - ASGOV

ORLANDO FIGUEIREDO FILHO

Coordenador de Gestão Estratégica, Riscos e
Apoio à Governança - CEGOV

GABRIELA CRISTINA DOS SANTOS G. SOARES

Técnica Administrativa - COGEO

TATIANE DA SILVA ALEMAR

Assistente - ASGOV

GABRIEL ALENCAR BARBOSA

Consultor de Governança - ASGOV

MÁRCIO HENRIQUE DE SOUSA COSTA

Estagiário - ASGOV

JULLIANA HOLANDA BARBOSA

Assistente - ASGOV

Sumário

MENSAGEM DA DIREC	<u>6</u>
APRESENTAÇÃO	<u>8</u>
SUMÁRIO EXECUTIVO	<u>9</u>
CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	<u>21</u>
REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	<u>24</u>
ORGANOGRAMA DA ANA	<u>25</u>
CADEIA DE VALOR	<u>27</u>
MODELO DE GOVERNANÇA	<u>28</u>
CAPÍTULO 2 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO DA ANA	<u>39</u>
MAPA ESTRATÉGICO	<u>41</u>
CAPÍTULO 3 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	<u>93</u>
CAPÍTULO 4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	<u>109</u>
ANEXOS - RESULTADOS: INDICADORES E METAS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<u>135</u>

Mensagem da DIREC

A atuação descentralizada e em parceria com as Unidades da Federação é um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e a ANA, desde sua criação, em 2000, tem trabalhado para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e para a segurança hídrica em nosso país.

Além da implementação da PNRH (Lei nº 9.433/1997), a ANA recebeu novas atribuições legais com a aprovação da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010) e, mais recentemente, por meio do novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

O Pacto pela Governança da Água, implementado pela Agência em parceria com os Estados e Distrito Federal, reafirma o compromisso de atuação descentralizada, integrada e compartilhada entre as unidades federativas e a ANA na gestão das águas brasileiras. Após a formalização da adesão ao Pacto, foram celebrados acordos específicos, a critério de cada unidade da Federação, a partir de suas prioridades e peculiaridades regionais e locais, garantindo transparência e o alcance dos resultados e metas pactuados.

Nesse ambiente de cooperação federativa demos continuidade à implementação do Programa PROGESTÃO, esforço conjunto da Agência e os Estados e Distrito Federal na pactuação de metas voltadas à construção de estratégias e agendas de interesses comuns, tanto da ANA como dos estados. Promove o fortalecimento de capacidades institucionais e a redução da assimetria entre os entes responsáveis pela política de recursos hídricos no país, além de propiciar um relacionamento mais colaborativo e participativo.

Destacamos também em 2023, a ampliação do Monitor de Secas e do Qualiágua para todo o território nacional. O primeiro é um processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca no Brasil, cujos resultados consolidados são divulgados por meio de um mapa, atualizado, mensalmente, com informações indicando a evolução da seca na região. Com o Qualiágua, Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água, buscamos contribuir para a gestão e regulação dos usos dos recursos hídricos, através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade e promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA.

A publicação, Boletim Painel El Niño, resultado de ação conjunta entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, com o objetivo de apresentar o monitoramento e previsões sobre o fenômeno em 2023, bem como informar sobre seus possíveis impactos, é disponibilizada mensalmente com as informações mais atualizadas acerca do fenômeno para apoiar os órgãos federais e estaduais na tomada de decisões.

Na seara da regulação de usos de recursos hídricos e na instituição de normas de referência para o setor de saneamento, a ANA aperfeiçoou os instrumentos de ação regulatória com a frequente interação com os setores e com a sociedade na busca da melhor alternativa para segurança jurídica e atração de investimentos para a universalização dos serviços de saneamento básico.

Em 2023 foi editada a Norma de Referência nº 3 que dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos para os contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Também foram realizadas seis consultas públicas e elaborados seis relatórios de impacto regulatório, fases que antecedem a edição das normas de referência para o setor de saneamento.

A Resolução nº 132, de 2022, que estabelece as condições de operação dos reservatórios das hidrelétricas de Jurumirim (SP), Chavantes (PR/SP) e Capivara (PR/SP), integrantes do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema (PR/SP), também foi destaque em 2023 com o prêmio Selo Ouro de Boas Práticas Regulatórias, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Há que ressaltar que sempre que houver incerteza acerca das variáveis hidroclimatológicas, teremos um fator de risco nas decisões de investimento e produção, que refletem na economia e vida das pessoas.

Os resultados ora apresentados são fruto de um trabalho de excelência de todo o corpo técnico e dos gestores da Agência, entregando valor à sociedade, promovendo diálogo entre os atores envolvidos, e fortalecendo o sistema de recursos hídricos, apesar do contingenciamento orçamentário da ordem de R\$ 39 milhões que impactou a continuidade da operação da Rede Hidrometeorológica Nacional, dentre outros estudos e ações da ANA em curso.

O papel da Agência torna-se cada vez mais fundamental na produção de dados e informações de qualidade, especialmente, considerando os cenários de mudanças do clima, que apontam para comportamentos hidrológicos futuros mais variáveis e de previsão mais difícil com base em dados e padrões do passado.

Com o propósito de continuarmos dando nossa contribuição para a segurança hídrica do país e para a universalização dos serviços de saneamento, em nome da Diretoria Colegiada da ANA, apresento o Relatório de Gestão e Atividades - 2023, reconhecendo a responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) das informações prestadas com transparência aos órgãos de controle e perante a sociedade brasileira.

Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretora-Presidente

Apresentação

A ANA apresenta o seu Relatório de Gestão e Atividades, referente ao ano de 2023, ao país, proporcionando visibilidade às principais realizações e aos desafios enfrentados por esta Agência ao longo do exercício. O presente Relatório está estruturado da seguinte forma:

Sumário Executivo;

Capítulo I – Visão Geral organizacional e ambiente externo;

Capítulo II – Governança, Estratégia e Desempenho da ANA;

Capítulo III – Riscos, Oportunidades e Perspectivas;

Capítulo IV – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis;

Anexos – Resultados: Metas Estratégicas por Objetivo Estratégico.

Sumário Executivo

O sumário executivo apresenta os principais números da Agência em 2023 referentes a resultados, entregas e ações associados à estratégia.



Pacto pela Governança da Água

Instituído por meio da Resolução ANA nº 153, de 26 de abril de 2023;

Adesão dos **26** Estados e do Distrito Federal. Realização de oficinas de pactuação dos planos de ação com **21** Unidades da Federação.

<https://bit.ly/3ZOrIm0>



Fortalecimento do SINGREH

- Oferta de mais de 120 ações de capacitação, com 25 mil capacitados, nos temas dos recursos hídricos, saneamento e segurança de barragens;
- Ao nível da pós-graduação, os dois mestrados profissionais, um voltado à formação de educadores (ProfCiamb) e outro para gestores em recursos hídricos (ProfÁgua), formaram mais de 1.200 novos mestres;
- Também foi concluído o programa Pró-Recursos Hídricos, que apoiou 12 projetos de pesquisa e a formação de 116 mestres e doutores em gestão e regulação de recursos hídricos;

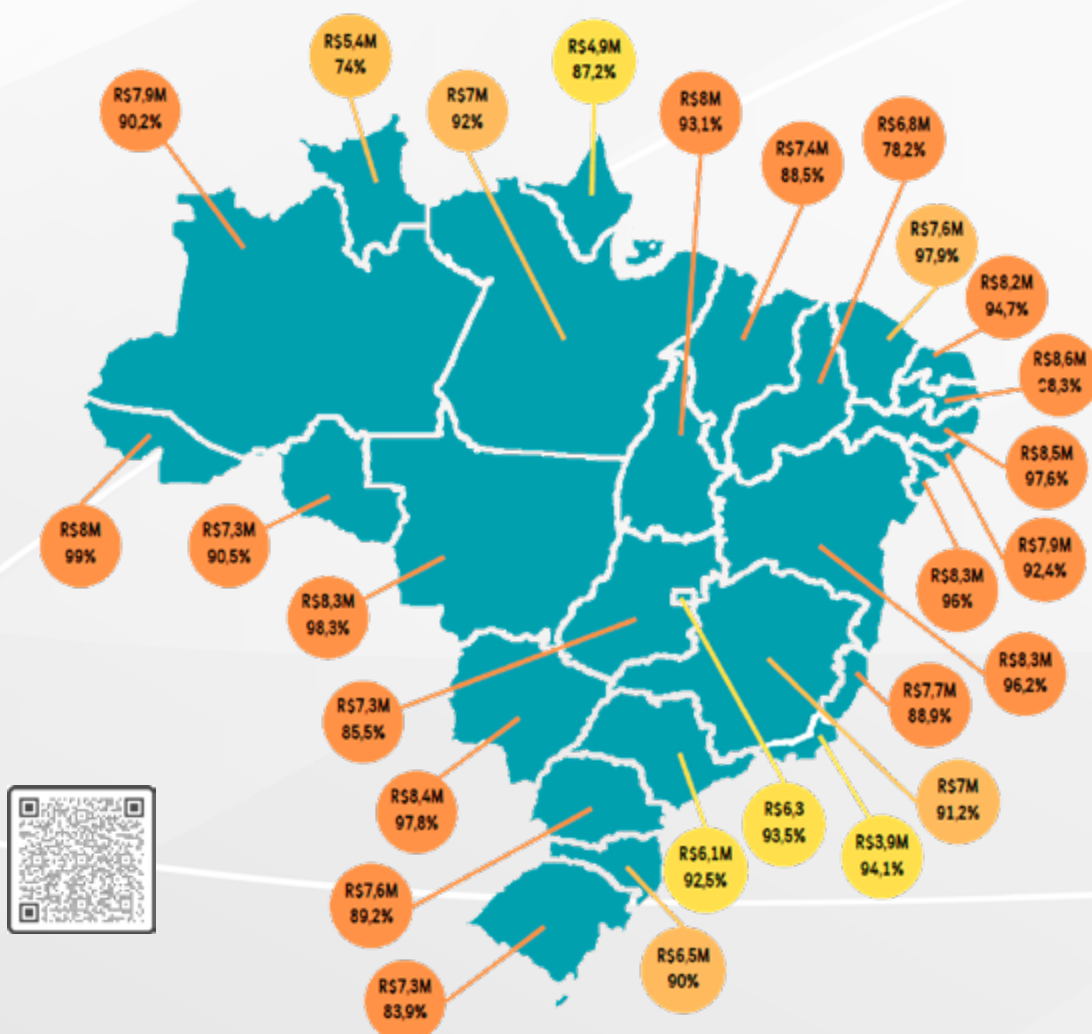
Sumário Executivo



PROGESTÃO - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

Adesão de **18** estados ao 3º ciclo do Progestão, programa de fortalecimento da atuação da União e dos Estados e o Distrito Federal na gestão dos recursos hídricos;

Em 2023, no âmbito do 2º ciclo do Progestão, foram transferidos aos estados **R\$ 15 milhões**.



Relatório
anual da SAS



- UFs com 10 anos de implementação do Progestão
- UFs com 9 anos de implementação do Progestão
- UFs com 8 anos de implementação do Progestão

No mapa podemos ver o total de recursos repassados aos estados e suas performances no Progestão.

Sumário Executivo



Resultados da Regulação de Usos

3.559 atos referentes à regularização de usos de recursos hídricos, sendo desse total **8** Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH).



QUALIÁGUA – Programa de Estímulo à Geração e Divulgação de Dados e Informações sobre a Qualidade das Águas

- Publicação da Resolução ANA nº 159, de 29 de junho de 2023, que cria a segunda fase do Programa de Estímulo à Geração e Divulgação de Dados e Informações sobre a Qualidade das Águas – Qualiágua;
- Publicação da Instrução Normativa nº 3, de 8 de novembro de 2023, que aprova o Manual Operativo do Qualiágua – Fase II;
- Adesão dos **26** estados e do **DF** à Fase II do Programa Qualiágua;
- No ano de 2023, foram transferidos aos estados **R\$ 3,6 milhões** no âmbito dos contratos de premiação em execução (Fase I do Programa Qualiágua).



Gestão da Rede Hidrometeorológica

- **2833** estações hidrológicas de monitoramento de chuva (pluviométricas) e **1.939** estações hidrológicas de monitoramento das vazões dos rios (fluviométricas), cuja operação é custeada pela ANA;
- **1.745** estações hidrológicas pluviométricas e **2.614** estações hidrológicas fluviométricas operadas por agentes do setor elétrico, por força regulatória da ANA e da ANEEL (Resolução Conjunta ANA e ANEEL nº 127, de 2022);
- **461** estações hidrológicas de monitoramento de níveis e defluências de reservatórios do semiárido, cuja operação é realizada pelos estados, com apoio financeiro da ANA;
- **2.300** estações de qualidade das águas no país, monitoradas no âmbito do Qualiágua.

Sumário Executivo



Plano de Recursos Hídricos

- Conclusão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. O processo de revisão do Plano foi desenvolvido entre 2021 e 2023 com o apoio técnico da ANA, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), da Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (AGERH/ES) e da AGEDOCE, entidade delegatária da bacia. O processo contou com a participação efetiva do CBH-DOCE e dos comitês

das nove bacias hidrográficas afluentes – seis na porção mineira da bacia e quatro na vertente capixaba. O Plano reúne dados atualizados sobre a bacia do rio Doce, identifica áreas críticas e seus problemas; projeta cenários; propõe diretrizes, medidas e ações; aponta prioridades; e detalha as atividades mais urgentes a serem realizadas. Com isso, os comitês de bacia da região passam a contar com uma ferramenta de planejamento robusta, realista e efetiva para a gestão dos recursos hídricos da bacia.

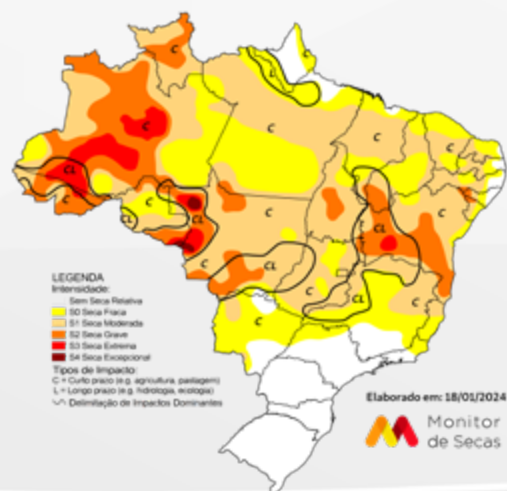


Monitor de Secas

- Passou a cobrir as 27 Unidades da Federação, com a inclusão dos estados do Amapá, Pará e Roraima.

<https://monitordesecas.ana.gov.br/mapa?mes=12&ano=2023>

Monitor de Secas Dezembro/2023



Sumário Executivo



Painel El Niño

- Elaboradas 3 edições do boletim, com o objetivo de apresentar o monitoramento e previsões sobre o fenômeno El Niño em 2023, bem como informar sobre seus possíveis impactos.

<https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/painel-el-nino/el-nino-boletim-mensal>



Eventos Críticos

- Salas de Crise e Salas de Acompanhamento. 80 reuniões realizadas.

As salas são ambientes de articulação e informação para a gestão de eventos hidrológicos críticos e sistemas hídricos no Brasil, instituídas pela Resolução ANA nº 155/2023, de 1º de junho de 2023.

Sala de Crise Nº de Reuniões

Região Norte	7
Região Nordeste	6
Região Sul	14
Madeira	1
Doce	4

Sala de Acompanhamento Nº de Reuniões

São Francisco	12
Tocantins	12
Paranapanema	12
Paraíba do Sul	12

- Elaboração do plano de contingência para enfrentamento dos impactos do El Niño;
- Declaração de situação crítica de escassez quantitativa de recursos hídricos no Rio Madeira.

Sumário Executivo



Resolução de Automonitoramento

- A resolução visa definir os critérios para obrigatoriedade do automonitoramento do uso da água pelos usuários regularizados em corpos de domínio da União;
- Em 2023, foram finalizadas as etapas referentes à:
 - tomada de subsídios com vistas a colher contribuições da sociedade ao processo, a elaboração do Relatório de Análise de Impacto Regulatório, em que foram elencadas 05 alternativas para o enfrentamento do problema regulatório, apresentando os principais impactos negativos e positivos de cada alternativa, ficando em consulta pública de 14/11/2023 a 29/12/2023;
 - Resultados da consulta pública: 98 contribuições de atores externos, e 28 contribuições de servidores da Agência.



Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos

40 multas aplicadas pela ANA:

40 multas simples e nenhuma multa diária.

Do total de multas aplicadas, 1 foi cancelada em procedimento de revisão administrativa, não sendo emitido o boleto de cobrança.

213 Autos de infrações (AIs) emitidos:

170 AIs de advertência;

40 AIs de multa simples; e

03 AI de Embargos (02 definitos e 01 provisório).

Sumário Executivo



Fiscalização de Segurança de Barragens

- Foram aplicadas **17** multas simples e **03** multas diárias, totalizando **20** multas aplicadas pela ANA;
- No âmbito da fiscalização de segurança de barragens foram emitidos 89 Autos de infrações (AIs), sendo **69** AIs de advertência, **17** AIs de multa simples, **03** AIs de multas diárias e nenhum AI de Embargo provisório.



Inspeção de Segurança Regular (ISR)

- Recebidas ISR de **93** Barragens e priorizou a análise de **57** cujas barragens estavam com o Nível de Perigo Global da Barragem – NPGB em Atenção e Alerta.



Declaração Anual de Usos de Recursos Hídricos – DAURH

- Declarações anuais de recurso hídrico (DAURH) = **3.635**, sendo **2849** correspondentes a interferências em rios de domínio da União, dessas, **945** são obrigadas a enviar a DAURH;
- Em 2023, dos **945** foram entregues **645** DAURH obrigatórias, que corresponde a **68,3%** dos obrigados.



DeclaraÁgua

- Para o ano de 2023 os dados do DeclaraÁgua não puderam ser contabilizados em decorrência do ataque cibernético de 27 de setembro de 2023. O restabelecimento do sistema está previsto para o **1º semestre** de 2024.

Sumário Executivo



Denúncias quanto ao uso dos recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico

- Recebidos **523** e-mails de denúncias em 2023. A maioria tratando de reclamação na prestação de serviços de concessionárias de abastecimento público, e respondidas **309**. Através da Ouvidoria, foram recebidas **4** denúncias do SIC-Cidadão/Fala.BR.



Operação de Reservatórios

- Acompanhamento de condicionantes de outorgas: foi verificado o cumprimento das condições de operação e reenchimento de **59** reservatórios de Usinas Hidroelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) e dos sistemas hídricos São Francisco, Tocantins, Paranapanema, Grande e Paraíba do Sul não sendo observadas desconformidades relevantes. Foram emitidas **02** notificações administrativas com vistas a estimular os empreendimentos a regularizem o uso dos recursos hídricos.



Multas Aplicadas

- Emitidos **47** boletos de cobrança por infração das normas de recursos hídricos, totalizando **R\$ 478 mil**, referente a multas simples e diárias;
- A receita realizada oriunda da aplicação de multas por infração às normas de uso de recursos hídricos alcançou **R\$ 16 mil**. O que representa apenas **3,53%** do montante financeiro associado;
- A inscrição em dívida ativa relativa à infração às normas de uso de recursos hídricos alcançou o montante de **R\$ 714.080,00** no período de 2018 a 2023.

Sumário Executivo



Selo Ouro na segunda edição do Selo de Boas Práticas Regulatórias

- Resolução nº 132, de 10 de outubro de 2022, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que estabelece as condições de operação dos reservatórios das hidrelétricas de Jurumirim (SP), Chavantes (PR/SP) e Capivara (PR/SP), integrantes do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema (PR/SP).



Saneamento - Implementação da Agenda Regulatória

- **6** Audiências públicas realizadas;
- **8** Consultas Públicas realizadas;
- **7** Relatórios de Análise de Impacto Regulatório elaborados;
- **5** Tomadas de Subsídios realizadas para elaboração de 4 Normas de Referência;
- **7.978** contribuições recebidas nas etapas de participação social;
- **1** Norma de Referência publicada - Publicação da NR 3/2023 que dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- **1** Instrução Normativa publicada.



Enquadramentos Realizados no Âmbito da PNRH

- Elaboração de proposta de enquadramento dos cursos d'água em classes de qualidade de água, segundo os usos preponderantes para toda a bacia do rio Doce e aprovação do enquadramento no âmbito dos 10 CBHs afluentes e do CBH Doce;
- Conclusão de estudo de enquadramento em Bacia piloto do Alto Cuiabá e na Região Hidrográfica do Paraguai.

Sumário Executivo



Publicações

- Métodos simples para estimar vazões de referência e sua incerteza;
- Diretrizes para Elaboração do Projeto de Instalação de Estações Hidrológicas (Resolução Conjunta ANA e ANEEL nº 127, de 26 de julho de 2022);
- Métodos simples para estimar vazões de referência e sua incerteza – lançado no 25º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (SBRH);
- Resumo Executivo PIRH Doce e Enquadramento 2023-2042;
- Impacto das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Brasil;
- Estudos Hidrogeológicos das Regiões Urbana e Periurbana de Manaus/AM - Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos;
- Plano Integrado de Recursos Hídricos e Enquadramento da Bacia do Rio Doce 2023-2042;
- Relatório sobre a Situação da Qualidade da Água na Bacia Amazônica;
- Relatório de Segurança de Barragens – RSB 2022;
- Aplicação no Brasil da ferramenta de suporte à tomada de decisão relacionada ao ODS 6 (SAPODS) – versão impressa e digital, em português, inglês e espanhol;
- Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - 2023.



Eventos

- 1ª Jornada da Inovação da ANA;
- 5º Seminário Nacional do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua);
- 8ª Edição do Prêmio ANA: as Melhores Ideias para Cuidar das Águas e do Saneamento Básico no Brasil. Contou em 2023 com 618 inscritos;
- Seminário de Hidrologia Espacial;
- IV Seminário das Salas de Situação Estaduais;
- Seminário Nacional para Integração da Regulação de Recursos Hídricos;
- 1o. Fórum Latino-americano da Água;
- Encontro Nacional do Programa Produtor de Água.

Sumário Executivo



Cursos

- XIX Curso Internacional de Medições em Grandes Rios: Técnicas de Medição;
- Curso Produtor de Água: bases conceituais e elaboração de projetos.



Gestão documental da ANA

Documentos Recebidos pelo Protocolo da ANA:

898 **3.678** **4.918**
Papel e-protocolo e-mails

Quantidade de solicitações de reprodução de imagens da ANA:

184	624
Solicitações de reprodução de imagem da ANA	Imagens concedidas para reprodução



Implementação da LGPD na ANA

- Realizados **6** eventos de sensibilização dos integrantes da Agência;
- **9** Servidores capacitados no Curso Data Protection Officer (DPO) Master;
- **1** Incidente de Segurança reportado à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



Orçamento

- R\$ 500,17 mi em dotação orçamentária inicial;
- 75,8% ou R\$ 372,57 mi Despesas discricionárias;
- 24,2% ou R\$ 118,67 mi Despesas obrigatórias;
- 95% de execução orçamentária.

Sumário Executivo



Relacionamento com a Sociedade

- **7** audiências públicas;
- **12** consultas públicas;
- **12** consultas internas;
- **6** tomadas de subsídios;
- Todas as participações sociais promovidas pela ANA estão disponíveis no Sistema de Participação Social da ANA, em: <https://participacao-social.ana.gov.br/>.



Tecnologia da Informação

- **R\$ 39,7 mi** investidos em TIC;
- **R\$ 21 mi** de contratos gerenciados;
- Lançamento do App Águas Mais Brasil - A ferramenta inclui uma série de serviços para usuários(as) de recursos hídricos, como:
 - declaração pelo uso da água;
 - cobrança pelo uso de recursos hídricos;
 - outorgas de direito de uso;
 - Infrações e multas;
 - cadastramento dos usuários(as);
 - pagamento via cartão de crédito ou PIX para débitos relacionados à cobrança pelo uso da água e às sanções relacionadas à utilização dos recursos hídricos.

O acesso ao ÁguasBrasil se dá via login no GOV.BR, sendo que os usos de água vinculados a um determinado CPF são automaticamente identificados, trazendo um controle mais simples e transparente para os(as) usuários(as) de água. No aplicativo também é permitido o acesso, sem necessidade de senha, a dados e informações sobre disponibilidade de água, instituições que cuidam dos recursos hídricos do País, estações hidrometeorológicas, perguntas frequentes e Ouvidoria.



CAPÍTULO 1

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

A Agência

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é uma autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

A atuação da ANA tem caráter descentralizado e compartilhado com estados e a sociedade civil organizada, em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), com sua lei de criação e com as atribuições posteriores, que previram articulação com outros entes e políticas públicas. Isso também acontece pela natureza do recurso que regula e pela previsão constitucional de dois domínios para os recursos hídricos no Brasil: dos estados/DF e da União.

Entre suas principais competências, destacam-se:

- coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH);
- promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) e organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH);
- regular e fiscalizar os usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União;



- regular e fiscalizar os usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União;
- regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e de adução de água bruta;
- regular e fiscalizar as condições de segurança das barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, localizadas em corpos d'água de domínio da União;
- editar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico;
- promover a capacitação de recursos humanos para a gestão e regulação de recursos hídricos e para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.

Nas suas atribuições relativas à harmonização regulatória do setor de saneamento básico cabe a ANA emitir normas de referência para o setor. A observância dessas normas pelas entidades reguladoras infranacionais é condição para acesso aos recursos administrados pela União. Ademais, a ANA deve contribuir para a articulação entre a Política Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Referenciais Estratégicos



MISSÃO

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico.



VISÃO

Ser reconhecida como modelo de gestão e regulação de recursos hídricos e referência para o saneamento básico.



VALORES

Integridade;
Transparência;
Compromisso;
Excelência Técnica;
Cooperação

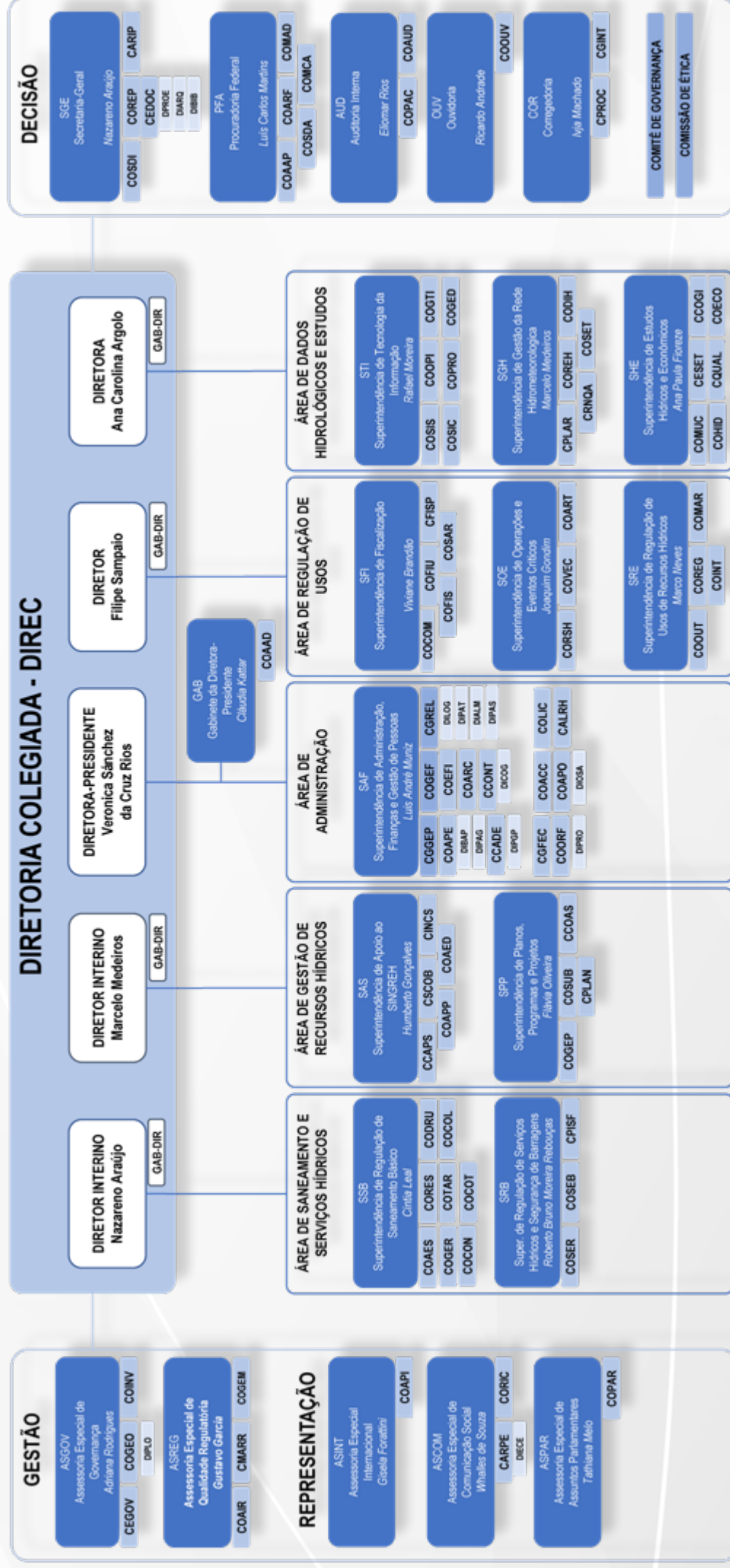


VALORES PÚBLICOS

- 1 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos descentralizado, forte e participativo;
- 2 Ambiente regulatório adequado, seguro e estável, para a promoção da universalização do saneamento básico;
- 3 Barragens de usos múltiplos em condições adequadas de segurança;
- 4 Serviços, dados e informações hidrometeorológicas integrados, confiáveis e acessíveis aos usuários;
- 5 Riscos e impactos de secas e cheias reduzidos;
- 6 Garantia dos usos múltiplos da água.

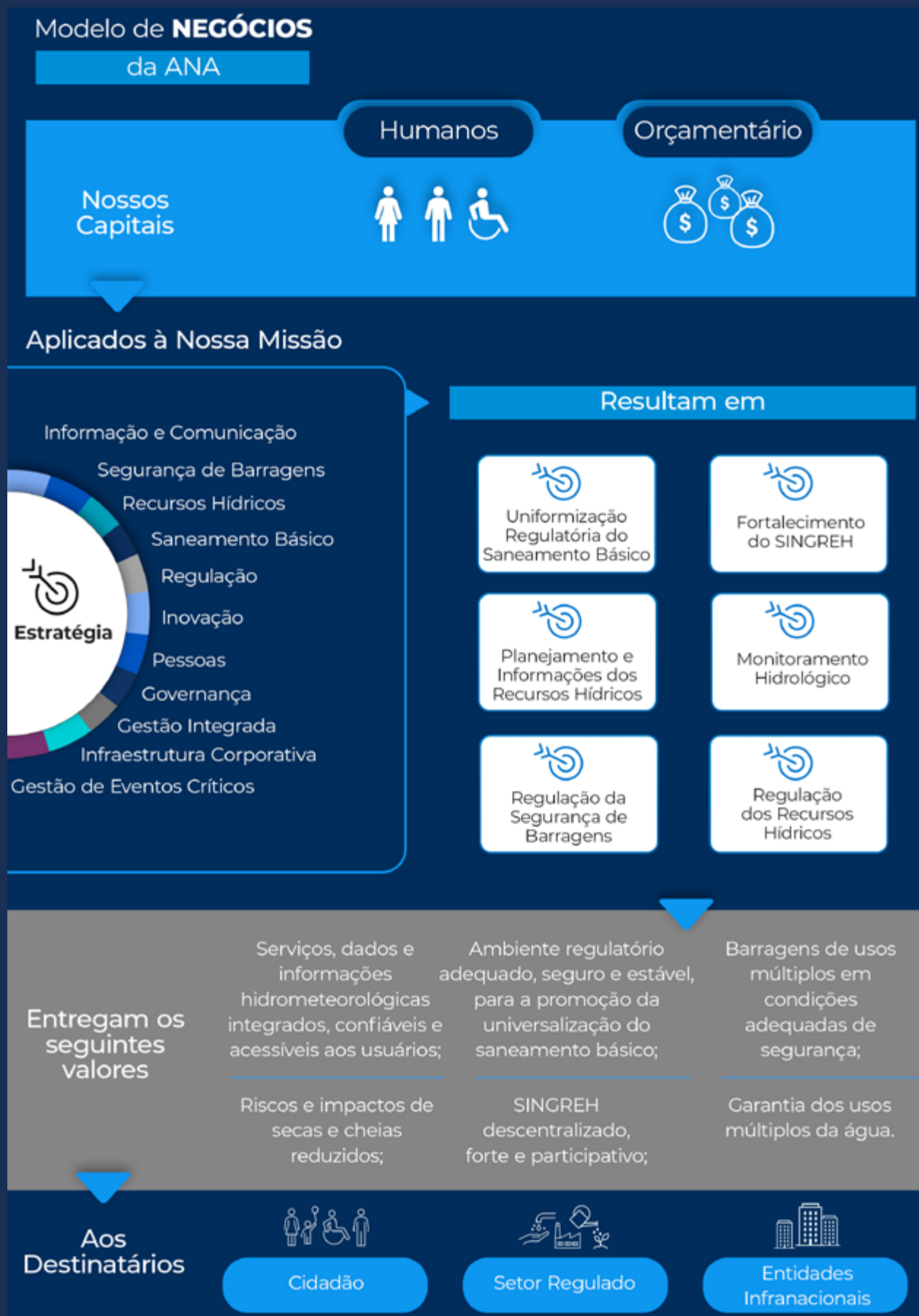
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ANA é composta pelas seguintes principais instâncias: Diretoria Colegiada, assessorias especiais e unidades organizacionais de apoio à decisão, superintendências, gerências, coordenações gerais, coordenações e divisões. Se apresenta conforme organograma a seguir:



MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócio tem como propósito a representação do processo de transformação dos insumos da Agência em resultados a partir da execução de seus macroprocessos, visando o atingimento de seus objetivos estratégicos e à entrega de valor à sociedade.



CADEIA DE VALOR DA ANA

Macroprocesso organizacional é um conjunto de valores entregues por um conjunto de processos de negócios, que podem envolver mais de uma unidade organizacional e cuja operação apresente impacto significativo na atuação da Agência, na sociedade ou nos regulados.

Os macroprocessos são representados de forma diagramática na Cadeia de Valor, a qual comunica o que faz a instituição e proporciona uma visão sistêmica da operação, dos processos e dos produtos entregues pela Agência, além de auxiliar a tomada de decisão em alto nível.



Modelo de Governança

GOVERNANÇA EXTERNA

A Governança Externa da ANA abrange instituições responsáveis por políticas públicas relacionadas à gestão das águas, como, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério das Cidades, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia, e Inovação, entre outros, além dos órgãos de coordenação do governo e dos órgãos de controle.

A ANA dialoga e presta serviços aos usuários e mantém um conjunto amplo de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, governos estrangeiros e agências de cooperação que contribuem para o aperfeiçoamento da sua atuação, bem como para o fortalecimento de instituições congêneres de outros países, notadamente nos países fronteiriços ou que compartilham águas com o Brasil.



<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/agencias-infranacionais>

GOVERNANÇA INTERNA

A atual estrutura de governança corporativa é constituída por uma Diretoria Colegiada (DIREC) composta por cinco diretores. A DIREC dispõe de assessorias de suporte à decisão, à representação e à gestão, além das superintendências. Em 2023, a ANA publicou Resolução que dispõe sobre seu novo Sistema de Governança Interna – SIGOV/ANA, aprimorando o processo de proposição e discussão de temas estratégicas, bem como a tomada de decisão. O SIGOV conta com um Comitê Estratégico de Governança – CEG e 5 Câmaras Temáticas, a saber:

- Câmara de Gestão Estratégica de Pessoas – CGEP;
- Câmara de Gestão de Riscos e Integridade – CGRI;
- Câmara de Qualidade Regulatória – CREG;
- Câmara de Integração e Inovação – CITI; e
- Câmara de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicações – CGDI.



INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Diretoria Colegiada – DIREC

A Diretoria Colegiada (DIREC) é o órgão de deliberação máxima da Agência. É composta por 1 (uma) Diretora-Presidente e 4 (quatro) Diretores, que decidem por maioria absoluta de votos, cabendo à Diretora-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade. O Regimento Interno da ANA estabelece as competências da DIREC, destacando-se a de analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência. Durante o exercício de 2023 a Diretoria Colegiada teve a seguinte composição, considerando os mandatos e interinidades:



**Veronica Sánchez
da Cruz Rios**
Diretora-Presidente



**Ana Carolina Argolo
N. de Castro**
Diretora



**Filipe de Mello
Sampaio Cunha**
Diretor



**Nazareno Marques
de Araujo**
Diretor



**Maurício Abjaodi L.
Vasconcelos**
Diretor

Processo Decisório

A Secretaria-Geral (SGE), Unidade Organizacional de Suporte à Decisão, está vinculada à Diretoria Colegiada da ANA (DIREC) e exerce atividades relacionadas principalmente ao secretariado e organização das reuniões deliberativas e administrativas da DIREC.

As reuniões deliberativas são públicas onde são deliberadas matérias que envolvam os interesses dos agentes econômicos e de usuários de recursos hídricos e saneamento básico e de entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Já as reuniões administrativas tratam de temas relacionados ao funcionamento e organização da Agência.

Em 2023 foram realizadas 81 reuniões da DIREC, sendo 45 administrativas e 36 deliberativas. Nelas, foram analisados 604 processos administrativos e 172 processos deliberativos, perfazendo uma média arredondada de 13 processos por reunião administrativa e 5 processos por reunião deliberativa.

Do total dos 604 processos analisados em reuniões administrativas, destacam-se os processos que tratam da administração geral da Agência (232 processos), de pessoal (229 processos), os referentes a planejamento, planos e ações estratégicas regulatória e de gestão (54 processos) e os referentes a colegiados (52 processos). Já em relação aos 172 processos analisados em reuniões deliberativas, destacam-se os referentes aos atos regulatórios específicos, como as outorgas (136 processos) e atos regulatórios gerais (22 processos).

Ademais, a Diretoria da ANA conta com instâncias de apoio à governança constituídas por comitês ou grupos que dão suporte técnico na elaboração de políticas ou programas internos ou externos.

Instâncias Internas de Apoio à Governança

- Comitê Estratégico de Governança - CEG;
- Câmara de Gestão Estratégica de Pessoas – CGEP;
- Câmara de Gestão de Riscos e Integridade – CGRI;
- Câmara de Qualidade Regulatória – CREG;
- Câmara de Integração e Inovação – CITI;
- Câmara de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicações – CGDI;
- Corregedoria - COR;
- Assessoria Especial de Governança - ASGOV;
- Auditoria Interna - AUD;
- Ouvidoria - OUV.

Instrumentos

São instrumentos que apoiam a governança interna da ANA e que constituem ferramentas de planejamento, monitoramento e prestação de contas:

- Planejamento Estratégico Institucional - PEI;
- Plano de Gestão Anual - PGA;
- Plano de Gestão de Riscos - PGR;
- Plano Gerencial Interno - PGI;
- Agenda Regulatória e Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório;
- Plano de Integridade;
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC.

GOVERNANÇA REGULATÓRIA

Agenda Regulatória é um instrumento de gestão que indica os temas prioritários para a regulação. Tem por finalidade aumentar a transparência, previsibilidade e direcionar os esforços normativos da Agência.

Contratos de Gestão

A ANA possui cinco contratos de gestão firmados com organizações sem fins lucrativos (entidades delegatárias), que exercem funções de competência de Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco, Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ), Doce e Paranaíba. O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande contou com a atuação de uma entidade delegatária durante o período de 2018 a 2022, porém o contrato de gestão se encontra em processo de rescisão por questões envolvendo sustentabilidade financeira e outros aspectos técnicos atinentes àquele arranjo institucional.

Os contratos de gestão visam medir o desempenho das entidades delegatárias e adotam metodologia orientada para resultados, que visa assegurar que os recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água sejam utilizados na execução dos programas e ações previstos nos planos de recursos hídricos, contribuindo assim para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Cabe destacar que os planos de recursos hídricos são aprovados pelos comitês de bacias, que tem representação da sociedade.

A execução financeira dos contratos de gestão é realizada por meio da Fonte 1016, que consiste em transferências de dotações orçamentárias no âmbito da Ação Orçamentária 00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas. Entre 2016 e 2023, o valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União passou de R\$ 51 milhões para aproximadamente R\$ 133 milhões.

As despesas obrigatórias liquidadas e pagas no ano totalizaram R\$ 143,8 milhões, sendo R\$ 132,1 milhões referentes à arrecadação da cobrança em 2023, R\$ 0,095 milhão referentes a restos a pagar inscritos em 2022, e R\$ 11,8 milhões de recursos arrecadados até o ano de 2022, os quais não haviam ainda sido repassados por falta de dotação orçamentária (fato gerador de superávits financeiros), conforme quadro a seguir:

Ação Orçamentária	Localizador	Repasse da Arrecadação de 2023 (R\$)	Repasse da Arrecadação até 2022 (R\$)**
00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas	6024 - Transferência de recursos financeiros da cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	28.706.294,06	3.221.920,00
	6025 - Transferência de recursos financeiros da cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce	17.193.452,68	676.245,00
	6027 - Transferência de recursos financeiros da cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	44.578.538,79	5.521.523,00
	6028 - Transferência de recursos financeiros da cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande*	0	0
	6029 - Transferência de recursos financeiros da cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	17.628.795,79	2.264.410,00
	6030 - Transferência de recursos financeiros da cobrança para a Bacia Hidrográfica dos rios PCJ	23.943.850,68	95.526,82***
Total		132.050.932,00	11.779.624,82
Total Geral		143.830.556,82	

* Em função da instauração do processo de rescisão unilateral do Contrato de Gestão nº 083/2017/ ANA em 2023 e consequente desmobilização da estrutura de apoio ao CBH Verde Grande fornecida pela Agência Peixe Vivo, os repasses de recursos da cobrança à entidade foram suspensos.

** Superávits financeiros.

*** Restos a pagar inscritos em 2022.

Políticas e Plano de Governo

A atuação da ANA é amparada e influenciada por um extenso rol de políticas e programas de governo, bem como de programas do Plano Plurianual (PPA), como, por exemplo, o Programa de Recursos Hídricos, e de outros planos nacionais, setoriais e transversais. Esse conjunto de diretrizes e regramentos se traduz em 4 eixos temáticos de atuação com seus respectivos objetivos e metas, que, por sua vez se desdobram em programas, projetos e ações da Agência.



PROGRAMAS QUE COMPOEM OS EIXOS

1. Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão;
2. Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - Procomitês;
3. Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes;
4. Programa Produtor de Água;
5. Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA;
6. Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA.

Ambiente Externo

A demanda de água no Brasil passou por diversas transformações ao longo de sua história, impulsionadas pelo crescimento populacional, urbanização, desenvolvimento industrial e mudanças no estilo de vida da sociedade.

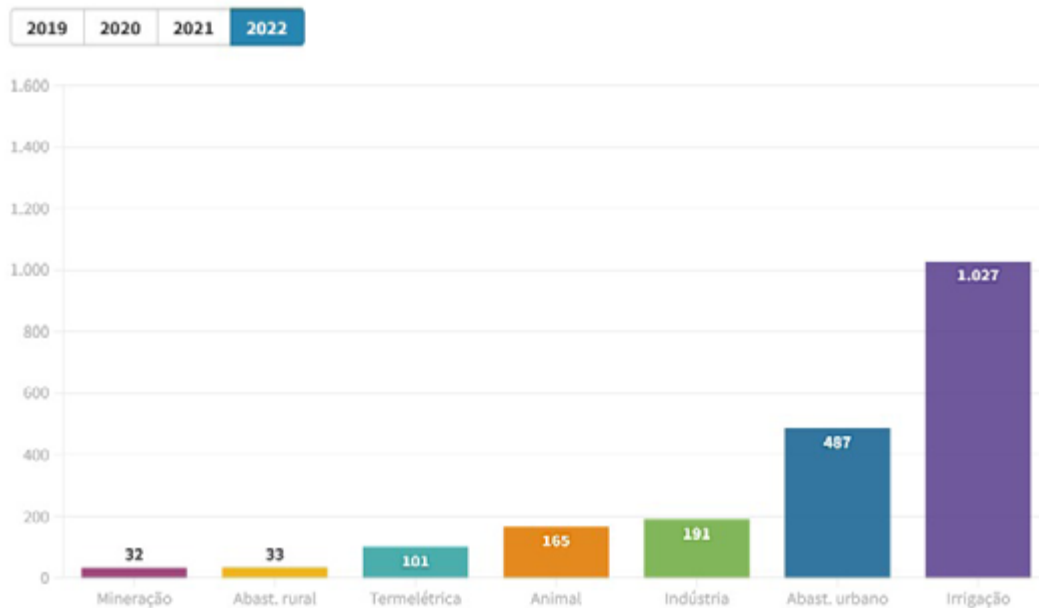
São diversos os fatores que impactam na gestão de recursos hídricos - eles vão de fatores climáticos à economia nacional, passando por avanços tecnológicos até contextos sociais e políticos. Contudo, em 2023, não há como negar que o grande ator foi o El Niño e sua influência nas condições climáticas, que vem sendo intensificado pela mudança do clima.



Os principais usos consuntivos da água no Brasil são o abastecimento humano (urbano e rural), o abastecimento animal, que são usos prioritários em situações de escassez hídrica, a irrigação, a indústria de transformação, a geração termelétrica de energia e a mineração.

A demanda no país vem crescendo continuamente ao longo dos anos, com destaque para o abastecimento das cidades, a indústria de transformação e a agricultura irrigada, que somam cerca de 83% do total retirado.

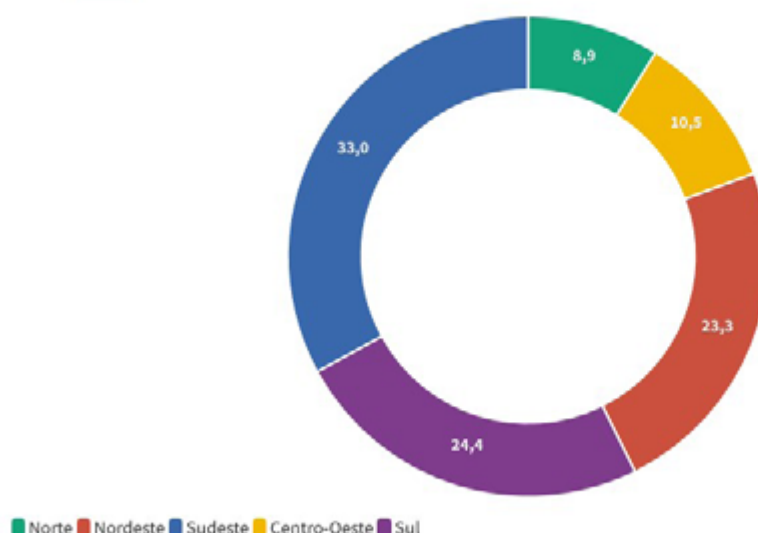
Evolução dos Usos Setoriais da Água no Brasil

Retirada em m³/s

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico • Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água
Figura atualizada em agosto de 2023.

Retirada de Água por Região

Em 2022

m³/s %

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico • Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água
Figura atualizada em julho de 2023.



Fonte: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - 2023



Clique [aqui](#) e acesse, também, o portal do relatório no GovBr:



Todas as atividades produtivas na sociedade são afetadas, direta ou indiretamente, pelas condições climáticas e hidrológicas. As atividades que fazem uso de recursos naturais, modificam o ambiente com obras de engenharia, ou promovem a ordenação e ocupação do espaço, são particularmente dependentes do comportamento do clima e da água.

Por esta razão, incertezas nas variáveis hidroclimatológicas, podem representar um fator de risco para as decisões de investimento e produção, se refletindo na economia e na vida das pessoas. Ao considerarmos os cenários de mudança do clima, que apontam para comportamentos hidrológicos futuros mais instáveis e de previsão mais difícil com base em dados e padrões do passado, percebemos que esse risco tende a aumentar. Nesse contexto, o monitoramento hidrológico, realizado de forma contínua e regular, assume papel fundamental na redução das incertezas e na elaboração de prognósticos hidroclimáticos, conferindo maior previsibilidade ao planejamento das atividades econômicas e à minimização das consequências de eventos críticos de secas e cheias.

Hoje, no Brasil, a Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), cumpre uma função de extrema importância ao fornecer dados, muitos deles em tempo real, que nos permitem conhecer melhor o comportamento da água e do clima no país.

Atualmente a ANA responsabiliza-se diretamente por 4.772 estações na RHN em operação no país, sendo 2.833 pluviométricas e 1.939 estações fluviométricas. São realizadas medições de descarga sólida e determinados parâmetros básicos de qualidade da água em 452 e 1.306 estações fluviométricas, respectivamente. Em parceria com as Unidades da Federação, são operadas regularmente 461 estações hidrológicas de monitoramento de níveis e defluências de reservatórios do semiárido, o que tem sido essencial para a gestão e regulação de usos de recursos hídricos nessa região historicamente acometida pelos efeitos das secas.

Além das estações de responsabilidade direta da ANA, são ainda disponibilizados em tempo real dados de 1.750 estações hidrológicas pluviométricas e 2.614 estações hidrológicas fluviométricas, operadas por agentes do setor elétrico, por força regulatória da ANA e da ANEEL. Destaca-se, ainda, a disponibilização de dados de 2.300 estações de qualidade das águas no país, operadas pelos estados e que contam com incentivo financeiro da ANA por meio do Programa Qualiágua.

Os dados hidrológicos das estações mencionadas, bem como daquelas operadas de forma independente por diversas instituições e entidades, quando encaminhados à ANA, são disponibilizados de forma ampla, gratuita e irrestrita por meio dos diversos portais e aplicações do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH.

Materialidade das Informações

O processo de construção dos próximos tópicos deste relatório buscou priorizar os temas que influenciam a capacidade desta Agência de produzir e entregar valor para a sociedade, em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

O objetivo é apresentar aos cidadãos o papel da ANA, bem como os principais resultados e obstáculos em busca do cumprimento de missão institucional, de forma transparente e integrada.

Os temas mais relevantes foram apontados e analisados, observando a cadeia de valor e os objetivos estratégicos da ANA. Outrossim, informa-se que a elaboração deste relatório buscou alinhar-se às orientações disponibilizadas pelo TCU em seu ‘Guia para Elaboração na forma de Relatório Integrado’, Decisão Normativa TCU Nº 198, de 23 de março de 2022 e Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.

Ademais, foram observados os prazos estabelecidos no art. 15 da Lei No. 13.848, de 25 de junho de 2019, bem como na Portaria TCU Nº 75, de 29 de março de 2023.

CAPÍTULO 2

Governança, Estratégia e Desempenho da ANA

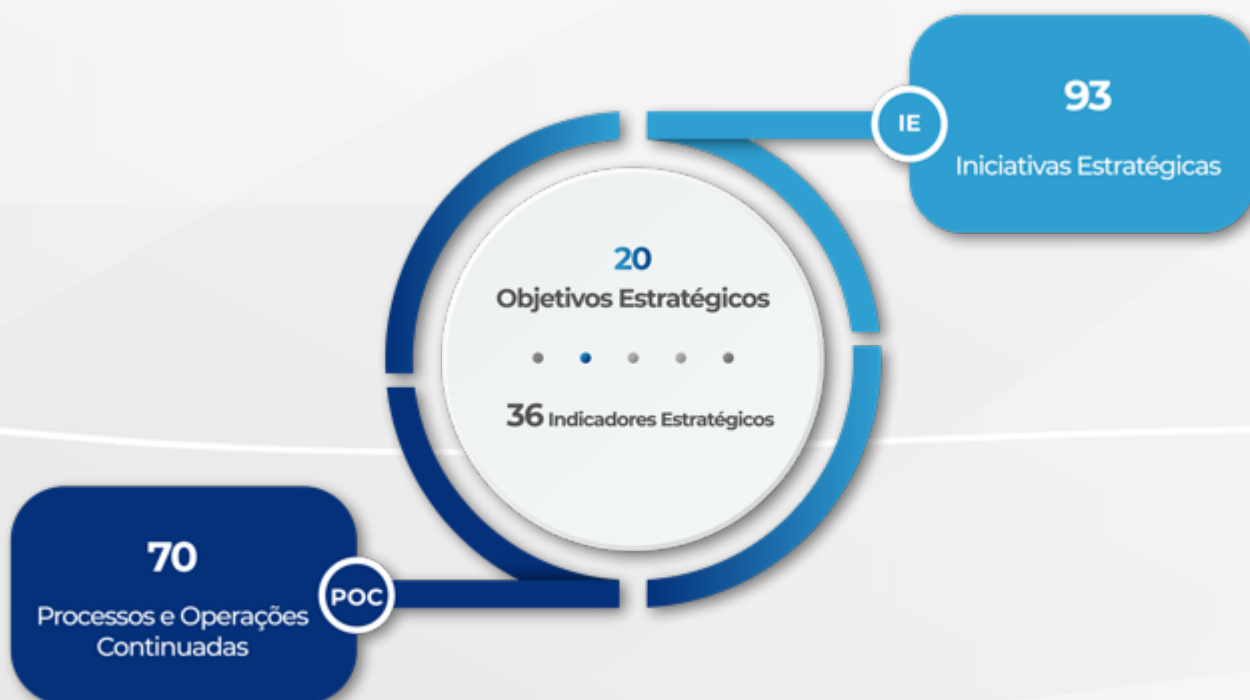
A Estratégia da ANA

O processo de revisão do Plano Estratégico da ANA ocorreu ao final de 2022 e foi realizado num processo de reflexão crítica e debate participativo que envolveu os gestores e servidores da ANA com a finalidade de revisitar as ações realizadas no último ciclo, bem como avançar nos resultados entregues à sociedade à luz do rol ampliado de competências da Agência, com vistas a alcançar a sua visão de futuro.

A construção do Plano Estratégico 2023-2026 utilizou o modelo do Balanced Scorecard – BSC. Este foi adotado para garantir que os componentes da estratégia (objetivos, indicadores, metas e iniciativas) permaneçam alinhados e vinculados.

O mapa estratégico conta com 20 objetivos, distribuídos sob três perspectivas: I. Resultados para a Sociedade; II. Processos Internos; III. Aprendizado e Crescimento. Nesse sentido, as perspectivas apresentam um alinhamento lógico da estratégia de atuação da Agência e cada uma delas congrega objetivos que refletem os principais desafios a serem enfrentados pela ANA.

20 objetivos estratégicos, desdobrados em:



Visão



Ser reconhecida como modelo de gestão e regulação de recursos hídricos e referência para o saneamento básico.

Valores Norteadores

Integridade;
Compromisso;
Transparência;
Excelência Técnica; e
Cooperação



Missão



Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico.

Resultados para a Sociedade

Gestão de Eventos Críticos	Segurança de Barragens	Recursos Hídricos	Saneamento Básico
OE 1 - Prevenir e minimizar os impactos de secas e inundações e promover medidas de adaptação às mudanças climáticas.	OE 2 - Fomentar a cultura de segurança de barragens por meio da regulação, coordenação e articulação junto aos demais fiscalizadores.	OE 3 - Assegurar a disponibilidade de água em padrões de quantidade e qualidade adequados para seus múltiplos usos por meio de uma gestão eficiente e integrada.	OE 4 - Promover a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico pela população brasileira.

Processos Internos

Informação e Comunicação	Inovação	Gestão Integrada	Regulação
OE 5 - Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração dos dados e das informações.	OE 7 - Aprimorar a experiência dos usuários, facilitando e ampliando o acesso aos serviços públicos oferecidos à sociedade por meio de canal digital.	OE 10 - Buscar a gestão integrada e participativa de recursos hídricos em áreas prioritárias.	OE 13 - Aprimorar o modelo de regulação com vistas à qualidade e segurança dos serviços.
OE 6 - Fortalecer a imagem institucional da ANA gerando confiança e credibilidade.	OE 8 - Tornar mais eficientes os processos de trabalho que sustentam as atividades da ANA.	OE 11 - Contribuir para a sustentabilidade financeira de infraestruturas hídricas.	OE 14 - Promover a gestão e regulação de recursos hídricos, segurança de barragens e a harmonização regulatória para o setor de saneamento básico.
	OE 9 - Promover um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento e inovação.	OE 12 - Fortalecer o SINGREH considerando as diversidades regionais.	

Aprendizado e Crescimento

Governança	Infraestrutura Corporativa	Pessoas
OE15 - Aperfeiçoar o sistema de governança, buscando benefícios efetivos à sociedade.	OE17 - Prover infraestrutura tecnológica e suporte logístico de alto desempenho.	OE19 - Promover a contínua melhoria no ambiente organizacional.
OE16 - Fomentar a cultura da gestão de riscos, de integridade, da segurança da informação e proteção de dados.		OE20 - Implantar a gestão estratégica de pessoas.

A Estratégia da Agência

Como a Estrutura de Governança Apoia o cumprimento dos Objetivos Estratégicos

A ANA implementou em 2023 um novo modelo de monitoramento e avaliação da estratégia que permite a efetiva gestão dos resultados e o desempenho institucional, de modo que a alta administração da Agência, bem como toda a casa possam avaliar o resultado das ações desenvolvidas, qualificando as decisões e permitindo correções de rumo mais assertivas.

Para tornar o monitoramento um processo mais efetivo, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Estratégica (SIGEST), ferramenta que permite a inserção dos dados em uma base estruturada, possibilitando o monitoramento da evolução da estratégia institucional.

Após a inserção dos dados no SIGEST, as informações estratégicas são exibidas em um painel analítico e interativo, que tem como principal objetivo apresentar aos usuários os dados quantitativos e qualitativos do progresso do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão Anual.

Painel Estratégico



Sistema SIGEST



Resultados e Desempenho da Gestão

Desempenho Institucional

Para apresentar os principais resultados alcançados pela ANA no ano de 2023, utilizamos as metas estabelecidas no PGA 2023 e sua contribuição aos 20 objetivos estratégicos constantes do planejamento estratégico 2023-2026, que iniciou seu ciclo em 2023.

Os infográficos abaixo resumem em números os principais resultados alcançados:

Desempenho Institucional (Indicadores Estratégicos, Indicadores das IEs e das POCs)



Desempenho referente aos Indicadores Estratégicos, Indicadores das IEs e das POCs

Para se chegar ao resultado do desempenho institucional foi aferido o desempenho dos indicadores estratégicos, das iniciativas estratégicas e dos processos e operações continuadas (POC) em relação às metas estipuladas, ou seja, representam a média de alcance das metas fixadas para o período.

Cabe ressaltar que o desempenho institucional em 2023 foi afetado negativamente pela ocorrência do incidente cibernético no mês de setembro de 2023, que paralisou diversos sistemas informatizados da Agência e demandou esforço de todas as equipes para o restabelecimento das operações.

O Plano de Gestão Anual 2023 – Avanços e Resultados dos Principais Programas e Iniciativas Estratégicas

A publicação da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 (Lei das Agências), consolidou dispositivos que reforçam a necessidade de as Agências manterem esforços contínuos no aperfeiçoamento de sua governança. Nesse sentido, o Plano de Gestão Anual – PGA, representa o instrumento consolidado de planejamento em nível tático-operacional que norteia a atuação desta Agência em seu processo contínuo de melhoria de sua eficiência no cumprimento de sua visão e no alcance de sua missão.

A sistemática que ampara o Plano de Gestão Anual se baseia na necessidade de aperfeiçoamento e priorização do uso dos recursos disponíveis à execução das estratégias de longo prazo estabelecidas pela Agência. Ainda de acordo com a Lei nº 13.848/2019, o PGA deve especificar, no mínimo, as metas de desempenho administrativo e operacional, as metas de fiscalização e as metas associadas à Agenda Regulatória, a serem atingidas durante a sua vigência.

Dessa maneira, a Agência priorizou a pactuação de metas objetivamente mensuráveis e que refletem o nível de qualidade dos serviços prestados, bem como os esforços voltados para o aprimoramento dos processos internos e da governança.

O desempenho do PGA 2023 pode ser acompanhado por meio do painel analítico disponível na página da ANA no Gov.br. Nele estão representadas as iniciativas estratégicas pactuadas e respectivas entregas realizadas, assim como os resultados referentes aos principais processos e operações continuadas da Agência.



Perspectiva Estratégica – Resultados para a Sociedade

PACTO PELA GOVERNANÇA DA ÁGUA

O Pacto pela Governança da Água tem como base a articulação coordenada das ações desenvolvidas pela ANA, em parceria com os estados e o Distrito Federal, e rege-se pelos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos, na forma da Lei 9.433/97.

Assim, tem por objetivo a colaboração entre a ANA e os Governos dos Estados visando à cooperação para o aprimoramento da gestão de recursos hídricos, da regulação dos serviços de saneamento e segurança de barragens.

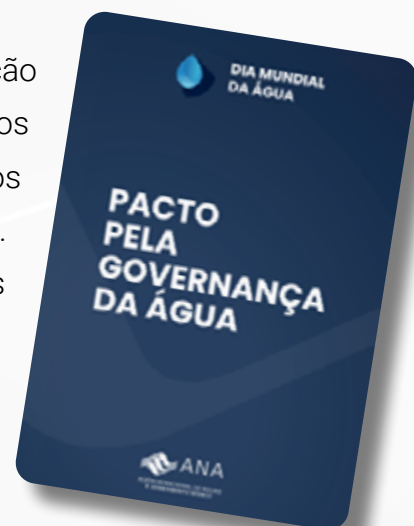
São objetivos específicos do programa:

a) Aprimorar a integração da gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas de atuação compartilhada entre União e Estado, por meio do fortalecimento da regulação, da governança, dos instrumentos de gestão, do conhecimento, dos mecanismos de adaptação à mudança do clima e da conservação e uso racional da água, a partir dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040, no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997);

b) Aprimorar e harmonizar a regulação dos serviços de saneamento, por meio da edição de normas de referência para o setor, em articulação com os entes reguladores infranacionais, da melhoria da governança para a regulação e da capacitação do corpo técnico, de acordo com novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020);

c) Aprimorar os mecanismos de gestão, operação e manutenção da infraestrutura hídrica, inclusive os concernentes à segurança de barragens, por meio do fortalecimento da governança e da sustentabilidade financeira, da requalificação da infraestrutura e dos instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010).

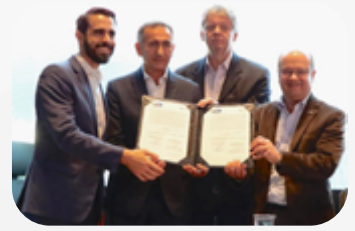
Durante o ano de 2023, 26 Estados e o Distrito Federal assinaram o termo de Adesão ao Pacto de Governança da Água.



PACTO PELA GOVERNANÇA DA ÁGUA



Acesse [aqui](#)
a página do Pacto



PROGESTÃO III

O Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), criado em 2013, por meio da Resolução ANA Nº 379, encontra-se em seu 3º ciclo e tem por objetivo fomentar o fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e aperfeiçoar a gestão integrada e colaborativa das águas.

O 3º ciclo contou com a adesão de 18 estados. De 2013 a dezembro de 2023, um montante de R\$ 196.739.699,53 foi transferido pelo PROGESTÃO para aplicação na gestão de recursos hídricos dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as prioridades definidas e devidamente apreciadas pelos Conselhos Estaduais.

<https://progestao.ana.gov.br>

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA (50%)

CERTIFICADAS PELA ANA

- Aperfeiçoamento das 5 metas do 1º e 2º ciclos do Programa
- Inclusão das Metas I.6 - Monitoramento Hidrológico e I.7 - Fiscalização de Uso

METAS DE GESTÃO DE ÁGUAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL (50%)

CERTIFICADAS PELO CERH

- Até 32 variáveis de gestão conforme tipologia: alteradas descrição e níveis de exigência. Acrescentada a variável "Alocação Negociada da Água"
- Incluído escalonamento na Meta de Investimentos em Variáveis Críticas por tipologia de gestão ("A" e "B" diferenciados de "C" e "D")

FATOR DE REDUÇÃO (até 15%)

AVALIADO PELA ANA (introduzido no 2º ciclo do Programa)

- Excluído o critério (a) Gestão Patrimonial
- Mantida a apresentação de Relatório de Gestão na Assembleia Legislativa do Estado
- Na apresentação dos desembolsos será verificada a conformidade com o Plano de Aplicação aprovado
- Mantida a exigência do % de Desembolso anual em relação ao acumulado acima de 50%

VARIÁVEIS DE GESTÃO DA ÁGUA

TIPO DE VARIÁVEL	BÁSICA	INTERMEDIÁRIA	AVANÇADA
Legais, Institucionais e de Articulação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Organização institucional • Arcabouço legal • Conselho Estadual de Recursos Hídricos • Capacitação em recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de processos • Comitês de bacia e outros organismos colegiados • Agências de água ou de bacias ou similares • Comunicação social e difusão de informações 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com setores usuários e transversais
De planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Balanço hídrico • Divisão hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento estratégico • Plano Estadual de Recursos Hídricos • Planos de bacia hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento de corpos d'água • Estudos especiais de gestão
De Informação e Suporte	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de Dados Espaciais sobre Recursos Hídricos • Monitoramento hidrológico • Monitoramento da qualidade da água 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de usuários, usos e interferências 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de informações • Pesquisa, desenvolvimento e inovação • Modelos e sistemas de suporte à decisão • Gestão e controle de eventos críticos
Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Outorga de direito de uso • Fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade financeira do sistema de gestão • Fundo Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobrança • Infraestrutura hídrica • Programas e projetos indutores • Alocação negociada da água

Metas de investimentos em variáveis críticas de gestão (Anexo V) escalonada por tipologia de gestão

Tipologia A

Tipologia B

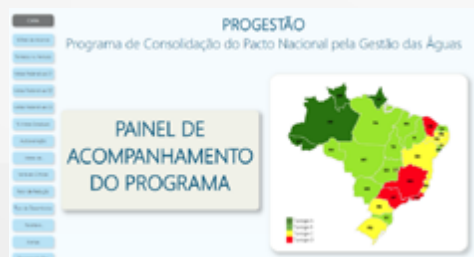
ANA repassa o mesmo valor de investimento comprovado pelo estado

Tipologia C

Tipologia D

ANA repassa a metade do valor de investimento comprovado pelo estado

ANA repassa no mínimo de R\$ 50 mil e no máximo R\$ 350 mil



Acesse o painel

PROCOMITÊS

O Procomitês nasceu com o objetivo de aperfeiçoar a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais (CBH) e a sua consolidação como espaços efetivos de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Para isso são definidas metas ao longo de cinco períodos anuais, com foco na organização e regularidade do seu funcionamento, na redução das assimetrias entre os membros por meio de capacitação dirigida, no reconhecimento do papel e relevância dos comitês pela sociedade por meio de uma comunicação eficiente, além da aprovação e efetiva implementação dos instrumentos da PNRH. Os contratos são firmados entre a ANA e órgão gestor de recursos hídricos, que recebe anualmente da ANA o incentivo financeiro proporcional ao cumprimento das metas do período.

O apoio financeiro da ANA tem como referência o valor de R\$ 50 mil/comitê, com teto de R\$ 500 mil/estado/ano, ao longo de cinco períodos de implementação. 21 estados e o Distrito Federal aderiram ao Procomitês.

Desde o início das atividades do Procomitês, foram repassados cerca de R\$ 30,8 milhões. A previsão de desembolso total com a adesão de todas as unidades até a conclusão do Programa, em 2025, é de R\$ 34,2 milhões.

Informações sobre os contratos do Procomitês				
UF	Entidade Estatal	Valor Anual (R\$)	Valor Transferido até 2022 (R\$)	Ano do fim do contrato
AL	Semarh	R\$ 250.000,00	R\$ 1.025.000,00	2024
AM	Sema	R\$ 50.000,00	R\$ 245.000,00	2023
BA	Inema/Sema	R\$ 500.000,00	R\$ 2.450.000,00	2023
CE	Sogerh/SRH	R\$ 500.000,00	R\$ 25.000.000,00	2024
DF	Adasa	R\$ 150.000,00	R\$ 540.000,00	2024
ES**	Agerh	R\$ 500.000,00	R\$ 2.450.000,00	2022
GO	SRH/Secima	R\$ 350.000,00	R\$ 1.750.000,00	2023
MA	SRH/Semarh	R\$ 100.000,00	R\$ 4.430.000,00	2024
MG	Igam	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00	2025
MS	Imasul	R\$ 150.000,00	R\$ 870.000,00	2023
MT	SRH/Sema	R\$ 500.000,00	R\$ 2.900.000,00	2023
PB*	Aesa/Seirmact	R\$ 150.000,00	R\$ 870.000,00	2023
PE	Apac/DRH	R\$ 350.000,00	R\$ 2.100.000,00	2023
PI	SRH/Sema	R\$ 100.000,00	R\$ 380.000,00	2023
PR	IAT	R\$ 400.000,00	R\$ 1.840.000,00	2024
RN**	Igarn/Semarh	R\$ 150.000,00	R\$ 840.000,00	2022
RS	Sema	R\$ 500.000,00	R\$ 1.450.000,00	2023
SC**	SDE	R\$ 500.000,00	R\$ 2.400.000,00	2022
SE	Sedurbs	R\$ 150.000,00	R\$ 780.000,00	2023
SP	Sima/SSRH	R\$ 500.000,00	R\$ 1.950.000,00	2025
TO	DPGRH/Semarh	R\$ 200.000,00	R\$ 1.100.000,00	2023
* Pagamento 2022 pendente				

Quadro - Informações sobre os contratos do Procomitês.

MONITOR DE SECAS

Em 2023 o Monitor de Secas passou a cobrir todo o território nacional. Este programa consiste em um processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca, cujos resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor de Secas. Mensalmente informações sobre a situação de secas são disponibilizadas até o mês anterior, com indicadores que refletem o curto prazo (últimos 3, 4 e 6 meses) e o longo prazo (últimos 12, 18 e 24 meses), indicando a evolução da seca na região.

Esse processo de acompanhamento tem como objetivo integrar o conhecimento técnico e científico já existente em diferentes instituições estaduais e federais para alcançar um entendimento comum sobre as condições de seca, como: sua severidade, a evolução espacial e no tempo, e seus impactos sobre os diferentes setores envolvidos. O Monitor facilita a tradução das informações em ferramentas e produtos utilizáveis por instituições tomadoras de decisão e indivíduos, de modo a fortalecer os mecanismos de Monitoramento, Previsão e Alerta Precoces.

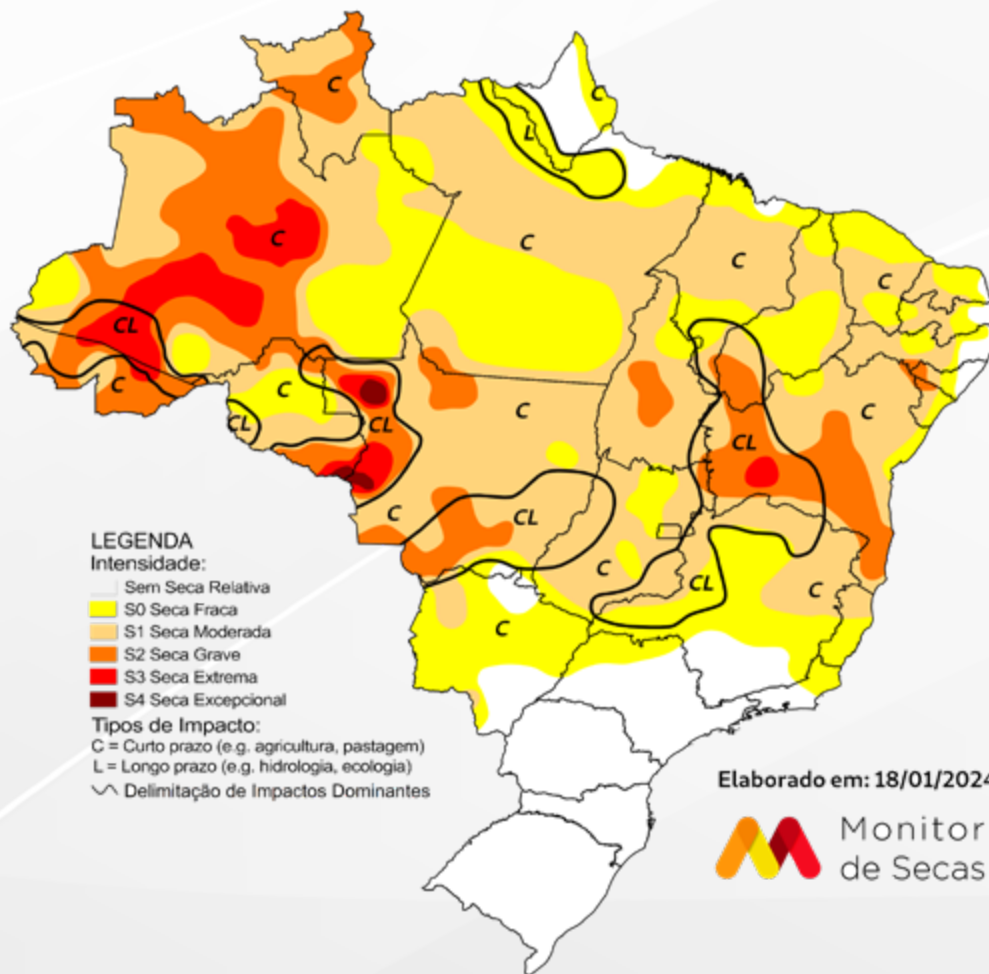
No Brasil, o Monitor de Secas foi desenvolvido por um amplo grupo de especialistas e instituições brasileiras (entidades federais e estaduais, universidades e com a participação da sociedade civil). A iniciativa também contou com o apoio financeiro do Banco Mundial e de parcerias internacionais com: a Comissão Nacional da Água do México (Conagua), o Centro Nacional de Mitigação de Secas, dos Estados Unidos, além de instituições governamentais e acadêmicas da Espanha.

O desenvolvimento de um Monitor de Secas no Brasil se alinha às mais recentes discussões e a outras iniciativas que vêm ocorrendo em nível nacional e internacional. O trabalho responde a uma necessidade histórica de melhoria no monitoramento e gerenciamento das secas no Brasil e representa o primeiro de muitos passos necessários para uma radical e urgente mudança de abordagem – da gestão emergencial e reativa à preparação e gerenciamento proativos – que permita lidar com a seca desde os seus primeiros sinais, definindo ‘gatilhos’ para lidar com estágios de severidade crescente da seca e reconhecendo tratar-se de um evento progressivo que se instala lentamente.

O Monitor entrega um novo patamar na história de preparação para a seca e convivência com o semiárido no Brasil e poderá ajudar a melhorar o alerta precoce e a previsão de secas, assim como deverá servir como subsídio para a tomada de decisões e políticas em escala federal, estadual e local. Ao mesmo tempo, três planos de preparação para a seca na região semiárida estão sendo preparados em diferentes níveis (bacia hidrográfica, região metropolitana e município). Estes

Estes planos ilustrarão a mudança de paradigma para uma gestão mais proativa das secas.

Monitor de Secas Dezembro/2023



[https://monitordesecas.ana.gov.br/
mapa?mes=12&ano=2023](https://monitordesecas.ana.gov.br/mapa?mes=12&ano=2023)

SALAS DE CRISE

A Resolução ANA nº 155, de 18 de maio de 2023, define as Salas de Crise e as Salas de Acompanhamento como ambientes de articulação e de alinhamento de informações para subsidiar a adoção de medidas relativas à gestão de sistemas hídricos ou preparação, prevenção e mitigação de impactos de eventos hidrológicos críticos de qualquer natureza.

A diferença entre Sala de Crise e Sala de Acompanhamento reside no fato de que a primeira é destinada a promover medidas voltadas à minimização dos impactos de eventos hidrológicos críticos de qualquer espécie, em áreas delimitadas, que podem comprometer a segurança hídrica ou os usos múltiplos da água.

A Sala de Acompanhamento, por sua vez, destina-se a promover o acompanhamento de sistemas hídricos com condições de operação de reservatórias estabelecidas. De acordo com a Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, as competências da ANA que dão suporte às Salas da Crise e de Acompanhamento são:

X – planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios;

XII – definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas.

Além disso, as atividades desempenhadas no âmbito das Salas de Crise e de Acompanhamento convergem para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos (OE) da ANA:

OE 1 – Prevenir e minimizar os impactos de secas e inundações e promover medidas de adaptação às mudanças climáticas; e

OE 3 – Assegurar a disponibilidade da água em padrões de quantidade e qualidade adequados para seus múltiplos usos por meio de uma gestão eficiente e integrada.

Em 2023, a ANA coordenou 80 reuniões de 5 salas de Crise e 4 Salas de Acompanhamento.

Salas de Crise

Em junho de 2023, para fazer frente aos efeitos do El Niño sobre os recursos hídricos no Brasil, a ANA elaborou Plano de Contingência, indicando uma série de medidas a serem adotadas conforme o grau e a severidade dos impactos observados. De forma imediata, o Plano de Contingência definiu a criação das Salas de Crise da Região Norte e da Região Nordeste, tendo em vista os possíveis impactos de chuvas abaixo da média, e a manutenção da Sala de Região Sul, que teve seu foco voltado para a possibilidade de ocorrência de chuvas acima da média.

Além dessas três salas de crise, foram realizadas reuniões das Salas de Crise das bacias dos rios Doce e Madeira, que foram encerradas em 2023.

Sala de Crise do Doce

As reuniões sobre cheia no rio Doce iniciaram em 2022 com o objetivo de acompanhar o período chuvoso. Foram observados três picos de inundações na bacia: no final de dezembro de 2022, início e fim de janeiro de 2023. Esses eventos ocorreram tanto nas bacias menores como na calha principal do rio Doce, sendo que a inundação do início de janeiro 2023 foi a de maior magnitude. Com o fim do período chuvoso, a Sala foi encerrada.

Sala de Crise do Madeira

Após ocorrerem chuvas acima da média em março de 2023, houve reunião da Sala de Crise com o objetivo de avaliar os impactos e apresentar as previsões hidrometeorológicas. Como as previsões não indicaram a ocorrência de chuvas expressivas e os níveis de alerta de inundações não foram alcançados, a Sala foi encerrada. Sala de Crise da Região Norte A Sala de Crise da Região Norte foi instalada a partir da indicação no Plano de Contingência da ANA.

Conforme explicado no Plano, há forte correlação entre o El Niño e a ocorrência de chuvas abaixo da média na Região Norte. Somou-se ao efeito do El Niño a ocorrência do Dipolo do Atlântico - fenômeno climático global em que são observadas diferenças de temperatura no Oceano Atlântico Norte em relação ao Atlântico Sul. Os dois efeitos levaram ao atraso do período chuvoso e à ocorrência de precipitações abaixo da média em grande parte das bacias da margem direita do rio Amazonas, durante o último trimestre de 2023, com destaque para as bacias dos rios Madeira, Solimões, Tapajós, Xingu e Tocantins/Araguaia.

Nas reuniões foram relatados problemas relacionados com a navegação, principal via de transporte de pessoas, alimentos e combustíveis de várias comunidades. Além disso, foram

relatados impactos sobre a navegação comercial de grande porte nos rios Madeira e Amazonas, principal via de escoamento da produção da Zona Franca de Manaus. Também houve problemas para acesso à água potável em algumas comunidades, principalmente no Amazonas.

A geração de energia na UHE Santo Antônio, rio Madeira, foi interrompida de 2/10/2023 a 16/10/2023, devido às baixas vazões nesse rio. Em 9 de outubro de 2023, a ANA publicou a Resolução nº 164, que declarou situação de escassez quantitativa de recursos hídricos no rio Madeira até 30 de novembro de 2023, conforme previsão da Lei nº 994, de 2000.

Para acompanhamento da situação e propor e discutir medidas de prevenção e mitigação de impactos sobre os usos da água, foi instituído, pela Portaria nº 515, de 2023, o GTA Amazonas - Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Contingência para Enfrentamento dos Impactos Esperados do Fenômeno El Niño sobre os Recursos Hídricos na Região Hidrográfica do Rio Amazonas, composto por representantes de todos os Estados com territórios na bacia amazônica.

As reuniões da Sala de Crise da Região Norte continuarão acontecendo mensalmente em 2024 para acompanhamento da recuperação dos rios, observação do volume de precipitações no período úmido, e monitoramento do início da estiagem em 2024.

Sala de Crise da Região Nordeste

Instalada em julho de 2023 em razão da correlação do El Niño com chuvas abaixo da média na Região Nordeste, as reuniões possibilitaram a articulação entre instituições e órgãos estaduais bem como o alinhamento de informações para subsidiar a adoção de medidas de preparação e mitigação de impactos do El Niño sobre os recursos hídricos. Reservatórios na Região perderam cerca de 11% da capacidade de armazenamento desde julho de 2023, finalizado 2023 com 41,03%. Em 2024, as reuniões continuarão acontecendo mensalmente.

Sala de Crise da Região Sul

No início de 2023, a Sala de Crise tratava dos impactos da redução das precipitações, fruto do impacto causado pelo fenômeno do La Niña. Com a configuração do El Niño, em junho de 2023, a Sala passou a atuar sobre eventos de cheia na Região causados pelo aumento das precipitações.

Em setembro foram realizadas duas reuniões extraordinárias em função de fortes chuvas, principalmente no Rio Grande do Sul. Na bacia do rio Jacuí, as vazões superaram quase cinco vezes a média do período, com o reservatório de Passo Real ocupando o volume de espera para controle de cheias. No fim de 2023 o reservatório equivalente da Região Sul era de aproximadamente 96% do volume útil. As reuniões da Sala de Crise continuarão ocorrendo mensalmente em 2024.

SALAS DE ACOMPANHAMENTO

Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul – GAOPS

As condições hidrometeorológicas observadas em 2023 foram consideravelmente mais satisfatórias que as observadas nos últimos anos. Em função disso e das condições de operação estabelecidas pela Resolução Conjunta N° 1.382/2015, o reservatório equivalente Paraíba do Sul atingiu um pico de 79,06% de seu volume útil em maio, valor esse última vez superado em 2011, e terminou o ano com 73% do volume útil total.

Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema

Em 1º de janeiro de 2023, com a entrada em vigor da Resolução ANA N° 132/2022, que define as condições de operação do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema, a Sala de Crise do Paranapanema deu lugar à Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema. Durante todo o ano de 2023, os reservatórios de Jurumirim, Chavantes e Capivara operaram dentro da Faixa de Operação Normal sem restrições de Operação.

Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio São Francisco

Os reservatórios de Três Marias e Sobradinho iniciaram o ano operando dentro de suas Faixas de Operação Normal, estabelecidas pela Resolução ANA N° 2.081/2017, situação essa que perdurou até novembro, no caso de Três Marias, e dezembro, no caso de Sobradinho, quando passaram a operar na Faixa de Operação de Atenção em que as defluências máximas mensais devem observar os limites máximos estabelecidos nas curvas de segurança.

O início do período úmido 2023/2024 na bacia do rio São Francisco foi muito abaixo do esperado com afluências da ordem de 20% da média em dezembro. Considerando a influência do El Niño nas chuvas na parte média e baixa da bacia do rio São Francisco, é provável que os reservatórios operem abaixo da Faixa de Operação Normal pelo menos até o início do próximo período chuvoso.

Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio Tocantins

As condições hidrometeorológicas favoráveis observadas no período chuvoso 2002/2023, associadas às condições de operação para o Sistema Hídrico do Rio Tocantins, estabelecidas pela Resolução N° 70/ANA de 2021, levaram o reservatório de Serra da Mesa a atingir 84,17% de seu volume útil em junho, maior armazenamento desde a entrada de operação do empreendimento.

No início do período chuvoso 2023/2024 na bacia do rio Tocantins, o volume de chuvas foi bem abaixo da média, com a precipitação na área incremental de Tucuruí sendo impactada pelo El Niño. Em função das baixas vazões incrementais a Tucuruí, não tem sido possível a redução das defluências de Serra da Mesa abaixo de 300 m³/s, conforme permitido nesse período pela Resolução da ANA, não sendo esperado recuperação de volumes de Serra da Mesa como observado em 2023

QUALIÁGUA

O Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – Qualiágua, instituído em 2014, estabelece metas mínimas a serem cumpridas pelas unidades da Federação, divididas em três tipologias que refletem o nível de gestão da unidade, com metas mais exigentes para aquelas mais bem estruturadas. Trata-se de uma iniciativa da ANA com os seguintes objetivos:

- contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos, através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade;
- estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no País, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução ANA nº 903/2013, para tornar essas informações comparáveis em nível nacional;
- contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio ambiente para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade aos dados gerados;
- promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA.

Na prática, a ANA premia os Estados pelo atingimento de metas contratuais relacionadas ao monitoramento e à divulgação dos dados de acordo com as premissas previstas na Resolução ANA nº 903/2013. São estabelecidas também metas estruturantes que definem objetivos a serem alcançados em termos de padronização, capacitação e melhoria das práticas de laboratório, visando melhorar a qualidade do dado e da informação gerados. As metas são certificadas ao longo de 5 (cinco) anos, sendo semestralmente para as metas de monitoramento e anualmente para as metas estruturantes. Os prêmios são pagos semestralmente, após cada certificação de metas de monitoramento.

O prêmio é calculado considerando um valor unitário por ponto da RNQA de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais). O não atingimento das metas estruturantes pode levar a descontos no prêmio pago pelas metas de monitoramento do semestre em questão.

Em 2023, o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – Qualiágua alcançou as 27 Unidades da Federação.

A adesão ao Programa é voluntária, sendo efetivada por meio da adesão ao Pacto pela Governança da Água, instituído pela Resolução nº 153, de 2023, ou ainda, excepcionalmente, por meio de instrumento de cooperação específico. Além disso, a Unidade da Federação deve

enviar Ofício à ANA com a indicação da Instituição Executora – IE, responsável por realizar o monitoramento e divulgação dos dados de qualidade da água, e auferir o respectivo prêmio. Essa IE deve fazer parte da Administração Pública Estadual e deter competências legais relacionadas à gestão de recursos hídricos e/ou meio ambiente.

O Qualiágua foi positivamente avaliado em auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União, que recomendou: “Considerando a importância do Programa Qualiágua, não só para a expansão da rede de monitoramento da qualidade da água, mas também para a manutenção da rede atual e a padronização das análises, recomenda-se à ANA que avalie a possibilidade de implementar um programa contínuo de apoio aos estados no aperfeiçoamento e na expansão da rede nacional de monitoramento de qualidade das águas”. Avaliações positivas do programa encontram-se registradas em Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório, disponível em https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/governanca-regulatoria/avaliacao-de-resultado-regulatorio/ARR_QualiAgua_Final.pdf/view.

Consoante à recomendação da CGU, foi criada, por meio da Resolução ANA nº 159, de 2023, a nova fase do Programa de Estímulo à Geração e Divulgação de Dados e Informações sobre a Qualidade da Água, possibilitando a celebração de novos contratos de premiação com vigência de 5 anos. O Manual Operativo do Qualiágua – Fase II foi instituído pela Instrução Normativa nº 3, de 8 de novembro de 2023. Dentre os aprimoramentos do Qualiágua para a segunda fase, destacam-se o aumento do número de parâmetros mínimos monitorados, possibilidade de premiação de monitoramentos extra para atendimento a demandas de fiscalização e gestão de eventos extremos, além da divulgação, pelas Unidades da Federação, de Relatórios de Avaliação de Qualidade das Águas.

Dados sobre a execução do Programa Qualiágua, por Unidade da Federação, são apresentados no link: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/monitoramento-e-eventos-criticos/qualidade-da-agua/programa-qualiagua>

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (PISF)

Foram publicadas 4 Resoluções ANA (145/2023; 148/2023; 168/2023 e 173/2023), referentes, respectivamente: ao Plano de Gestão Anual 2023, às tarifas para a prestação do serviço de adução de água bruta, às condições gerais de prestação do serviço de adução de água bruta e ao Plano de Gestão Anual 2024.

Ainda, sobre a fiscalização operacional do PISF, foram realizadas avaliações do Plano de Gestão Anual - PGA, do balanço hídrico nos Eixos Leste e Norte, e dos Indicadores da Prestação do Serviço de Adução de Água Bruta.



PROGRAMAS INDUTORES

No âmbito dos Programas Indutores desenvolvidos pela ANA, destacam-se:

- O lançamento do Novo Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES;
- PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA: lançamento de novas diretrizes e manuais, além da instituição de normativo com o estabelecimento dos requisitos para o reconhecimento de novos projetos no âmbito do Programa. Publicação de painel com informações sobre a execução dos projetos apoiados.
- Edição da Resolução Conjunta nº 152, de 25 de abril de 2023, com o Estado de Minas Gerais para instalação de estrutura regional de gestão de projetos do Programa Produtor de Água na região do rio São Francisco em Minas Gerais – Rede Nascentes.
- Realização do Encontro Nacional do Programa Produtor de Água.



PROGRAMA
Produtor de Água
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

REGULAÇÃO DE USOS

Um grande desafio da ANA é o fomento à Integração Nacional da Regulação de Usos de Recursos Hídricos, visando a colaboração, o intercâmbio de informações e ações conjuntas em prol de uma regulação mais eficiente e sustentável das águas brasileiras.

A ANA buscou promover, em 2023, o uso de soluções tecnológicas integradas, que subsidie a tomada de decisão quanto à análise dos pedidos de outorga e funcione como um ambiente colaborativo para o compartilhamento de informações, dados, estudos e ferramentas relacionadas à regulação de usos de recursos hídricos.

Em agosto de 2023 a SRE promoveu Oficina de Capacitação com a participação de técnicos responsáveis pelas análises dos pedidos de outorgas e cadastros de usos e usuários de recursos hídricos dos órgãos gestores. Durante a Oficina foi possível demonstrar o uso prático do Sistema Federal de Regulação de Usos (REGLA), Sistema de Suporte à Decisão de Outorga (SSDO) e Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAHR), assim como fortalecer a relação institucional entre a ANA e os órgãos gestores estaduais para aprofundar o conhecimento nas soluções tecnológicas de regulação utilizadas pela ANA, visando ampliar a cooperação para o aprimoramento e a integração dos procedimentos de regulação de usos de recursos hídricos.

Em setembro de 2023 foi realizado, por iniciativa da ANA e do Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas (FNOGA), Seminário Nacional de Integração da Regulação de Recursos Hídricos, com a presença de Secretários de Estado e dirigentes de OGERH, com o objetivo de construção de um processo participativo de fomento à Integração da Regulação de Usos de Recursos Hídricos no País. Houve compartilhamento de experiências foram explicitados os desafios para a integração nacional de procedimentos de regulação de usos de recursos hídricos no Brasil, identificando e conhecendo ações práticas necessárias a essa almejada integração. Houve a assinatura da Carta Águas Brasil pela Integração da Regulação, firmando um compromisso dos presentes com a temática.

Também foram feitos esforços para aperfeiçoar os procedimentos de outorga. Em maio de 2023 foi publicada a Resolução ANA n. 156, que ampliou a quantidade de pedidos de outorga que se enquadram no processamento eletrônico de análise, denominado de “fluxo automático”, incorporando os pedidos de irrigação até 300ha para culturas anuais e 1000ha para culturas perenes, criação animal, consumo humano e mineração para extração de areia. Com isso, os prazos de análise para esses pedidos foram reduzidos significativamente, beneficiando os usuários que passaram a receber suas outorgas em menos tempo.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoamento dos procedimentos, também foi editada a

de usuários inativos. Com a suspensão dessas outorgas é possível disponibilizar água para atendimento a novos usuários em bacias que se encontram esgotadas, propiciando a expansão das atividades econômicas e a geração de emprego e renda.

No âmbito da regulação de usos, cabe destacar:

- Elaboração do plano de contingência para enfrentamento dos impactos do El Niño;
- Instituição de Salas de Crise e de Acompanhamento (gestão de riscos de eventos hidrológicos críticos);
- Declaração de situação crítica de escassez quantitativa de recursos hídricos no Rio Madeira;
- Implementação das condições de operação do sistema hídrico do Rio Paranapanema;
- Aprovação do projeto outorga 4.0 (“outorgas acessíveis”);
- Ações para a integração nacional pela regulação dos usos de recursos hídricos sobre procedimentos, sistemas de outorga e normas de regulação dos recursos hídricos;
- Fase final de consulta pública das propostas de resoluções dos reservatórios das Bacias dos Rios Paranaíba e Grande;
- Aprovação do enquadramento dos corpos d’água do Rio Doce e afluentes



Evento de Integração da Regulação de Recursos Hídricos

REGULAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

No âmbito de setor de saneamento, destacam-se:

- Edição de dois normativos:
 - NR 03/2023: metodologia de indenização dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados;
 - IN 01/2023: para avaliar o cumprimento da NR 01, sobre a cobrança dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, e verificar a implementação dos instrumentos de cobrança que visam a garantir sustentabilidade à prestação de serviço.
- Realização de 8 consultas públicas, 6 audiências públicas, 7 relatórios de Análise de Impacto Regulatório elaborados, 5 tomadas de subsídios realizadas para elaboração de 4 Normas de Referência, totalizando 7.978 contribuições recebidas;
- Ações nacionais de divulgação das Normas de Referência publicadas e em elaboração, além de capacitações, webinários, diálogos para interação com as partes interessadas para promover o engajamento e maior participação da sociedade no setor de saneamento básico;
- Publicação de vídeos educacionais sobre: matriz de riscos, drenagem, Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Governança das Entidades Reguladoras Infranacionais;
- Visitas de campo para benchmarking de melhores práticas nacionais e interação com os reguladores;
- Participação da equipe da ANA nos congressos e eventos realizados pelo setor de saneamento, fomentando a divulgação e capacitação de novos atores nos temas citados.



Perspectiva Estratégica – Processos Internos

AGENDA REGULATÓRIA

A Agenda vigente apresenta os temas a serem trabalhados em 2022, 2023 e 2024. Ao todo, são 25 temas regulatórios, desdobrados em 42 metas distribuídas em nove eixos temáticos:

Eixos Temáticos



<https://bit.ly/420ldMm>

O monitoramento da execução da Agenda Regulatória da ANA ocorre por meio das etapas do processo regulatório, e seu progresso pode ser acompanhando no Painel de Monitoramento da Agenda Regulatória: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/governanca-regulatoria/agenda-regulatoria>

Ao final de 2023, a ANA realizou a Revisão Ordinária da Agenda que resultou na publicação da Resolução ANA nº 174, de 27 de dezembro de 2023. Mesmo com atraso na conclusão de algumas metas, na revisão ordinária, optou-se por manter as previsões de conclusão conforme a proposta inicial da Agenda (Resolução ANA nº 138, de 27 de dezembro de 2023) comunicando os motivos que levaram a esses atrasos e os prazos reestimados para sua conclusão.

Outra mudança foi a exclusão da meta 4.1 da Agenda Regulatória e sua inclusão no PGA. Esta meta aborda a atualização e aprimoramento dos critérios e a delimitação de Áreas de Especial Interesse para a Gestão de Recursos Hídricos, em âmbito nacional. A mudança foi realizada a partir do entendimento da necessidade de aprofundar as discussões a respeito do tema.

Até o final de 2023, a ANA atingiu 23% da execução da Agenda Regulatória, com 10 metas concluídas e 30 em andamento.

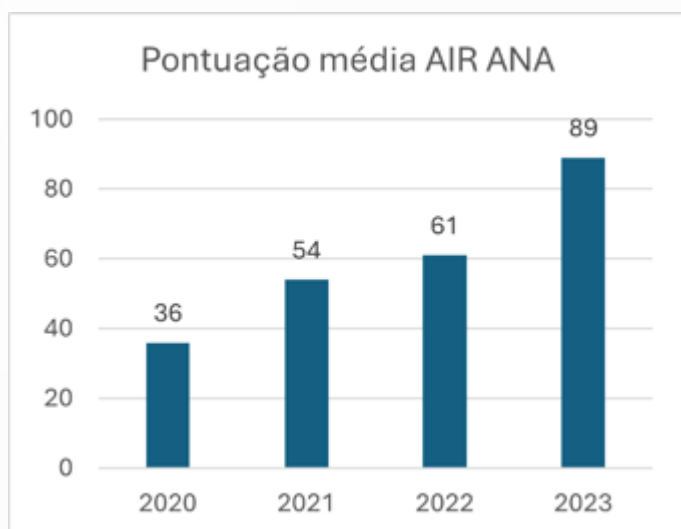
Quanto às metas em andamento, também houve avanços. Ao final de 2023, 8 metas estavam na etapa de Consulta Pública e outras 5 estavam em análise para a deliberação final.



QUALIDADE DOS PROCESSOS REGULATÓRIOS

Aqui serão apresentados os principais resultados referentes à qualidade das Análises de Impacto Regulatório (AIRs) da ANA no período 2020 a 2023, utilizando o Indicador de Qualidade das AIRs (IQAIR) desenvolvido pela Assessoria Especial de Qualidade Regulatória (ASREG) da ANA.

No período analisado, a ANA produziu 23 AIRs, sendo 9 para normas de saneamento básico e 12 para resoluções sobre políticas de recursos hídricos. Todas as AIRs foram avaliadas retrospectivamente, alcançando uma média de 89 pontos no Indicador de Qualidade das AIR (IQAIR) em 2023, em uma escala que varia de 0 a 100 pontos, sinalizando um padrão alto de qualidade.



O ano de 2021, apesar de ter tido uma média superior ao ano de 2020, apresentou uma dispersão maior. A partir de 2022, a dispersão vem diminuindo. O ano de 2023 alcançou um comportamento que é o desejado, ou seja, uma média alta e com baixa dispersão. Apesar de ter sido o ano com o maior número de AIR finalizadas, todas as pontuações se situaram entre 84,40 (mínimo) e 92,80 (máximo).

DESTAQUE – SELO DE BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

A Resolução nº 132, de 10 de outubro de 2022, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que estabelece as condições de operação dos reservatórios das hidrelétricas de Jurumirim (SP), Chavantes (PR/SP) e Capivara (PR/SP), integrantes do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema (PR/SP), recebeu o troféu Selo Ouro na segunda edição do Selo de Boas Práticas Regulatórias em 2023. A premiação ocorreu durante o Encontro de Reguladores, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília.

Na primeira edição, ocorrida no ano anterior, a Resolução ANA nº 70, de 19 de abril de 2021, também foi avaliada como Selo Ouro no ano de 2022. Esta Resolução estabeleceu as condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins, composto pelos reservatórios de Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado (Luís Eduardo Magalhães), Estreito e Tucuruí.

Para a janela que se abrirá em 2024, foram analisados oito atos normativos regulatórios da

ANA, publicados entre janeiro de 2023 e março de 2024, os quais foram submetidos previamente à AIR. Durante a análise verificou-se que todos os atos avaliados teriam potencial para receber a classificação de Padrão Ouro. Esse é um resultado que corrobora com os resultados obtidos no IQAIR e que demonstra a maturidade e a qualidade alcançada pela ANA nos seus processos regulatórios.

O Selo de Boas Práticas Regulatórias é uma iniciativa do MDIC que busca reconhecer, dar visibilidade e disseminar normativos infralegais alinhados às melhores práticas regulatórias nacionais e internacionais.



INOVAÇÃO

Realizada entre os dias 15 e 16 de junho de 2023, nas dependências da ANA, a 1ª Jornada da Inovação da ANA veio para dar visibilidade às melhores práticas e fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras nos setores de recursos hídricos e saneamento básico.



Dentre os destaques da Jornada estão:

- Inauguração do Espaço ANA Coworking. Localizado na sede da Agência em Brasília, no Complexo Administrativo do SPO, Bloco B, Sala 112, o local é uma Sala 360° do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), gerido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).
- Lançamento do App Águas mais Brasil.

Informações adicionais sobre a programação da Jornada acesse:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-fara-transmissao-ao-vivo-da-1a-jornada-da-inovacao-em-recursos-hidricos-e-saneamento-basico>

Cade ressaltar, ainda na seara da Inovação, a realização do Desafio Saneamento do Futuro – Rios Sem Plásticos - iniciativa da ANA e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).



O desafio é composto por 3 categorias:

Social
Gestão Pública
Indústria

A premiação da 1ª fase do concurso, referente ao Edital ANA, ocorreu durante a Cerimônia do Prêmio ANA, em dezembro de 2023. Foram premiadas 3 propostas por categoria, totalizando 9 premiados. Confira a lista dos vencedores no link:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/desafio-saneamento-do-futuro-rios-sem-plasticos-anuncia-vencedores-da-primeira-etapa>

Mais informações sobre o Desafio encontram-se na página:

<https://saneamentodofuturo.abdi.com.br/>



COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Divulgações e transparência à sociedade

Em 2023, foram publicadas 534 matérias no portal oficial da Agência, dentre elas a divulgação sobre o “Prêmio ANA”.

Foram lançadas 12 pautas propositivas em veículos de grande circulação Nacional, como: TV Globo, CNN Brasil, Valor Econômico, dentre outros.



Um grande marco para a Agência foi a realização do Prêmio ANA, que tem por objetivo reconhecer o mérito de iniciativas que se destaquem pela excelência de sua contribuição para a promoção da segurança hídrica, da gestão e do uso sustentável dos recursos hídricos em todo Brasil, em dez categorias: Governo; Empresas de Micro ou de Pequeno Porte; Empresas de Médio ou de Grande Porte; Organizações Civas; Educação – Ensino Fundamental, Médio e Educação não Formal; Educação – Ensino Superior

e Pesquisa; Comunicação – Mídia Audiovisual; Comunicação – Mídia Impressa ou Sonora; Organismos de Bacias; e Entidades Reguladoras Infranacionais do Setor de Saneamento Básico.

Na edição passada foram 618 inscrições de todos os estados e do Distrito Federal avaliadas pela Comissão Julgadora. A cerimônia aconteceu em 6 de dezembro de 2023, e reuniu entes dos 26 Estados do país e do Distrito Federal, conforme registros fotográficos:



ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Durante o ano de 2023, a ANA reforçou seu protagonismo no cenário internacional, principalmente quanto às ações relacionadas a acordos e parcerias firmados com diversos países e projetos desenvolvidos em cooperação. São eles:

- 5 novas iniciativas internacionais: Memorando de Entendimento (MoU) entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Direção Geral de Águas (DGA) do Ministério para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico do Reino da Espanha;
- Projeto de cooperação técnica “Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Fase III” com a República Argentina;
- Valuing Water Initiative (Iniciativa para a Valorização da Água), iniciativa aberta acionada pelas Nações Unidas e Banco Mundial para colocar em prática princípios definidos para valorização da água;
- Apoio à conformação da Rede de Autoridades de Águas dos Estados Partes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);
- Projeto de Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos e regulação de saneamento na América Latina e Caribe, com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);
- Formalização do Plano de Trabalho Fase II do Memorando de Entendimento com o Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália;
- Conclusão da implementação de 5 projetos de cooperação técnica internacional: Projeto Bilateral “Desenvolvimento de Capacidades da Argentina e do Brasil na Área de Gestão Integrada de Recursos Hídricos”;
- Projeto Bilateral “Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Estado Plurinacional da Bolívia”;
- Projeto Bilateral “Fortalecimento Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos em El Salvador”;
- Projeto Bilateral “Fortalecimento da Rede Hidrológica, Implementação de uma Sala de Situação e Capacitação Técnica para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Equador”; e

- Projeto Multilateral “Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.



Agência participa da cerimônia dos 45 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica.



ANA visita sede da OTCA em Brasília para discutir projetos em parceria com a Organização.



Agência recebe visita institucional de comitiva da ONU para discutir Sistema de Apoio a Políticas do ODS 6.



ANA participa da abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Água e de eventos paralelos sobre água e saneamento.



Seminário discute gestão integrada de recursos hídricos entre Brasil e Argentina.

Perspectiva Estratégica – Aprendizado e Crescimento

GOVERNANÇA PÚBLICA

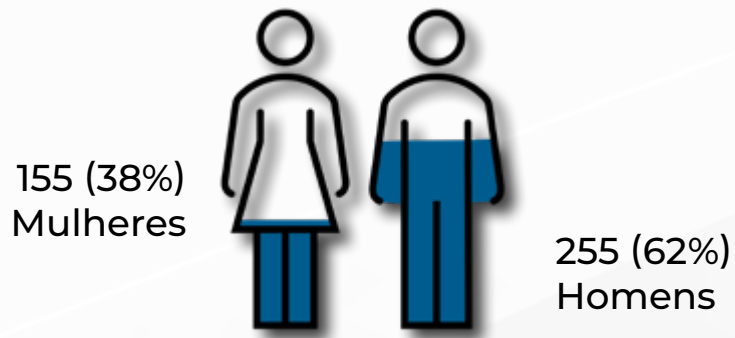
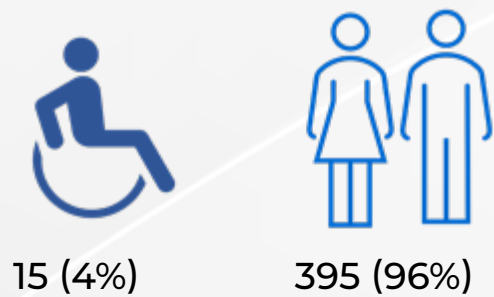
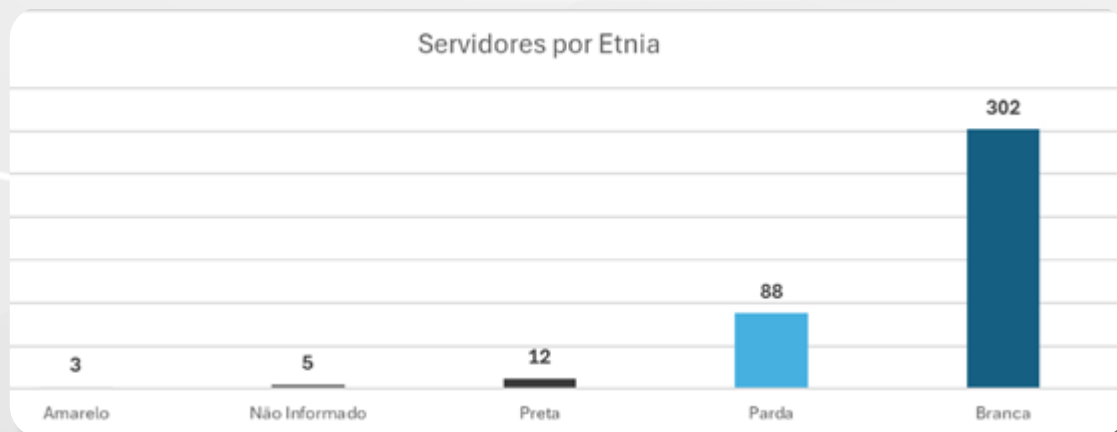
No âmbito da Governança, buscando o aperfeiçoamento do modelo adotado em anos anteriores e benefícios efetivos à sociedade, foi publicada a Resolução ANA nº 167/2023, que instituiu o novo sistema de governança da ANA – SIGOV. O referido sistema implementa um rol de novas estruturas que apoiarão o Comitê Estratégico de Governança. A referida resolução disciplina a periodicidade das reuniões, as competências de cada estrutura e as respectivas composições.

Ainda, a página da Gestão Estratégica no Gov.Br foi completamente atualizada e passou a contemplar a metodologia de monitoramento e avaliação da estratégia da ANA 2023/2026, o painel analítico para acompanhamento do desempenho trimestral do Plano de Gestão Anual – PGA vigente e de anos anteriores, bem como informações sobre o SIGOV.

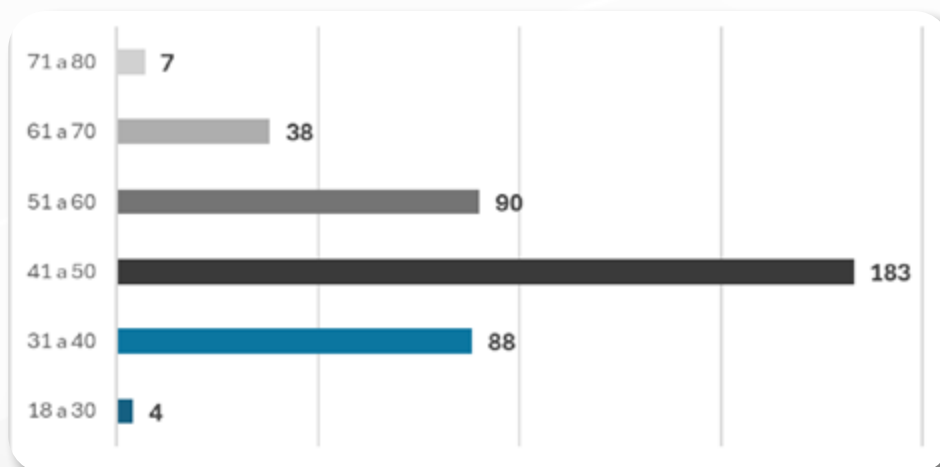
GESTÃO DE PESSOAS E PROGRAMA DE GESTÃO DO DESEMPENHO

O quadro de pessoal da ANA é composto, predominantemente, por servidores que integram a Agência, conforme detalhado abaixo:

Servidores Ativos Permanente	Analista Administrativo	45	286
	Especialista em Geoprocessamento	27	
	Especialista em RH e Saneamento Básico	181	
	Técnico Administrativo	31	
	Quadro Específico	2	
Servidores sem vínculo			25
Servidores requisitados			35
Servidores em exercício descentralizado			25
Servidores em exercício art. 93, 8.112/90			39
Total			410

Servidor por Gênero:**Servidores com Deficiência:****Servidores por Etnia:**

Servidores por Faixa Etária:



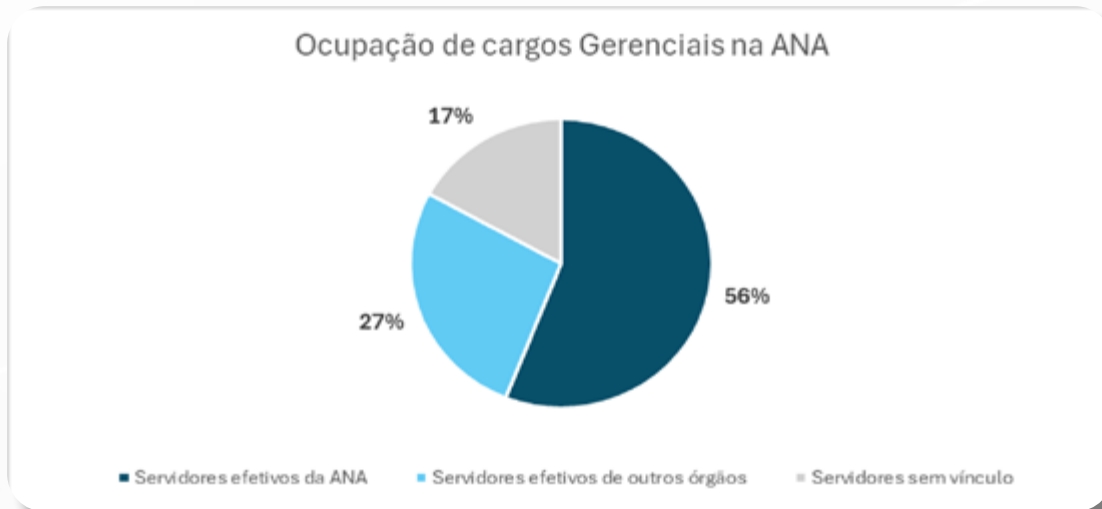
Aposentadoria:

Em 2023, foram concedidas 3 (três) aposentadorias a servidores do sexo masculino, dos quais 2 (dois) ocupavam o cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e 1 (um) ocupava o cargo de Analista Administrativo, totalizando 3,4 % dos servidores efetivos da ANA; 1,1% do cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico; e 2,3% do cargo de Analista Administrativo.

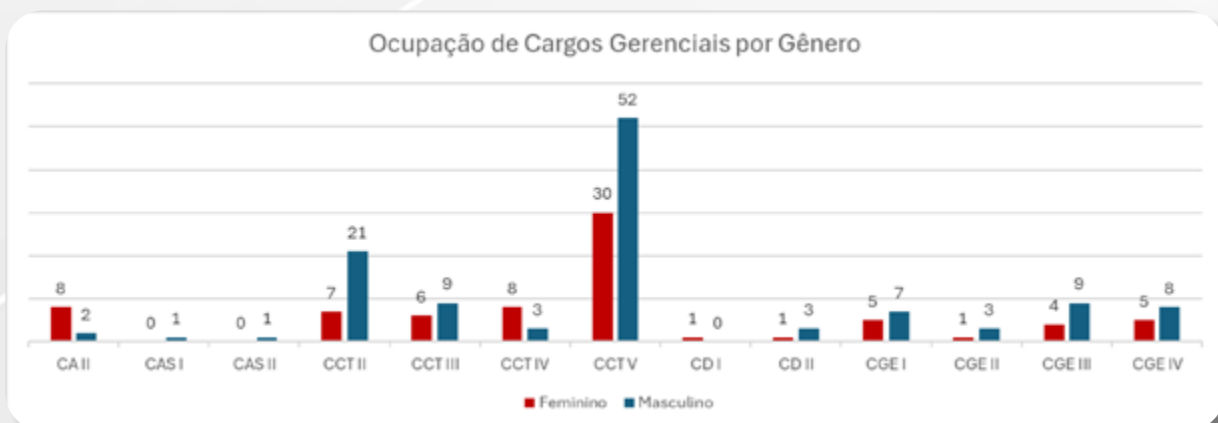


Para 2024, estima-se que até 3% (três por cento) dos servidores efetivos da ANA requeiram a aposentadoria voluntária.

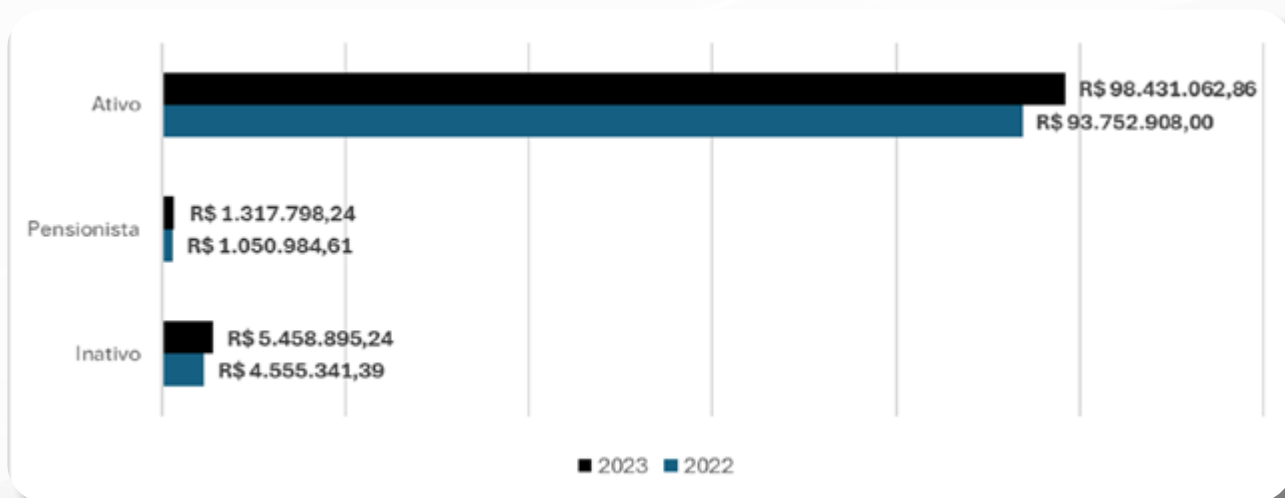
Ocupação de Cargos Gerenciais na ANA:



Ocupação de Cargos Gerenciais por Gênero:



Evolução dos Gastos com Pessoal



Dados Gerais dos Eventos de Capacitação Realizados em 2023:

As ações de desenvolvimento dos servidores da ANA são regidas pela Política de Capacitação e Desenvolvimento da ANA. O Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP é um dos principais instrumentos desta Política, sendo o documento que registra as demandas (necessidades de desenvolvimento) e instiga a oferta (ações de desenvolvimento); alinha as ações de desenvolvimento e a estratégia da Agência; norteia o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência; e oferta ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores.

O PDP da ANA está alinhado às disposições do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e da Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME 21, de 1º de fevereiro de 2021, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 69, de 13 de julho de 2021, bem como dos seus normativos complementares, que instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP, com o objetivo de promover o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades profissionais dos servidores nas competências necessárias à consecução da excelência de sua atuação.

Na elaboração do PDP 2023, que acolheu os temas e desafios emergentes postos pelo governo federal à ANA, houve uma preocupação abrangente no desenvolvimento dos servidores, comprometida com a entrega de um profissional com competência para atender às expectativas da Agência, de modo que esteja preparada para cumprir a sua missão institucional.

O ciclo do PDP 2023 se iniciou com o levantamento das necessidades de capacitação nas Coordenações que compõem cada unidade da estrutura organizacional da Agência.

As necessidades foram avaliadas pelo gestor máximo de cada área e pela área de gestão de pessoas da ANA e encaminhadas ao Órgão Central do SIPEC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para manifestação técnica. Com a devolutiva, foi estruturada da lista de eventos de capacitação do PDP, que pautou as contratações de cursos, congressos, simpósios etc., durante o exercício.

Público alvo para participação em eventos de capacitação:

Tipo	Quantidade
Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico	154
Especialista em Geoprocessamento	27
Analista Administrativo	45
Técnico Administrativo	31
Quadro Específico	2
Servidores sem Vínculo	25
Requisitados/exercício art. 93 8.112, de 1990/Exercício descentralizado / outros vínculos	99
Total de Servidores em Exercício na ANA*	393
*cedidos e afastado não foram considerados como público-alvo	

Realizado:



223

Servidores
Capacitados



100

Eventos de
Capacitação



7.873h

Carga Horária
Total



35,30 horas

Carga Horária
Média por
Servidor

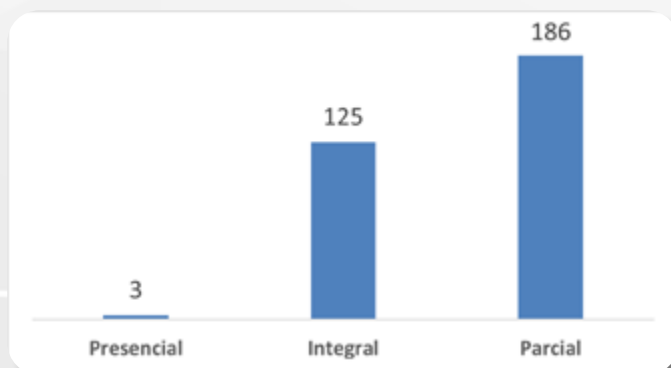
Formação dos Servidores da ANA :



Outro instrumento da política de capacitação é o Programa de Formação Avançada da Agência. Em 2023, foi autorizada a participação de 1 (uma) servidora da Agência, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, para a realização de Especialização, sem afastamento das atividades.

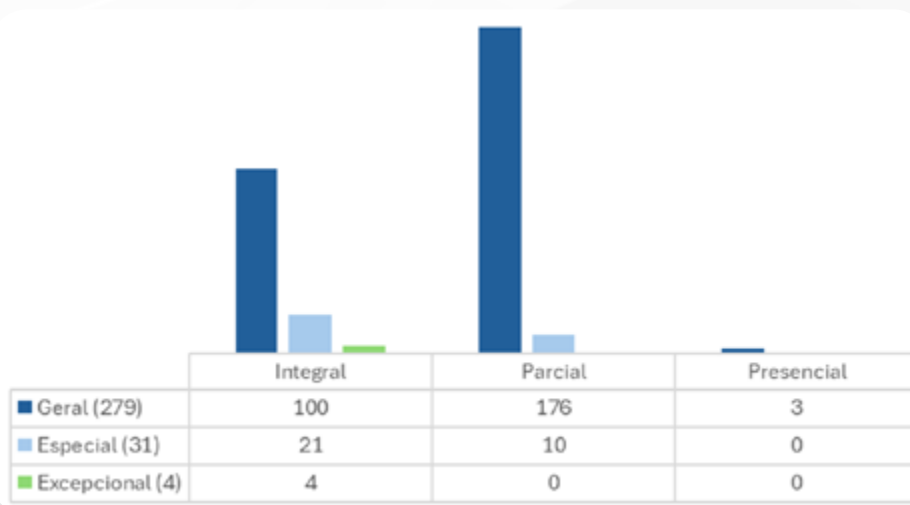
Programa de Gestão e Desempenho (PGD-ANA):

O PGD foi implementado por meio da Portaria ANA nº 396, de 02/06/2022, nas modalidades, presencial, teletrabalho parcial, e teletrabalho integral, com a participação de 314 servidores, conforme gráfico a seguir:



Avaliação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD-ANA, 2023):

Os participantes do Programa são divididos por grupos, geral e especial, sendo que no geral se enquadram os agentes públicos em exercício na ANA que poderão participar do PGD e o grupo especial são agentes públicos que não se encontram em exercício na ANA. Com relação à visão geral do Programa de Gestão e Desempenho (PGD-ANA) o gráfico abaixo demonstra os seguintes números:



Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SISREF):

A ANA, atendendo orientações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI contidas nos termos do Ofício Circular nº 1012/2023/MGI (37899139), deixou de utilizar no final de 2023 o controle de frequência no SISREF e migrou para as novas soluções do SouGov Frequência (atesto de frequência pelo servidor) e do SIGEPE Frequência (homologação pela Unidade de Gestão de Pessoas), as quais estão disponíveis tanto no aplicativo quanto na web.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Concurso Público:

Desde o exercício de 2020, a ANA vinha solicitando a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos ainda vagos no seu quadro de pessoal, cujas respostas por parte do então Ministério da Economia – ME eram sempre pela impossibilidade de atendimento das demandas apresentadas pela Agência, seja em função das diretrizes do Poder Executivo Federal (restrição orçamentária), seja por limitações impostas pela legislação eleitoral ou pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Informava-se, naquele momento, que o último concurso realizado pela Agência havia sido 2012, para o cargo efetivo de Técnico Administrativo, objeto do Edital ANA nº 1/2012, de 13 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 14.

A recomposição de pessoal, pela Agência, foi sempre pautada no objetivo de minimizar os problemas advindos da escassez da força de trabalho e, também, da necessidade de a ANA gerar a sua capacidade de respostas institucionais satisfatórias à consolidação da implementação da política nacional de recursos hídricos, da regulação e da fiscalização dos usos, para atender as demandas de Governo e da sociedade em geral, bem como dotá-la de uma gestão qualitativa e quantitativa de pessoal visando atingir, com eficácia e eficiência, as metas institucionais por ela propostas.

Finalmente, pela Portaria MGI nº 3.764, de 18 de julho de 2023, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a realização de concurso público para o provimento de 40 (quarenta) vagas do cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.

Com a aprovação pela Diretoria Colegiada da ANA, foi escolhido o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE como banca examinadora para realizar o 5º concurso público da Autarquia, cujo edital de abertura estava sendo elaborado para a devida publicação.

Dimensionamento da Força de Trabalho da ANA:

A pesquisa aplicando-se o modelo, o método e a tecnologia desenvolvidos no âmbito do Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT nas unidades da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico foi devidamente concluída nos termos do plano de trabalho estabelecido em comum acordo com a Universidade de Brasília.

Os insumos e resultados obtidos no dimensionamento, definirão o tempo médio de entrega das atividades em cada unidade da ANA e com isso, o tamanho ideal das respectivas equipes, condizente, o mais próximo possível, com a realidade desta Agência.

A integração da metodologia aplicada no âmbito do DFT, com a sistemática do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, (IN 24/2023), contribuirá para superar os novos desafios impostos por esse programa, de modo a proporcionar avanços para o planejamento, monitoramento e avaliação quantitativa e qualitativa da produtividade das unidades organizacionais da ANA, bem como de cada indivíduo integrante das equipes.

Essas contribuições poderão trazer melhorias, não só para o desenvolvimento do novo Sistema do Programa de Gestão e Desempenho – PGD da ANA, mas também servir de referência para os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho - PGD.

Apontamento dos Órgãos de Controle:

Houve no sistema de auditoria e-AUD, gerido pela CGU, 1 (um) apontamento de irregularidade existente na Unidade durante o exercício de 2023, referente a indício de acumulação irregular de vínculos empregatícios na Administração Pública, o qual já foi respondido e finalizado. No que se refere ao monitoramento do TCU, foram apontados 9 (nove) indícios de irregularidade através do sistema e-Pessoal, sendo 3 (três) indícios de servidor aposentado e 4 (quatro) de pensão civil, ambos sem ato de concessão lançado no sistema e-Pessoal do TCU, os quais se encontram em monitoramento; e 2 (dois) indícios de servidores ativos de acumulação irregular de vínculos empregatícios na Administração Pública, os quais se encontram arquivados pelo TCU.

Ações Voltadas à Saúde e Qualidade de Vida:

Em agosto de 2023 a ANA inaugurou 2 (duas) Salas de Telemedicina, localizadas na Área de Saúde do Bloco E, com a presença da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ e a GEAP Autogestão em Saúde, que fizeram demonstrações dos respectivos aplicativos de Telemedicina e estiveram disponíveis para informações relativas as promoções, e de carências nos seus Planos de Saúde. As salas de Telemedicina foram utilizadas 31 vezes.

Por conseguinte, após tratativas junto àquelas instituições, foram disponibilizados 2 profissionais (1 da ASSEFAZ e 1 da GEAP) para atendimento aos servidores da Agência nas dependências da Área de Saúde do Bloco E, porventura nas campanhas de isenção de carência.

Ações da Divisão de Acompanhamento de Programas de Gestão de Pessoas – DIPGP:

Foi criada a Divisão de Acompanhamento de Programas de Gestão de Pessoas – DIPGP com o desafio de planejar e acompanhar o programa de gerenciamento de líderes e talentos, de planejar, implantar e acompanhar a execução das ações do Programa de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT e manter o respectivo sistema atualizado, e de controlar, executar e acompanhar as atividades pertinentes ao Programa de Gestão e Desempenho – PGD dos servidores e estagiários em exercício na ANA, e manter o respectivo sistema atualizado.

Dentre as atribuições destinadas à Unidade, foi instituído o Programa de Reconhecimento de Agentes Públicos e Servidores Ativos e Inativos no âmbito da ANA, por meio da Portaria ANA nº 466, de 30 de outubro de 2023, com a finalidade de homenagear os servidores da ANA pelo tempo em atividade exercida na Agência e pelas contribuições relevantes ao órgão com vista ao alcance dos objetivos estratégicos e aos resultados institucionais e à sociedade. Com isso, ocorreu no dia do servidor público de 2023 a solenidade de homenagem aos servidores hoje inativos. A Diretoria enalteceu os ex-servidores como reconhecimento e fechamento de um ciclo de dedicação, empenho e respeito, os quais foram homenageados com a criação de uma área específica nas dependências da ANA, destinada a plantação de Ipês (espécie *Handroanthus*), com a denominação de cada um deles. No evento, foram plantados 2 (dois) exemplares com a ajuda dos Diretores presentes e 2 (dois) homenageados representando os demais.

As atividades do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT foram retomadas, vindo ao encontro do Planejamento Estratégico da Agência 2023-2026.

Foram previstas ações atendendo os interesses dos servidores/colaboradores que responderam uma pesquisa realizada em abril de 2023, conforme demonstrado abaixo.

São essas as cinco primeiras mais votadas:



Campanha do Agasalho

A iniciativa foi realizada em julho e recebeu 60 peças entre cobertores, mantas, calças, casacos, blusas, meias, nos tamanhos adulto e infantil. As doações foram entregues para a Associação Santos Inocentes e o Instituto Dom Orione..



Incentivo a Atividades Esportivas

Proposta de Programa de Bem Estar e Saúde Física e Mental do servidor encontra-se sendo analisada para implementação em breve.



Campanha da Vacinação

461 doses de vacinas contra gripe aplicadas nos servidores e colaboradores e 97 doses de vacina aplicadas nos dependentes.



Festa Junina

Realizada em 7/7/2023, no Complexo Administrativo do SPO, contou com parcerias dentro os órgãos que o compõem. Disponibilizaram vários elementos necessários que foram importantes para proporcionar o entretenimento dos convidados e familiares, tais como: comidas típicas, bebidas, banda de música, grupo de quadrilha, brinquedos infláveis para as crianças, dentre outros. A festa aconteceu no estacionamento dos blocos L e M, contou com a presença de aproximadamente 700 pessoas.



Campanha Natal Solidário

A campanha contou com a parceria das ASÁ-GUAS e ASCOM, e foi arrecadada a contribuição para a aquisição de 130 pares de tênis escolares, que foram destinados aos filhos e netos dos colaboradores da limpeza, jardinagem e copeiragem.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em janeiro de 2023, a Superintendência de Tecnologia da Informação da ANA - STI elaborou a estratégia de tecnologia da informação e identificou as ações necessárias ao seu atendimento.

Além disso, foi entregue metodologia e a ferramenta de priorização de demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo de auxiliar, a partir de critérios pré estabelecidos, o planejamento, organização e tomada de decisão da alta administração da ANA. Como resultado do esforço em identificar o foco de atuação da STI para o ciclo estratégico, a STI não somente elaborou seu planejamento estratégico, como o Plano de Transformação Digital da Agência, que conta com 21 (vinte e uma) ações.

Para viabilizar o monitoramento dos projetos e das ações estratégicas da STI, também foram construídas ferramentas com recursos técnicos internos.

Com as iniciativas identificadas e metas de prazo aprovadas pela Diretoria, foi realizado um levantamento de escopo e acordo de prazos para as entregas de desenvolvimento de TI, o que ocorreu junto às áreas de negócio impactadas em cada ação estratégica e cujo detalhamento foi apresentado no Plano de Transformação Digital da Agência, alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), com conteúdo compartilhado e acompanhado, também, pelos órgãos de controle competentes.

Uma das principais entregas de 2023 foi o aplicativo Águas Mais Brasil, que se trata de um canal destinado ao atendimento aos usuários de recursos hídricos, com a centralização do acesso a serviços de outorga, cobrança e declaração de uso da água, infrações pelo uso irregular da água, além de outros serviços úteis à gestão dos recursos hídricos.

O lançamento do app se deu em junho de 2023, durante a realização da 1ª Jornada de Inovação da ANA.



CONFORMIDADE LEGAL

A ANA, no que concerne às políticas específicas para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), adota um conjunto diversificado de regras e diretrizes. Estas estão fundamentadas nas melhores práticas de mercado, devidamente adaptadas às especificidades da Administração Pública Federal, e em atendimento aos normativos emitidos pelo Governo Federal, Órgãos de Controle, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), entre outros.

Abaixo, referencia-se os principais normativos internos aplicados ao setor:

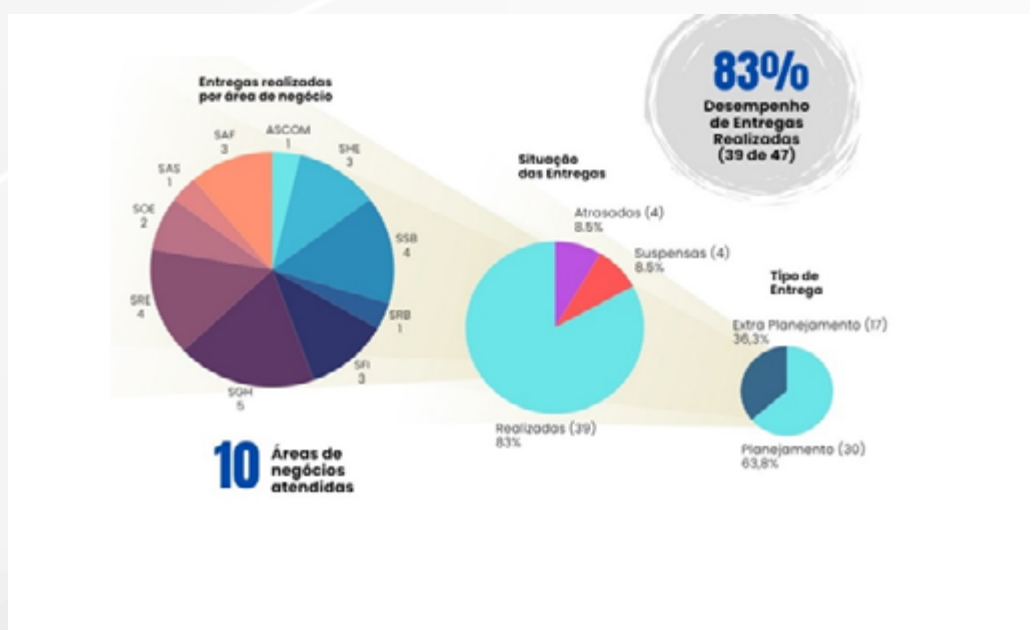
- Resolução ANA nº 136/2022 - Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.
- Resolução ANA nº 167/2023 - Dispõe sobre o Sistema de Governança da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – SIGOV/ANA.
- Resolução ANA nº 1078/2015 - Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC no âmbito da ANA.
- Resolução ANA nº 1099/2017 - Aprova as regras para a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC no âmbito da ANA.
- Resolução ANA nº 38/2019 - Altera os artigos 4º e 7º da Resolução ANA nº 1099/2017.
- Portaria ANA nº 402/2022 - Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) da ANA.
- Portaria ANA nº 440/2022 - Redefine o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
- Portaria ANA nº 443/2022 - Designa o Superintendente de Tecnologia da Informação como Gestor de Segurança da Informação e Comunicações da ANA.
- Portaria ANA nº 420/2022 - Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.
- Portaria ANA nº 452/2023 - Aprova o Plano de Transformação Digital da ANA 2023-2026.
- Portaria ANA nº 459/2023 - Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) da ANA para o período de 2023 a 2026.

DESEMPENHO ESTRATÉGICO DE TIC

Nesta seção destaca-se o resumo do desempenho das atividades apoiadas pela STI ao longo de 2023.

A próxima imagem fornece uma análise gerencial e quantitativa, evidenciando o resultado dos projetos relacionados às atividades finalísticas da Agência.

A mensuração representada na imagem, revela que 83% dos projetos planejados foram realizados com sucesso, enquanto uma pequena fração foi afetada por um incidente cibernético ocorrido em setembro de 2023. Esta representação gráfica destaca não apenas o volume e a distribuição das entregas, mas também enfatiza a resiliência e o comprometimento da STI diante dos desafios encontrados.



MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

No exercício de 2023, foram empenhados R\$ 43,76 milhões e efetivamente pagos R\$ 31,02 milhões em recursos aplicados em Tecnologia da Informação e Comunicação. Esses dados estão registrados no Capítulo 4 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis, fornecidos pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF).

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Dos projetos relacionados às contratações de TIC, entre o planejado e realizado, o desempenho apurado foi de 57%.

As principais contratações de TIC, vigentes neste ciclo de gestão, estão relacionadas na tabela abaixo:

016/ANA/2018 - Hepta Tecnologia e Informação LTDA - Objeto: Contratação de solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico, com registro e acompanhamento de serviços especializados, visando prover a Agência Nacional de Águas de serviços de manutenção e evolução da saúde operacional com processos de trabalho aferidos e remunerados exclusivamente por Acordos de Nível de Serviços (ANS), no Sistema de Registro de Preços.

Valor: R\$ 10.184.788,00 Vigência: 02/04/2024

034/ANA/2021 - Oracle Do Brasil Sistemas LTDA - Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos serviços de processamento de dados em nuvem da Oracle baseado na solução Oracle Exadata Cloud at Customer e na contratação de serviços de ACS.

Valor: R\$ 7.496.672,52 Vigência: 31/01/2026

039/ANA/2023 - Lanlink Soluções e Comercialização em Informática S.A - Objeto: Contratação de produtos e serviços Microsoft, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência.

Valor: R\$ 4.319.045,92 Vigência: 25/09/2024

008/ANA/2022 - G4F Soluções Corporativas LTDA - Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados em desenvolvimento, evolução e sustentação de sistemas de informação e desenvolvimento web, na modalidade fábrica de software, baseada em práticas e princípios ágeis, estruturada em torres de serviço.

Valor: R\$ 4.105.288,32 Vigência: 01/04/2025

014/ANA/2022 - Extreme Digital Consultoria e Representações LTDA - Objeto: Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, de empresa especializada para prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem, sob o modelo de cloud broker (integrador) de multi-nuvem, que inclui a concepção, projeto, provisionamento, configuração, migração, suporte, manutenção e gestão de topologias de serviços em dois ou mais provedores de nuvem pública.

Valor: R\$ 3.043.882,84 Vigência: 29/04/2024

007/ANA/2022 - Every Ti Tecnologia & Inovação EIRELI - Objeto: Contratação de serviços técnicos continuados de escritório de projetos, processos e serviços de governança corporativa e de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Valor: R\$ 2.539.012,93 Vigência: 23/03/2025

027/ANA/2021 - Hitss do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda - Objeto: Prestação de serviços continuados de apoio técnico e suporte à gestão, com foco em projetos e processos de tecnologia da informação, utilizando estrutura de "torres de serviços".

Valor: R\$ 2.484.417,00 Vigência: 14/10/2024

ARP 14/2022/ANA - Daten Tecnologia LTDA Objeto: Aquisição de computadores tipo desktop – performance usual

Valor: R\$ 2.105.194,46 Vigência: 26/12/2023

039/ANA/2020 - Layer Tecnologia da Informação LTDA. Objeto: Fornecimento de solução de classificação, monitoramento e auditoria de dados e comportamento de usuários, incluindo instalação, capacitação técnica, suporte

020/ANA/2021 - Niva Tecnologia Da Informação LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos serviços de atualização e suporte técnico de solução de proteção de rede next generation firewall (ngfw) Palo Alto networks pa-3060, configurado em 2 (duas) unidades em cluster, provendo alta disponibilidade.

Valor: R\$ 1.831.973,73 Vigência: 18/08/2024

18/2022 - Logap Sistemas Inteligentes LTDA - Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados em desenvolvimento de aplicativos multiplataforma para dispositivos móveis (app), estruturado em "sprints" e abrangendo o desenvolvimento, evolução, sustentação, manutenção, distribuição e monitoramento.

Valor: R\$ 1.582.516,13 Vigência: 10/05/2024

ARP 13/2022/ANA - Systech Sistemas e Tecnologia Em Informática LTDA - Objeto: Aquisição de computadores tipo desktop – alta performance

Valor: R\$ 1.265.850,00 Vigência: 26/12/2023

047/ANA/2023 - Decision Serviços de Tecnologia da Informação LTDA - Objeto: Fornecimento de licenças de software e plano de manutenção de licenças de software da fabricante VMware.

Valor: R\$ 1.138.687,55 Vigência: 04/04/2027

025/ANA/2021 - Telebrás - Telecomunicações Brasileiras S.A - Objeto: Contratação de solução de conectividade (link de comunicação) em velocidade total de 2gbps, composta de link único com dupla abordagem física ao data center ANA.

Valor: R\$ 832.101,90 Vigência: 28/09/2026

O INCIDENTE CIBERNÉTICO

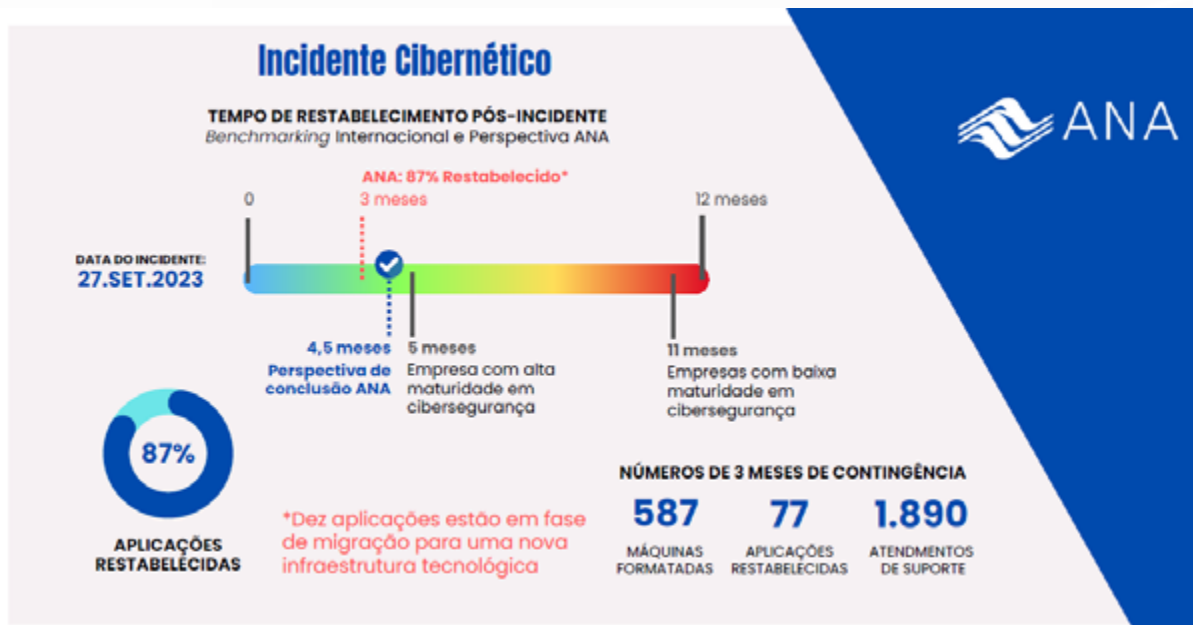
Em 27 de setembro de 2023, identificamos indisponibilidades em diversos sistemas da Agência através de nossas ferramentas de monitoramento e detectamos a presença de ransomware no ambiente tecnológico interno da Agência. Esta invasão resultou na criptografia de dados de pastas de trabalho que são utilizadas pelos usuários que atuam presencialmente nesta Agência.

A ANA, apesar de não ser um órgão que detém informações sigilosas de Estado, já contava com uma Coordenação de Segurança da Informação (COSIC) dotada de um Plano de Gerenciamento de Crise Cibernética, o que foi crucial para uma resposta eficaz ao incidente. De modo geral, incidentes como esse impactam três pilares da segurança cibernética e da informação: da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade de dados, informações e serviços digitais.

Dadas as circunstâncias, o ataque à Agência pode ser categorizado como de alta severidade, no entanto, a STI/ANA respondeu ao desafio de maneira ágil e efetiva, adotando as seguintes medidas contingenciais:

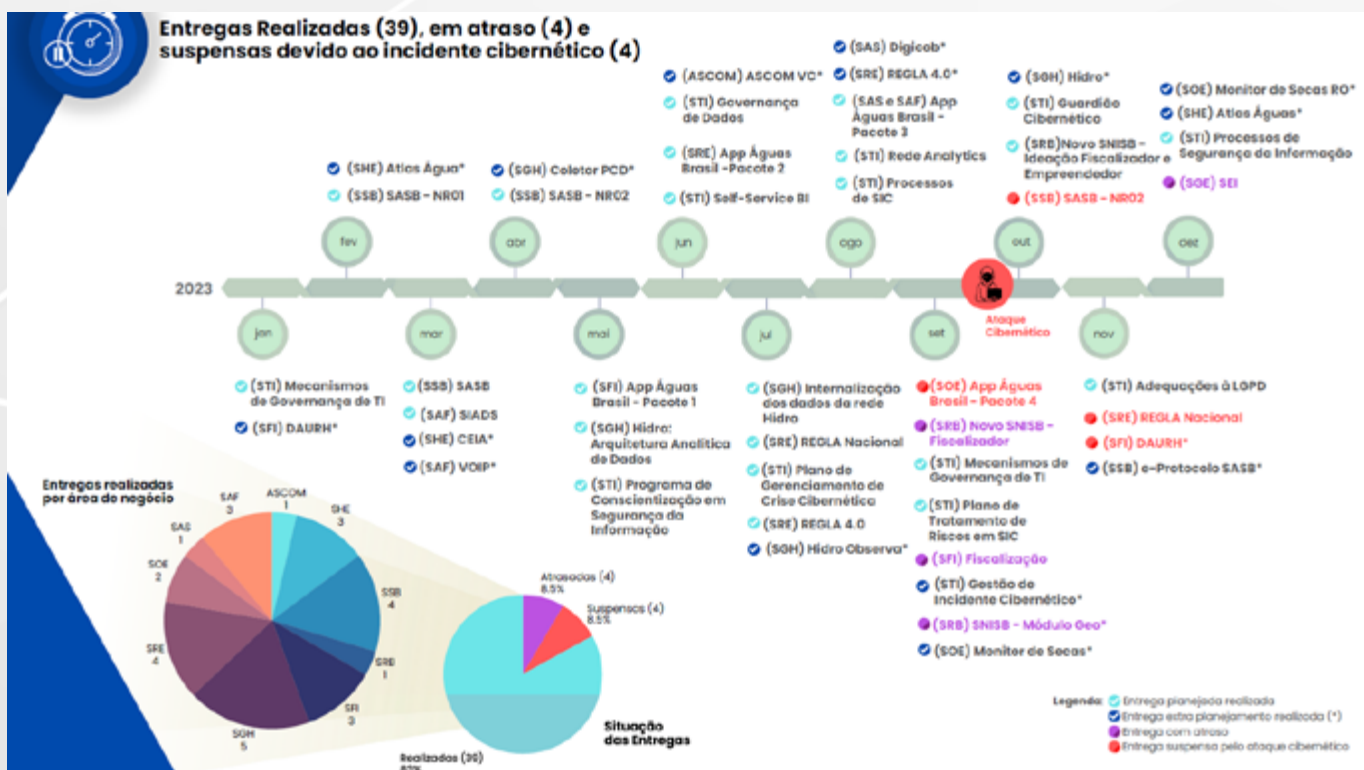
- Mobilização imediata da equipe da STI para contenção do ataque;
- Estabelecimento de comunicação clara e tempestiva, com a definição de procedimentos e prioridades de restabelecimento junto à alta administração e às áreas de negócio do órgão;
- Restauração de dados a partir dos backups disponíveis e íntegros;
- Interlocução com outros órgãos especializados, visando aprender com experiências anteriores relacionadas a ataques similares;
- Estabelecimento de uma infraestrutura de rede atualizada e melhorada em relação à anterior, com requisitos de segurança mais exigentes após o incidente;
- Implementação de ferramentas de segurança avançadas para proteger a nova infraestrutura e reduzir o risco de futuros incidentes.

A imagem abaixo exibe os dados apurados que se relacionam ao incidente, na data de fechamento do atual ciclo de gestão:



A seguir, apresentamos uma representação visual detalhada do desempenho apurado em 2023, após o panorama gerencial previamente exposto.

A imagem abaixo ilustra a execução e o progresso dos projetos, destacando aqueles que foram impactados pelo incidente.



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

As principais áreas de foco identificadas abaixo visam fortalecer a capacidade operacional da Agência e garantir a entrega eficiente de seus serviços digitais. A seguir, detalhamos os desafios e as ações planejadas para enfrentá-los, demonstrando o compromisso da STI com a melhoria contínua e o alinhamento com as necessidades estratégicas da ANA:

- Modernização da infraestrutura tecnológica e de conectividade: modernizar e expandir a infraestrutura para suportar eficientemente as demandas crescentes por serviços digitais;
- Ampliar a capacidade de gestão e fiscalização de contratos: fortalecer os mecanismos de supervisão e controle para garantir o cumprimento dos termos contratuais e a eficácia na entrega dos serviços;
- Aumento da maturidade em segurança cibernética: reforçar as defesas contra ameaças digitais e melhorar as políticas e práticas de segurança cibernética;
- Ampliação da capacidade de desenvolvimento de software: expandir as competências internas para desenvolver soluções de software que atendam às necessidades da Agência;
- Conformidade Legal: assegurar que todas as atividades de TI estejam em conformidade com os regulamentos e leis aplicáveis;
- Gestão de pessoas: aprimorar as práticas de recursos humanos para melhorar o recrutamento, a retenção e o desenvolvimento profissional;
- Inoperância de sistemas: adotar medidas para reduzir os riscos de falhas de sistema e minimizar o impacto nos serviços prestados;
- Aumento da maturidade em gestão e governança de dados: aprimorar as práticas de gestão de dados para otimizar o uso das informações e garantir sua integridade e segurança;
- Aumento da maturidade em gestão de processos: evoluir a maturidade dos processos organizacionais para aumentar a eficiência e eficácia operacional.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Produtos de comunicação para maior transparência e engajamento interno

A ANA lançou o hub de informações modernizando a Intranet da agência (I E.2 Meta PGA 2023) e profissionalizou as demandas abertas por todas as áreas por meio do ASCOMVC, um sistema criado para dar maior transparência aos pedidos internos de divulgações como: eventos, apoio para cerimonial, cobertura fotográfica entre outras ações de comunicação.

HUB de Informações e ASCOMVC

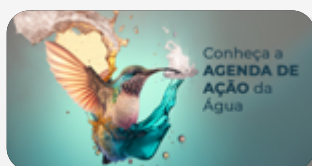
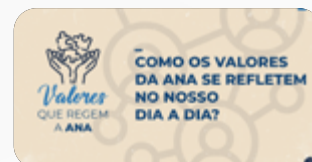


COMUNICAÇÃO INTERNA

Foram realizadas 32 campanhas de comunicação interna para fomentar ações relacionadas ao bem-estar dos servidores e colaboradores da ANA.



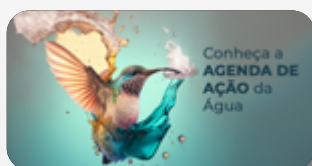
Campanha interna - Valores que regem a ANA



Campanha interna - Linguagem sexista não tá com nada.



Evento interno - Entre Elas (Dia Internacional da Mulher)



Campanha interna - Dia Mundial da Água - Divulgação da agenda de ação da Água



Campanha interna - Escolha do nome do novo APP - (Águas Brasil)



Campanha Interna - Habilidades da maternidade



Campanha interna - Você é parte da Segurança da Informação na ANA



Campanha Interna - ASCOMvc - Uma nova forma de abrir demandas de comunicação



Campanha Interna - LGBTFobia é crime



Campanha Interna - Dia dos Pais (Pai-presente)



Desafios para o Próximo Exercício

Foram muitos os avanços produzidos pela ANA no exercício de 2023, e para o próximo ano vislumbramos uma série de novos desafios que demandarão esforços contínuos desta Agência. São eles:

- Implementação dos Planos de Ação do Pacto pela Governança da Água;
- Integração da Regulação dos Usos de Recursos Hídricos com os Estados, por meio do Sistema REGLA Nacional;
- Implementação do automonitoramento de uso da água pelos usuários de recursos hídricos regularizados em corpos hídricos de domínio da União, segundo critérios da Resolução nº 188, de 2024;
- Elaboração de solução regulatória que possibilite o monitoramento de corpos hídricos de domínio da União por usuários regularizados, de modo a aumentar a disponibilidade de dados e informações hidrológicas, que subsidiam a avaliação dos impactos das captações e lançamentos sobre os mananciais;
- Institucionalização da Rede Hidrometeorológica Nacional, por meio da publicação de normativo que defina esta rede, seus objetivos e sua organização;
- Avanço no processo de padronização das atividades no âmbito da Rede Hidrometeorológica Nacional, por meio do manual intitulado Técnicas e Procedimentos para Medição de Descarga Líquida com Perfilador Acústico Doppler (ADCP);
- Aprovação de 10 Normas de Referência (NR) para o setor de saneamento;
- Recomposição do orçamento para a implementação das normas de referência para o setor de saneamento, para segurança de barragens e para gestão da rede hidrometeorológica;
- Continuidade da capacitação de mais de 20 mil pessoas em segurança de barragens, regulação do saneamento e recursos hídricos;
- Aplicação da Resolução nº 168/2023 sobre as condições gerais de prestação de serviço de adução de água bruta do PISF (contratos com os Estados);
- Avanço na implementação do enquadramento de corpos d'água, prosseguindo para as Bacias do Rio Paraíba do Sul e região hidrográfica do Alto São Francisco;
- Retomada dos trabalhos do CNRH;
- Incorporação da dimensão da mudança do clima no Índice de Segurança Hídrica (ISH); e
- Reforço da utilização do Monitor de Secas pelos tomadores de decisão e sociedade.

CAPÍTULO 3

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

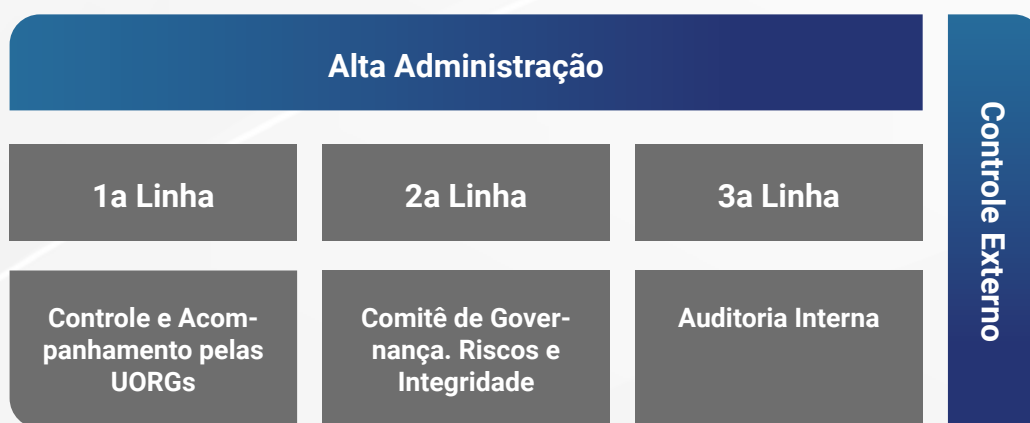


Gestão de Riscos

A gestão de riscos na ANA é regulamentada por meio das seguintes portarias:

- Portaria ANA nº 49, de 8 de março de 2019, que estabelece a política de gestão de riscos da ANA;
- Portaria ANA nº 403, de 27 de novembro de 2019, que aprovou a Metodologia de Gestão de Riscos da ANA.

A metodologia de riscos da ANA está organizada em três linhas:



O Processo de Gestão de Riscos segue as seguintes etapas:



Os riscos levantados referem-se às Iniciativas Estratégicas (IE), aos Processos e Operações Continuadas (POC) considerados críticos e aos Objetivos Estratégicos constantes do Plano Estratégico ANA 2023-2026.


Para classificar os riscos, foram utilizados critérios de probabilidade e impacto da ocorrência de um evento que venham a ter reflexos no cumprimento das IE, POC e Objetivos Estratégicos, bem como os respectivos tipos: riscos operacionais, riscos de imagem/reputação do órgão, riscos legais e riscos financeiros/orçamentários.

Em 2022, durante o processo de revisão e atualização do planejamento estratégico foram realizadas diversas consultas às áreas para analisar e reclassificar os riscos das Iniciativas Estratégicas e Processos de Ação Continuada. Essa reavaliação consta do novo PEI 2023/2026.

Já nas oficinas de validação do novo planejamento estratégico que contaram com a participação de toda a Diretoria Colegiada, bem como os Superintendentes e seus Adjuntos, foram levantados e classificados os riscos associados aos objetivos estratégicos, expostos abaixo:

- Objetivos Estratégicos: metas de alto nível que a ANA busca alcançar.
- Iniciativas Estratégicas (IE): Projetos e ações específicos para alcançar os Objetivos Estratégicos.
- Processos e Operações Continuadas (POC): Atividades essenciais para o funcionamento da ANA.
- Classificação: Os riscos foram categorizados em diferentes tipos, incluindo: Riscos Operacionais, Riscos de Imagem/Reputação, Riscos Legais e Riscos Financeiros/Orçamentários.
- Avaliação: Para avaliar os riscos, foram aplicados critérios que consideram tanto a probabilidade quanto o impacto da ocorrência de eventos que possam afetar o cumprimento das IE, POC e Objetivos Estratégicos.
- Medidas de Tratamento: Para cada risco identificado, foram definidas medidas de tratamento específicas para minimizar a probabilidade e o impacto de sua ocorrência.
- Responsável: Para cada medida de tratamento, foi definido um responsável pela sua implementação e monitoramento.
- Periodicidade de Monitoramento: A periodicidade do monitoramento dos riscos foi definida de acordo com a sua probabilidade, impacto e nível de criticidade.
- Situação: A situação de cada risco está sendo monitorada constantemente e as medidas

O quadro abaixo demonstra os riscos classificados:

	 Financeiro Orçamentário	 Imagem Reputação	 Legal	 Operacional
Estratégicos	6	12	3	12
Iniciativas Estratégicas	9	30	5	80
Processos e Operações Continuadas	8	7	1	39

O quadro abaixo demonstra de forma mais detalhada os riscos por sua criticidade:

			
	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Moderado
Estratégico	12	19	2
Iniciativas Estratégicas	20	65	29
Processos e Operações Continuadas	8	38	9

Os Riscos Estratégicos representam incertezas que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos de uma organização. A gestão adequada desses riscos é essencial para garantir a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo.

Entre os principais riscos identificados destacamos:

Principais Riscos

Condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos insuficientes para prevenir ou mitigar eventos hidrológicos críticos.

Mitigação

1. Verificar o impacto da implementação das condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos sobre sua resiliência à ocorrência de eventos extremos.
2. Verificar o impacto da implementação das condições de operação de reservatórios e sistemas

Condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos insuficientes para prevenir ou mitigar eventos hidrológicos críticos.

hídricos sobre os usos múltiplos da água.

3. Promover e manter a articulação e a transparência de informações e decisões em ambientes como Salas de Crise e de Acompanhamento.

Principais Riscos

Falta de articulação entre os entes federados no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Mitigação

1. Promover e participar de reuniões de preparação à ocorrência de secas e cheias.
2. Promover o compartilhamento da melhor informação disponível, relacionada a hidrologia, climatologia, condições e restrições operativas e impactos sobre os usos múltiplos da água, em água, em ambientes de articulação, como Salas de Crise e de Acompanhamento.

Principais Riscos

Não observância por parte dos titulares das agências reguladoras infranacionais aos princípios do novo Marco Legal do saneamento e às normas de referência da ANA, incorrendo no não atendimento das metas de universalização.

Mitigação

1. Acordos de cooperação técnica com CNJ, com o CNMP e com Tribunais de Contas.
2. Ações de capacitação e articulação junto às agências infranacionais, titulares e prestadores.

Principais Riscos

Devido a possibilidade de contingenciamento dos recursos da CFURH (fonte 183) poderá descontinuar ou inviabilizar o alcance das metas do Pro-gestão.

Mitigação

1. Articulações junto à SOF e ao congresso nacional.

Principais Riscos

Baixa capacidade financeira do empreendedor pode ocasionar o não cumprimento das obrigações legais aumentando o risco de ocorrência de incidentes e acidentes em barragens.

Mitigação

1. Acompanhamento por meio de ações de Fiscalização;
2. Fomento a cultura de segurança de barragens junto ao empreendedor;
3. Divulgação de informações do RSB junto ao governo para viabilizar a criação de políticas de redução de riscos;
4. Articulação para viabilizar programas para financiamento de pequenos empreendedores.

Principais Riscos

Ocorrência de fenômenos climáticos de larga escala (El Niño e La Niña, por exemplo), ocasionando maior susceptibilidade à ocorrência de eventos hidrológicos críticos em algumas regiões.

Mitigação

1. Adotar medidas para promover a resiliência do sistema hídrico, fornecendo informações técnicas para os atores envolvidos nas ações de resposta.
2. Informar e conscientizar os atores sobre as necessidades de recursos e planejamento das respostas. Emitir declaração de situação de escassez hídrica, quando for o caso.
3. Expandir e aprimorar o Monitor de Secas para todo o território brasileiro. Atualizar o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações.

Principais Riscos

Informações hidrometeorológicas insuficientes ou de baixa qualidade para a tomada de decisão.

Mitigação

1. Aprimorar e fortalecer a rede de estações de monitoramento hidrometeorológico.
2. Aprimorar e fortalecer sistemas de alerta de cheias.

O Plano de Gestão de Riscos - PGR é o instrumento que reúne um conjunto de medidas de respostas aos riscos estratégicos e prioritários, considerando a tipologia de riscos, as causas e as possíveis consequências, os responsáveis, o prazo de implementação e os eventuais recursos necessários.

O processo de gestão de riscos da ANA se dá por meio de processos efetivos de monitoramento e controle, em que os gestores identificam periodicamente quanto à exposição a riscos e à respectiva utilização dos limites vigentes para cada objetivo estratégico, iniciativa estratégica ou processos e ações continuadas.

O acompanhamento e monitoramento da gestão de riscos também é feito no SIGEST, em módulo específico.



A ANA adota o gerenciamento do risco como um componente fundamental da gestão, reduzindo assim, o impacto de eventos indesejáveis na busca de benefícios para a sociedade.

Das Ações da Auditoria

A Auditoria Interna da ANA (AUD) baseou suas atividades, para o exercício de 2023, no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2023 (<https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna/planos-anuais-de-auditoria-interna-paint>), aprovado pela Diretoria Colegiada da ANA em sua 907ª Reunião Ordinária. Sua construção fundamentou-se nos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa CGU nº 5/2021, levando em consideração, na definição dos objetos auditáveis:

- o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração da unidade auditada e demais partes interessadas;
- os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança,
- o gerenciamento de riscos e de controles internos;
- a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada; e
- os recursos humanos, a estrutura física, a logística e financeiro disponíveis na unidade de auditoria interna governamental.

Cabe lembrar que, no final de setembro, a ANA sofreu um ataque cibernético que impactou direta e negativamente o andamento dos trabalhos da AUD, fazendo com que algumas auditorias previstas no PAINT/2023, tivessem suas conclusões prorrogadas para o exercício de 2024.

Durante o ano de 2023, apesar do reduzido quadro de pessoal, a AUD concluiu 12 (doze) ações de auditoria, sendo:

- 6 (seis) auditorias nos Contratos de Gestão assinados entre a ANA e as Entidades Delegatárias, com vistas a fundamentar o parecer de prestação de contas;
- 3 (três) auditorias de conformidade nos Termos de Colaboração firmados com a FINATEC, ABHA e ADESE;
- 1 (uma) auditoria financeira integrada com conformidade, na dívida ativa não tributária da ANA;
- 1 (uma) auditoria de apuração no processo licitatório de contratação do Sistema Integrado de Segurança da ANA, por demanda da CGU;
- 1 (uma) auditoria de conformidade no processo de Elaboração e Implementação de Planos de Recursos Hídricos (prevista no PAINT/22, mas encerrada em 2023).

As duas auditorias iniciadas em 2023 que tiveram seus prazos de conclusão estendidos para o início de 2024, são:

- Auditoria de conformidade no Termo de Execução Descentralizada (TED) junto à Universidade Federal de Lavras – UFLA; e
- Auditoria de conformidade no processo de concessão de outorgas da ANA.

Cabe registrar que a auditoria prevista no processo de Gestão de Eventos Críticos foi cancelada, em virtude de a Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE, responsável pelo processo, estar com alta demanda de atividades, haja vista os impactos causados pelo El Niño que assolou o Brasil nas regiões Norte e Sul. A SOE implementou um plano de contingência que envolveu uma série de medidas que demandaram consideravelmente a Superintendência (instalação de Salas de Crise, declaração de situação crítica de escassez quantitativa de água no rio Madeira, com a criação de grupo de acompanhamento específico, entre outras). Assim, a referida auditoria ficou comprometida diante da impossibilidade de se destacar qualquer servidor da SOE para acompanhar os trabalhos da AUD.

Também houve a suspensão de outro trabalho previsto no PAINT/2023: consultoria sobre a Regulação do Saneamento Básico, que tinha por objetivo a elaboração de uma matriz de risco para o processo de saneamento básico. Essa suspensão ocorreu em virtude de a Controladoria Geral da União (CGU) ter firmado com a ANA um Termo de Compromisso para Prestação de Serviços de Consultoria, em virtude da auditoria que a Controladoria estava realizando no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), na área de Saneamento Básico – Ciclo 2022/2023. O Termo celebrado objetivava a realização de trabalho de consultoria voltado ao aperfeiçoamento da governança, gestão de riscos e controles internos das normas de referência de saneamento básico.

No instrumento, foi prevista a elaboração de uma Matriz de Riscos e Controles, tendo em conta os objetivos da Norma de Referência, bem como a identificação de boas práticas e referências que eventualmente não estejam previstas na NR e possam ser a ela incorporadas. Diante do trabalho da CGU, a AUD submeteu à deliberação da DIREC, que aprovou a retirada da Consultoria do PAINT/2023, em sua 940ª Reunião Administrativa Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2023. As horas de trabalho previstas nos dois trabalhos retirados do PAINT/2023 foram realocadas para trabalhos extraordinários, conforme apresentado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2023, o qual pode ser acessado no link:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna/relatorios-anuais-de-atividades-de-auditoria-interna-aint>

Quadro das Recomendações Monitoradas em 2023 por ano de emissão.								
Status da Recomendação	2017	2018	2020	2021	2022	2023	Total Geral	%
Cancelada	0	0	0	0	0	1	1	0,33%
Concluída	5	2	4	8	60	39	118	39,46%
Em Execução	1	2	13	4	35	124	179	59,87%
Suspensa	0	0	0	0	0	1	1	0,33%
Total Geral	6	4	17	12	95	165	299	100%

Todos os trabalhos realizados pela AUD visaram ao aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão, a fim de assegurar o atingimento dos objetivos estratégicos organizacionais e dos objetivos operacionais (alcance de resultados), de transparência e de conformidade dos processos ou programas. Dessa forma, os Relatórios e Notas de Auditoria emitidos, em 2023, exararam, ao todo, 165 (cento e sessenta e cinco) recomendações. Tais recomendações foram monitoradas juntamente com aquelas advindas de Relatórios e Notas de auditoria de exercícios anteriores, resultando no quantitativo total de 299 (duzentos e noventa e nove) recomendações monitoradas no ano. Desse total, 0,3% foram canceladas, 0,3% suspensas, 39,5% concluídas, e 59,9% encontram-se em execução, conforme demonstrado no quadro a seguir:

As recomendações exaradas pela AUD são monitoradas no Sistema e-Aud, cuja gestão está a cargo da CGU. Ressalta-se que, no final do exercício de 2023, de um total de 179 recomendações, ainda em execução, 78 (setenta e oito) aguardavam análise desta Auditoria Interna. Tal situação decorreu do grande volume de demandas ocorridas em 2023. Só para se ter uma ideia, a AUD realizou 13 (treze) auditorias no exercício passado, correspondendo a um aumento de 62,5% em relação às 8 executadas em 2022, o que acabou por comprometer, em parte, os trabalhos internos da AUD. Tal situação foi regularizada em fevereiro/2024.

Ressalta-se, ainda, que a recomendação “cancelada” se deu por motivo de lançamento duplicado e a recomendação “suspensa”, em razão da necessidade de melhores esclarecimentos por parte da Unidade Auditada.

O quadro a seguir apresenta o total de recomendações monitoradas pela AUD em 2023, por categoria:

Quadro das Recomendações Distribuídos por Categoria	
Categoria	Total
Conformidade	38
Contábeis, orçamentárias e financeiras	27
Gestão de Pessoas	23
Gestão Patrimonial	6
Governança	82
Processo	100
Recursos Tecnológicos	23
Total Geral	299

Durante o exercício de 2023, as Unidades Organizacionais da ANA e as Entidades que possuem contratos de gestão ou termos de colaboração firmados com a Agência, implementaram 118 recomendações exaradas pela Auditoria Interna. A implementação de recomendações traz benefícios para os processos executados, a partir da melhoria dos controles internos e mitigação de riscos. Dentre os resultados alcançados com a implantação das recomendações em 2023, destacam-se:

- Publicação do Manual Operativo do Programa Qualiágua (Instrução Normativa ANA nº 3, de 8/11/2023).
- Estruturação do processo de avaliação periódica do Programa Qualiágua.
- Elaboração do Manual de Compras Internacionais de Peças e Equipamentos pela Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica.
- Elaboração do Guia de Diretrizes e Orientações para a Revisão e Integração de Redes de Monitoramento Hidrológico.
- Ajuste pontual de dados no CNARH.
- Desenvolvimento de melhorias no Sistema de Cobrança DIGICOB2, tais como: emissão de relatórios gerenciais e integração com o Módulo Arrecadação para melhorar a revisão da cobrança.
- Melhoria das informações de contratações da ANA dispostas no Comprasnet.
- Melhoria no processo de arrecadação – controle da dívida ativa.
- Melhorias na implementação do Plano Plurianual de Aplicação (PAP) das Entidades Delegatárias das funções de Agência de Água (Contratos de Gestão), tais como: elaboração de plano anual de fiscalização para os projetos do PAP; elaboração de matriz de riscos para documentação de causas e consequências que afetam os projetos; elaboração de planos de melhoria da gestão; monitoramento do atingimento de metas, conscientização sobre a pulverização de recursos no PAP;
- Melhorias da gestão financeira, gestão de pessoas e de contratação das Entidades Delegatárias das funções de Agência de Água (Contratos de Gestão), tais como: implantação de sistemas financeiros, controle de vencimento de pagamentos, controle de frequência, nomeação de encarregado de dados, melhorias nos Editais de licitação, nomeação de gestores e fiscais de contratos, melhoria do planejamento das contratações.
- Aperfeiçoamento do conteúdo relativo ao resultado estratégico da ANA no Relatório de Gestão, assim como da transparência das informações no site institucional.

Outro ponto de destaque no ano de 2023, foi a utilização do Sistema E-AUD para execução de todas as etapas dos trabalhos de auditoria na ANA. Nesse sentido, a totalidade das auditorias realizadas no exercício de 2023 foi cadastrada no Sistema E-Aud, otimizando as atividades e aperfeiçoando a organização e supervisão do processo de auditoria.

As informações relacionadas aos planejamentos anuais e o relatório de atividades executadas pela AUD estão disponíveis no link: <https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna>.

A AUD também monitora as solicitações, deliberações e recomendações exaradas pelos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU). No ano de 2023, o TCU encaminhou 18 documentos à ANA, dentre diligências, requisições, oitivas, acórdãos e solicitações ou ciências diversas. Dessas, 5 foram atendidas, 2 para conhecimento e

11 em andamento, com previsão de atendimento em 2024. Já a CGU encaminhou 8 documentos, dos quais, 5 foram solicitações de informação ou de auditoria e 3 pedidos de apuração, sendo que uma já foi concluída no início de 2023 e as outras duas, que chegaram no final do ano, estão em fase de análise e conclusões finais.

Demandas CGU e TCU				
Natureza da Demanda	CGU	TCU	Total Geral	%
Apuração	3	2	5	19,23%
Comunicação/Ciência	0	2	2	7,69%
Determinação/Recomendação	0	1	1	3,85%
Diligência	0	8	8	30,77%
Solicitação de informações/Solicitação de Auditoria	5	5	10	38,46%
Total Geral	8	18	26	100%

As informações relativas às demandas dos órgãos de controle interno e externo podem ser acompanhadas por meio do link: <https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/demandas-dos-orgaos-de-controle>.

Da Gestão Correccional

Durante o ano de 2023 houve intenso trabalho, visando o aprimoramento da governança e gestão interna da COR e de matérias afetas às suas competências. Com esse objetivo, foram estudados, planejados, elaborados e publicados, os seguintes normativos:

- PORTARIA ANA Nº 468, de 5 de dezembro de 2023, que “Regulamenta o acesso à informação pública e a proteção de dados pessoais no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA”;
- PORTARIA ANA Nº 469, de 5 de dezembro de 2023, que “Constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA”; e
- RESOLUÇÃO ANA Nº 176, de 12 de janeiro de 2024, que “Dispõe sobre o Programa de Integridade ANA ÍNTEGRA e as atividades da Unidade de Gestão de Integridade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico”. Todos os normativos publicados objetivaram contribuir com a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos físicos, humanos, tecnológicos, disponíveis na COR.

Com o mapeamento junto à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP/SAF de servidores públicos com perfil mais adequado à composição de eventuais comissões processantes e para atuarem como defensores dativos, segundo suas expertises, e com a elaboração da trilha de capacitação para aperfeiçoamento destes agentes públicos nas temáticas disciplinar e de integridade, a partir de cursos disponibilizados pelas escolas de governo, com o correspondente compartilhamento com a área de capacitação da ANA, foi operacionalizada a sua realização (processo nº 02501.001407/2023-33), com cronograma específico (iniciada em 01 de agosto de 2023, com prazo máximo de conclusão até o dia 06 de março de 2024). Foi realizado um monitoramento em dezembro de 2023, acerca das etapas concluídas pelos servidores participantes;

Ainda, foi instituída a Rede Integrada de Corregedorias das Agências Reguladoras Federais (CORAGE), cujo lema é “CONECTANDO AS AGÊNCIAS”, por meio do Protocolo de Intenções, aprovado em março de 2023, tendo sido realizado evento de inauguração, no mês de maio, e reuniões trimestrais subsequentes. A Corregedora Geral e o Corregedor-Geral Substituto foram eleitos para exercerem a representação externa da CORAGE, no primeiro anuênio iniciado em 2023, por meio dos encargos de Secretária-Executiva e Secretário-Executivo Suplente;

Outra ação importante foi o desenvolvimento e continuidade do Projeto SABER de COR, com produção de materiais próprios como a campanha “A quem recorrer?” e a publicação de Boletim sobre Denúncias Disciplinares. Em outubro, o Projeto SABER de COR foi selecionado como semi-finalista em Concurso de Boas Práticas Correcionais da CGU.

Da Gestão de Integridade

1. Realização de campanhas interativas para o público interno, sobre boas práticas nas redes sociais, onde foi abordado o uso dessas ferramentas por quem realiza funções públicas trazendo orientações e reflexões sobre o tema;
2. Participação no evento "Encontro Anual das Entidades Delegatárias 2023" com palestra de Plano de Integridade e Compliance;
3. Realização de campanha sobre funções da integridade que tinha como objetivo mostrar como as diversas unidades organizacionais e instâncias da agência atuam para a construção de um ambiente organizacional íntegro;
4. Respostas a consultas internas envolvendo a temática de integridade pública;
5. Elaboração e conclusão da minuta de ato normativo que tratasse do “Programa de Integridade ANA ÍNTEGRA e as atividades da Unidade de Gestão de Integridade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico”. Este ato foi aprovado e publicado por meio da RESOLUÇÃO ANA Nº 176, de 12 de janeiro de 2024.
6. Publicação de Guia de Boas Práticas nas Redes Sociais;
7. Produção e disseminação de material didático sobre temas de integridade pública;
8. Criação e divulgação de Jornada de Integridade para colaboradores internos e externos;

9. Produção de vídeos sobre a atuação das diversas funções de integridade. Em atenção aos objetivos estratégicos indicados no Planejamento estratégico vigente em 2023, a Corregedoria, com uma das instâncias de integridade da Agência e também no papel de Unidade de Gestão de Integridade - UGI, buscou alinhar iniciativas e desdobrar ações de prevenção e responsabilização em consonância. Nesse sentido, destacam-se:
- a. Revisão do Manual de Atos e Procedimentos Correcionais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, disponibilizado na rede de intranet da ANA;
 - b. Realização de tratamentos de comunicação de irregularidades recebidas pela COR, por múltiplos canais, que resultaram em treze juízos negativos de admissibilidade disciplinar, por ausência de elementos mínimos de autoria e/ou materialidade e veracidade que justificassem o prosseguimento do feito;
 - c. Instauração, de ofício, pela Corregedora-Geral, de dois processos administrativos disciplinares, conforme previsto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 1990. Um processo já foi concluído no âmbito da Corregedoria-Geral, tendo sido submetido à Diretoria Colegiada da ANA, que, considerando as limitações de competência para aplicação da penalidade, aprovou a sugestão da Corregedoria e encaminhou o feito ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. O outro processo ainda está em andamento, sob análise da Coordenação de Procedimentos Correcionais;
 - d. Instauração de um procedimento de investigação preliminar sumária, visando verificar a ocorrência de infrações funcionais praticadas por servidor(es) em exercício na ANA, ainda em andamento;
 - e. Celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar - TAC, com prazo de duração de 2 (dois) anos;
 - f. Interlocução com os principais órgãos de controle, supervisão normativa e orientação técnica, visando alinhamento das ações sob alçada da COR/ANA bem como a divulgação das iniciativas desenvolvidas pela COR/ANA no portal gov.br;
 - g. Participação no OECD Global Anti-Corruption & Integrity Forum, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2023, em Paris/França. O evento tinha como tema "Action to Impact" e "trabalhando juntos para fortalecer a integridade e combater a corrupção";
 - h. Atuação interna quanto aos trabalhos necessários relacionados ao Modelo de Maturidade Correcional – MMCOR, lançado em dezembro de 2023, em conformidade com os ditames da Controladoria-Geral da União, objetivando realizar diagnóstico, avaliação da maturidade atual em comparação com os padrões estabelecidos, definição dos requisitos de maturidade desejados (considerada a natureza, complexidade, dificuldades operacionais e riscos) para, ao final, implementar um plano de ação destinado ao atingimento do nível de maturidade almejado pela COR/ANA;

- i. Início do mapeamento e estudo sobre a elaboração de “Recomendações” internas para toda a Agência, que expliquem ou exemplifiquem questões rotineiras da administração, que muitas vezes geram dúvidas quanto à compreensão da legalidade ou ilegalidade de uma determinada conduta, na medida em que já se pôde identificar, em casos submetidos à análise correcional, interpretações divergentes no âmbito cultural, que permitirão, de forma preventiva, impedir ou reduzir o cometimento de infrações administrativas, ampliando a conscientização dos limites normativos e aprimorando a atuação eficiente e transparente da atividade correcional.

DAS AÇÕES DE INTEGRIDADE

1. Submissão do Relatório Anual de Gestão da Integridade à Diretoria Colegiada da ANA e compartilhamento com o Comitê de Governança e com a Controladoria-Geral da União, bem como divulgado na página de Integridade da ANA no portal gov.br, como recomenda a Lei nº 13.848/2019, e demais normativos pertinentes.
2. Participação da equipe em eventos e treinamentos ligados à área de integridade pública, visando dar continuidade às capacitações ligadas a esta pauta, para proporcionar a atualização com as melhores práticas nacionais e internacionais, como por exemplo: Diálogos Setoriais de Integridade – CGU; Fórum global anticorrupção OCDE 2023; Seminário Internacional de Inovação de Políticas Públicas - EGOV; Semana de Inovação 2023 – ENAP; Encontro Nacional de Corregedorias - CRG/CGU;
3. Realização de “Café com a DIREC”, evento no qual foi apresentada a estrutura física, equipe e atividades realizadas pela COR/UGI para a Diretoria Colegiada da ANA;
4. Divulgação de Formulário para coleta de interesse em formações de temáticas ligadas a integridade pública;
5. Elaboração de Formulário de Riscos à Integridade – FRI, conforme previsto no art. 31, §3º da RESOLUÇÃO ANA Nº 176, de 12 de janeiro de 2024;
6. Preparação de minuta com orientações para o Coordenador de Integridade, enviando Modelo de Maturidade em Integridade Pública – MMIP, que deve ser usado para orientar a atuação da UGI em 2024. Objetiva-se realizar diagnóstico, avaliação da maturidade atual em integridade pública em comparação com os padrões almejados, definição dos requisitos de maturidade desejados (considerada a natureza, complexidade e riscos à integridade associados à operação da organização) para, ao final, estabelecer e implementar um plano de ação destinado a superar as lacunas identificadas para o atingimento do nível de maturidade em integridade almejado pela UGI/ANA no primeiro ciclo de avaliação do MMIP.

Acesse a página da
Integridade no GovBr





CAPÍTULO 4

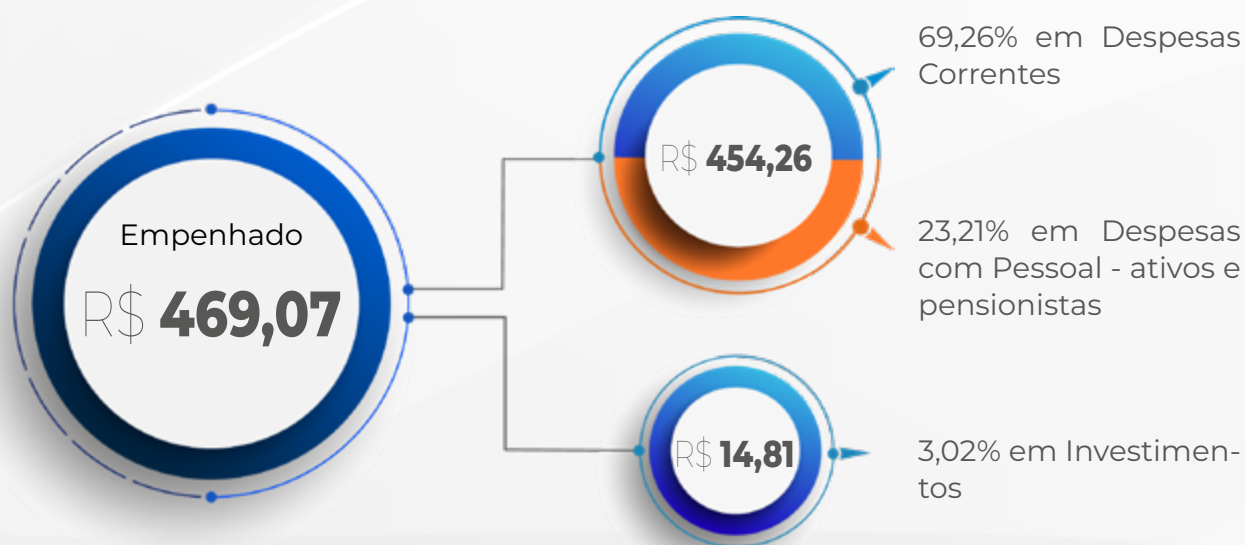
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Apresentação

A Lei Orçamentária Anual de 2023 consignou à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Unidade Orçamentária 44205, inicialmente, autorização de gastos no total de R\$ 500,17 milhões. Após cancelamentos e suplementações, a autorização de gastos resultou em uma dotação autorizada final de R\$ 491,24 milhões.

Do montante total autorizado à ANA no exercício de 2023, Unidade Orçamentária 44205, foram empenhados aproximadamente R\$ 469,07 milhões, sendo R\$ 454,26 milhões como despesas correntes (R\$ 340,25 milhões - Outras Despesas Correntes e R\$ 114,01 milhões - Despesas com Pessoal - ativos, inativos e pensionistas) e R\$ 14,81 milhões como investimentos.

Na figura abaixo, incluir a palavra milhões após cada valor.



(Valores em milhões de reais)

Em termos de execução financeira, o valor total pago pela ANA, Unidades Orçamentárias 44205 e 53210, alcançou o montante aproximado de R\$ 457,86 milhões, dentre os quais R\$ 400,08 milhões referentes ao orçamento de 2023 e R\$ 57,78 milhões de compromissos assumidos em anos anteriores que foram inscritos ou reinscritos para 2023, na modalidade de restos a pagar.

Considerando somente a execução financeira à conta de dotações orçamentárias do exercício de 2023, Unidade Orçamentária 44205, o montante pago, R\$ 400,08 milhões, evidencia uma redução de 0,46% no volume de pagamentos em comparação à de 2022. Em restos a pagar, foi inscrito e reinscrito o valor total de R\$ 71,8 milhões de 2023 para 2024.

No ano de 2023, a ANA realizou 18 processos de contratação, sendo: 16 pregões eletrônicos e 02 concorrências (tipo técnica e preço). As contratações relativas ao funcionamento administrativo da ANA, especialmente os serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza, manutenção predial, transporte, energia elétrica, água e comunicação totalizaram R\$ 36,33 milhões.

A ANA realizou 6 baixas patrimoniais, em função de doações realizadas. O valor líquido (depreciado) desses bens no exercício de 2023 equivale ao montante de R\$ 320.927,22.

Em 2023 foram emitidos 54 boletos de cobrança de créditos públicos lançados por infração das normas de uso de recursos hídricos, totalizando, aproximadamente, R\$ 506,39 mil, representando um acréscimo de 9,57% em relação montante apurado em 2022. Foram canceladas 2 multas correspondente ao montante total de R\$ 7,8 mil. Relativamente aos exercícios de 2021 e 2022, foram inscritos na Dívida Ativa 25 devedores, totalizando R\$ 119,2 mil do montante financeiro de multas lançadas nos exercícios de 2021 e 2022 e não pagas, encontram-se pendentes de constituição definitiva dos créditos públicos o valor de R\$ 161,8 mil correspondente a 15 devedores.

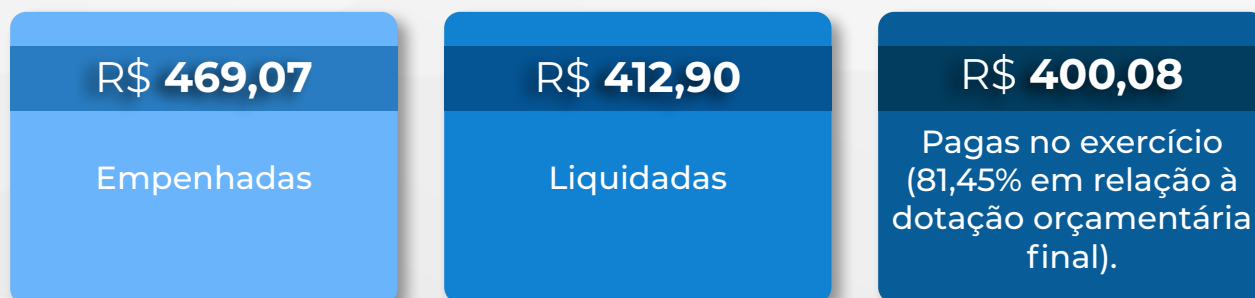
Execução Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2023 consignou à ANA, Unidade Orçamentária 44205, inicialmente, a dotação orçamentária de R\$ 500,17 milhões, que, após os cancelamentos e as suplementações, resultou em uma dotação final de aproximadamente R\$ 491,24 milhões.



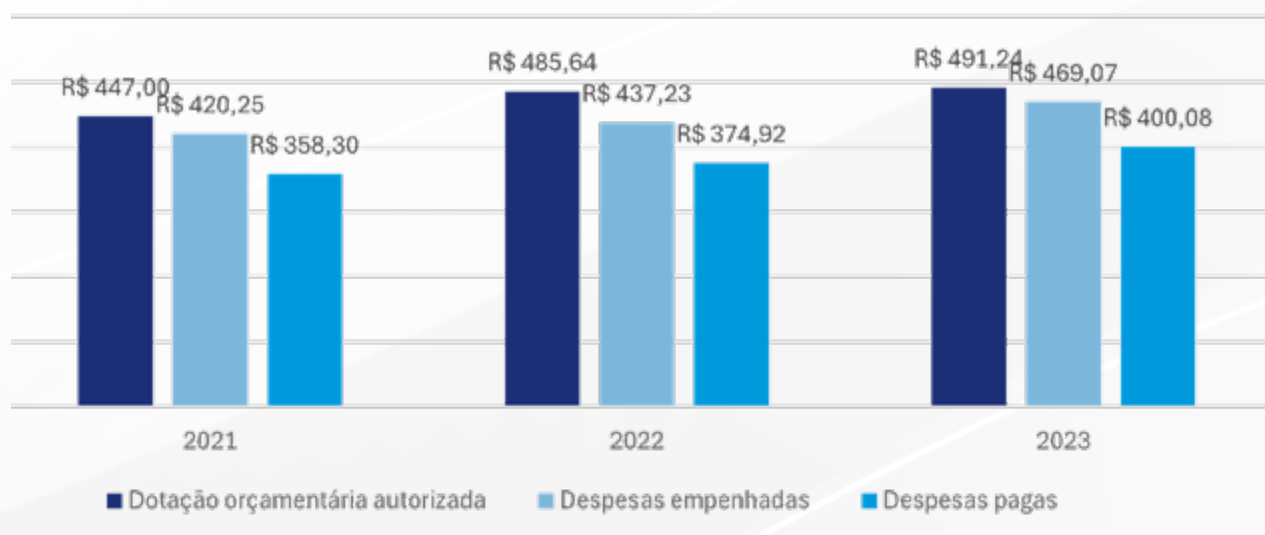
Das despesas autorizadas para o exercício de 2023, foram empenhados R\$ 469,07 milhões, 95,49% das despesas autorizadas, liquidados R\$ 412,90 milhões, 88,02% do valor empenhado, e pago R\$ 400,08 milhões, 85,29% do valor empenhado:

Das despesas autorizadas para o exercício de 2023:



As execuções das despesas orçamentárias e financeiras nos últimos três exercícios evidenciaram tendência de crescimento, conforme demonstrado abaixo:

Execução Orçamentária Financeira



Da dotação orçamentária consignada à ANA para o exercício de 2023, Unidade Orçamentária 44205, foram empenhados 95,49% em relação à dotação orçamentária final, sendo R\$ 454,25 milhões, 92,47%, em Despesas Correntes (R\$ 114,01 milhões, 23,21%, em Pessoal e Encargos Sociais, e R\$ 340,25 milhões, 69,26%, em Outras Despesas Correntes) e R\$ 14,81 milhões, 3,02% em Investimentos. O saldo de dotação orçamentária não executado foi de R\$ 22,17 milhões, 4,51% em relação à dotação orçamentária final:

Execução Orçamentária Anual - Unidade Orçamentária 44205 (Em Reais)					
Despesa Orçamentária	Dotação Orçamentária Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	% de Despesas Empenhadas em Relação à Dotação Orçamentária Total Autorizada (c = b / a)	Saldo da Dotação Não Aplicado (d = a - b)	% de Saldo de Dotação Não Aplicado em Relação à Dotação Orçamentária Total Autorizada (e = d / a)
Pessoas e Encargos Sociais	R\$ 114.986.628,00	R\$ 114.009.934,75	23,21%	R\$ 976.693,25	0,20%
Outras Despesas Correntes	R\$ 358.934.555,00	R\$ 340.245.022,46	69,26%	R\$ 18.689.532,54	3,80%
Investimentos	R\$ 17.318.645,00	R\$ 14.814.345,55	3,02%	R\$ 2.504.299,45	0,51%
Total	R\$ 491.239.828,00	R\$ 469.069.302,76	95,49%	R\$ 22.170.525,24	4,51%

Sob a ótica do comprometimento orçamentário, o volume total empenhado em 2023 foi maior que o praticado no exercício de 2022, em termos percentuais sobre a dotação atualizada, em 5,46%, conforme tabela a seguir:

Execução Orçamentária Anual (em milhões de reais)			
Exercício	Dotação Orçamentária Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	% de Execução Orçamentária (c = b/a)
2022	485,64	437,23	90,03%
2023	491,24	469,07	95,49%

Em termos de execução financeira, o valor total pago pela ANA, Unidades Orçamentárias 44205 e 53210, alcançou o montante aproximado de R\$ 457,86 milhões, dentre os quais R\$ 400,08 milhões referentes ao Orçamento de 2023 e R\$ 57,78 milhões de compromissos assumidos em anos anteriores que foram inscritos ou reinscritos para 2023, na modalidade de Restos a Pagar.

Considerando somente a execução financeira do exercício de 2023, R\$ 400,08 milhões, o valor pago representa 85,29% das dotações orçamentárias comprometidas por empenho, e evidencia uma redução de 0,46% no volume de pagamentos em comparação à de 2022:

Execução Orçamentária Anual - Unidade Orçamentária 44205 (Em Reais)					
Despesa Orçamentária	Despesas Empenhadas do Exercício 2023 (a)	Despesas Pagas do Exercício 2023 (b)	Despesas Pagas de Restos a Pagar Não Processados e Processados de Exercícios Anteriores (c)	Total de Despesas Pagas (d = b + c)	Inscrição de Restos a Pagar do Exercício de 2023 (e = a - b)
Pessoas e Encargos Sociais	R\$ 114.009.934,75	R\$ 102.054.360,25	R\$ 6.521.009,63	R\$ 108.575.369,88	R\$ 11.955.574,50
Outras Despesas Correntes	R\$ 340.245.022,46	R\$ 291.612.196,98	R\$ 44.156.398,68	R\$ 335.768.595,66	R\$ 48.632.825,48
Investimentos	R\$ 14.814.345,55	R\$ 6.408.975,89	R\$ 7.104.133,90	R\$ 13.513.109,79	R\$ 8.405.369,66
Total	R\$ 469.069.302,76	R\$ 400.075.533,12	R\$ 57.781.542,21	R\$ 457.857.075,33	R\$ 68.993.769,64

Comparativamente ao ano de 2022, houve aumento de 7,22% no volume total de pagamentos (LOA do Exercício + Restos a Pagar), uma vez que se alcançou naquele exercício cerca de R\$ 427,03 milhões:

Execução Financeira Anual (em milhões de reais)			
Exercício	Despesas Pagas do Exercício (a)	Despesas Pagas de Restos a Pagar Não Processados e Processados de Exercícios Anteriores (b)	Total de Despesas Pagas (c=a+b)
2022	R\$ 374,92	R\$ 52,11	R\$ 427,03
2023	R\$ 400,08	R\$ 57,78	R\$ 457,86

Fonte: Tesouro Gerencial

As execuções das despesas orçamentárias e financeiras por Ação, no exercício de 2023, evidenciaram crescimento do comprometimento por empenho em relação a dotação orçamentária final autorizada e das despesas pagas em relação ao total de empenho no exercício, conforme demonstrado abaixo:

Ação Orçamentária	Dotação Orçamentária Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	% de Execução Orçamentária (c = b/a)	Despesas Pagas (d)	% de Execução Financeira (e = d / b)
00LX	R\$ 156.774.490,00	R\$ 143.735.030,00	91,68%	R\$ 143.735.030,00	100,00%
00S6	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	-
09HB	R\$ 14.809.882,00	R\$ 14.527.605,56	98,09%	R\$ 14.527.605,56	100,00%
20TP	R\$ 93.366.232,00	R\$ 92.705.635,71	99,29%	R\$ 80.750.061,21	87,10%
20WI	R\$ 95.001.948,00	R\$ 90.237.598,07	94,98%	R\$ 61.569.113,15	68,23%
181	R\$ 6.797.514,00	R\$ 6.776.693,48	99,69%	R\$ 6.776.693,48	100,00%
212B	R\$ 2.757.398,00	R\$ 2.521.999,21	91,46%	R\$ 2.297.998,79	91,12%
216H	R\$ 250.000,00	R\$ 222.451,24	88,98%	R\$ 208.077,78	93,54%
219R	R\$ 9.661.062,00	R\$ 9.610.448,71	99,48%	R\$ 8.401.741,88	87,42%
2000	R\$ 38.224.538,00	R\$ 37.394.842,80	97,83%	R\$ 30.304.050,79	81,04%
2004	R\$ 927.093,00	R\$ 705.052,98	76,05%	R\$ 647.319,52	91,81%
2378	R\$ 61.440.900,00	R\$ 60.027.791,45	97,70%	R\$ 44.659.893,87	74,40%
4926	R\$ 11.215.771,00	R\$ 10.604.153,55	94,55%	R\$ 6.197.947,09	58,45%
Total	R\$ 491.239.828,00	R\$ 469.069.302,76	95,49%	R\$ 400.075.533,12	85,29%

Sobre esse ponto, cabe mencionar o bloqueio de limite de empenho sofrido pela ANA, no valor de R\$ 33,0 milhões, por força da PORTARIA GM/MPO N° 399, de 23 de dezembro de 2023, do Ministério do Planejamento e Orçamento/Gabinete da Ministra.

A dotação atualizada total das Fontes 016 – Recursos e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e 071 – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, principais fontes de recurso da ANA, foi de R\$ 335,97 milhões:

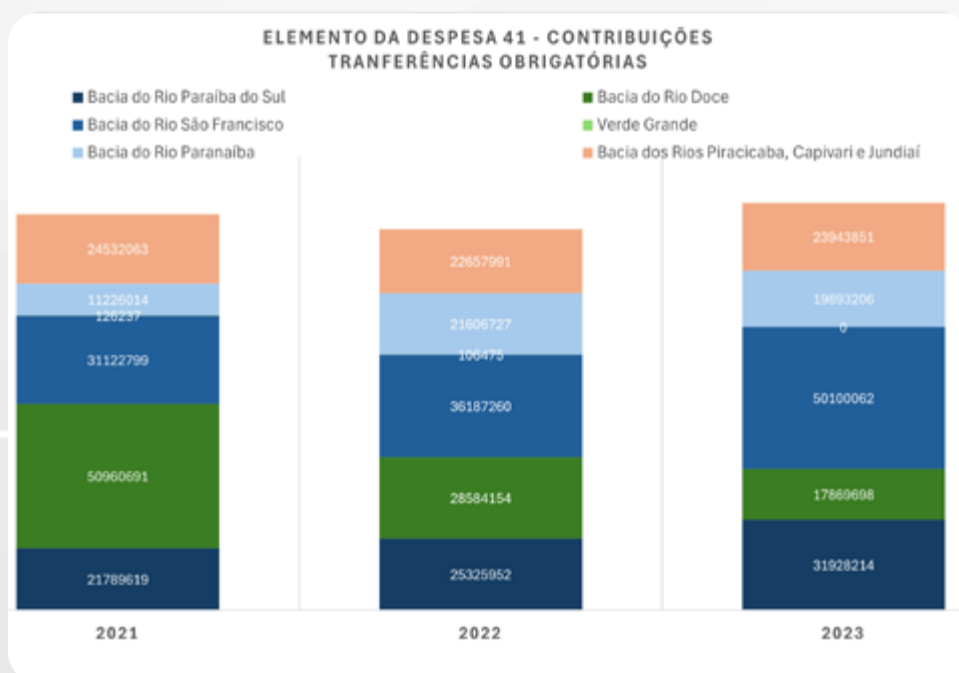
Ação Orçamentária	Fonte	Dotação Orçamentária Atualizada
00LX	1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	R\$ 145.090.392,00
	3016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	R\$ 11.684.098,00
20WI	1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	R\$ 94.271.948,00
216H		R\$ 250.000,00
2000		R\$ 14.268.379,00
2378		R\$ 60.381.900,00
4926		R\$ 10.024.849,00
Total		R\$ 335.971.566,00

A execução financeira das Fontes 1016 e 3016 consiste em transferências, do valor total das dotações orçamentárias, na modalidade 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, sob a forma de contratos de gestão.

Vale ressaltar que os valores transferidos se referem exclusivamente aos repasses dos recursos de cobrança pelo uso da água nas respectivas bacias hidrográficas. As despesas obrigatórias empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023 foram de R\$ 143,74 milhões.

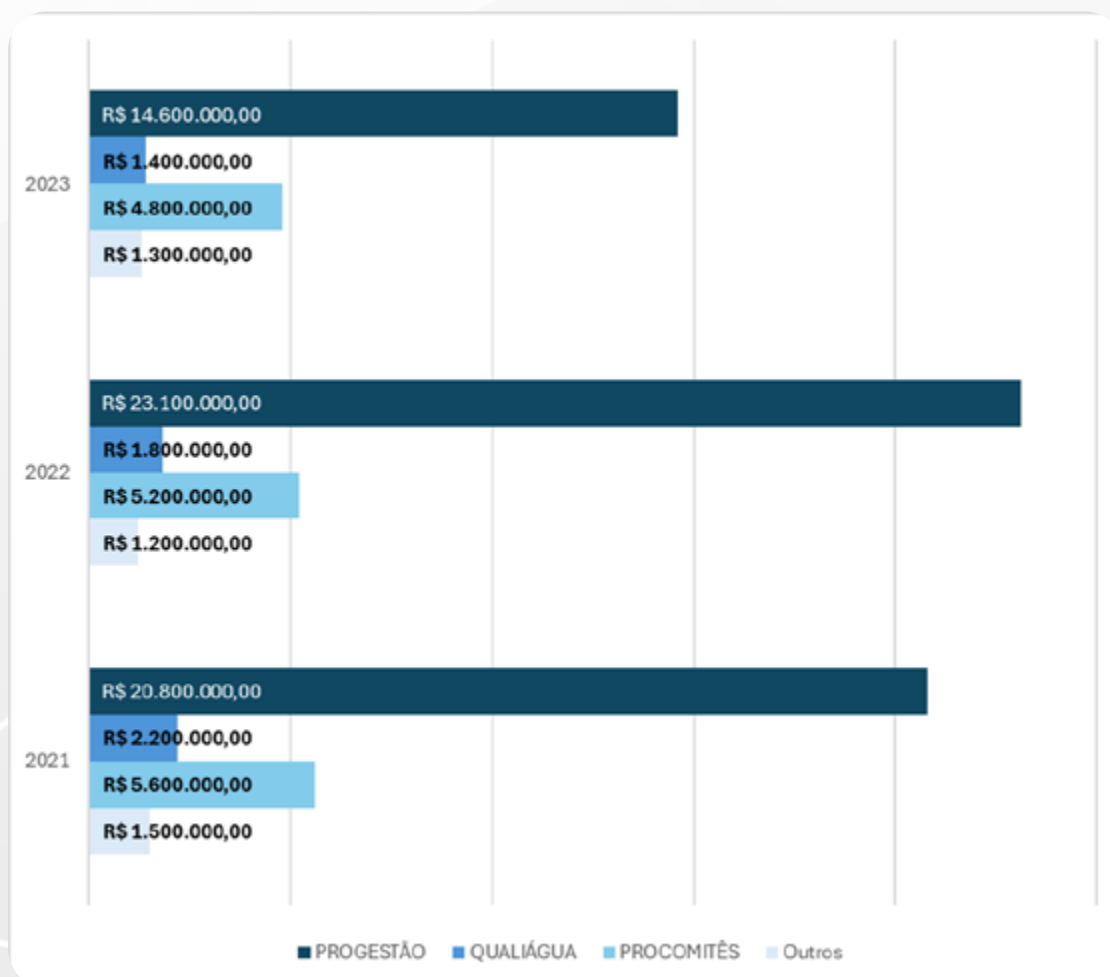
Comparativamente ao exercício de 2022, constatou-se um crescimento nas transferências da ordem 6,89%. No exercício de 2023 não houve transferência à Entidade Delegatária vinculada à Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande em face ao processo de rescisão do Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA:

Execução Orçamentária Anual (em milhões de reais)			
Bacia Hidrográfica	Exercício 2021	Exercício 2022	Exercício 2023
Bacia do Rio Paraíba do Sul	R\$ 21,79	R\$ 25,33	R\$ 31,93
Bacia do Rio Doce	R\$ 50,96	R\$ 28,58	R\$ 17,87
Bacia do Rio São Francisco	R\$ 31,12	R\$ 36,19	R\$ 50,10
Verde Grande	R\$ 0,13	R\$ 0,11	R\$ 0,00
Bacia do Rio Paranaíba	R\$ 11,23	R\$ 21,61	R\$ 19,89
Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	R\$ 24,53	R\$ 22,66	R\$ 23,94
Total	R\$ 139,76	R\$ 134,47	R\$ 143,74



No tocante a Fonte 071, em 2023 uma parcela significativa dos recursos, aproximadamente R\$ 22,1 milhões (17,6%), são referentes às Transferências Não Obrigatórias no âmbito dos Programas: PROCOMITÊS, PROGESTÃO, QUALIÁGUA e TERMO DE COLABORAÇÃO, nos quais o apoio financeiro aos entes constituintes do SINGREH está condicionado ao cumprimento de metas previamente pactuadas e contratadas, com a anuência dos Conselhos Estaduais de Recursos, conforme detalhado a seguir:

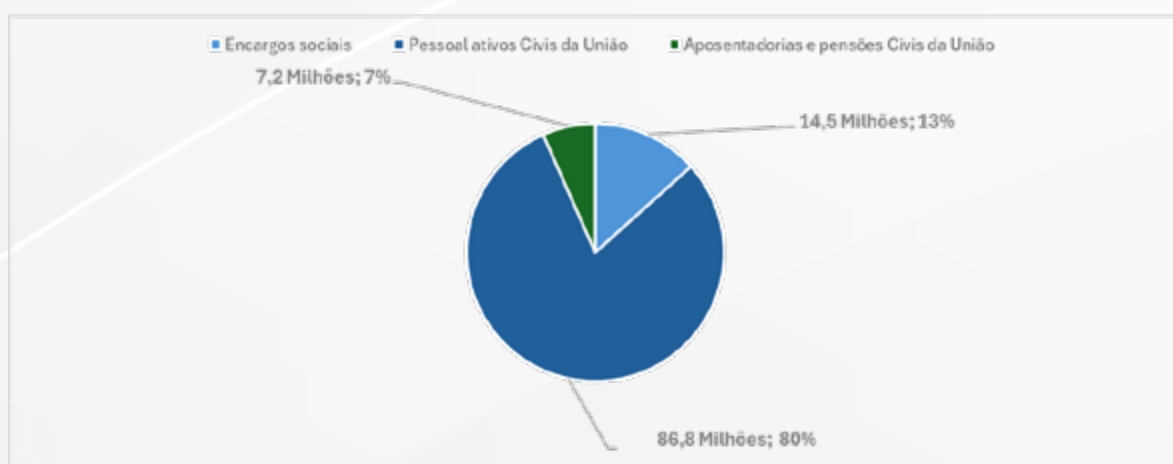
Elemento da Despesa 41 - Contribuições Transferências Não Obrigatórias:



Pagamento com Pessoal e Encargos Sociais (AÇÕES 09HB, 20TP, 0181)

Em 2023, as despesas realizadas com “Pessoal e Encargos Sociais”, Unidades Orçamentárias 44205 e 53210, tiveram um incremento de 3,22% quando comparadas com o ano anterior. Foram pagos R\$ 108,58 milhões, já inclusos R\$ 6,52 milhões da Folha de Pessoal de Dezembro de 2022, sendo R\$ 86,8 milhões com “Ativos Cíveis da União”, R\$ 14,5 milhões com “Encargos Sociais” e R\$ 7,24 milhões com “Aposentadorias e Pensões Cíveis da União”, ante R\$ 105,19 milhões do exercício de 2022.

Gastos com Pessoal e Encargos Sociais:



Restos a Pagar

Em relação aos Restos a Pagar, observa-se aumento de 10,81% no volume total inscrito e reinscrito, passando de um valor total de R\$ 64,82 milhões em 2022 para R\$ 71,83 milhões em 2023.

Ano	Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos de Exercícios Anteriores (R\$ milhões)	Restos a Pagar Inscritos no Exercício (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
2022	R\$ 2,51	R\$ 62,31	R\$ 64,82
2023	R\$ 2,84	R\$ 68,99	R\$ 71,83

Licitações

Em 2023, a ANA adjudicou e homologou 16 pregões eletrônicos. Destes, 10 tiveram início no exercício de 2023 e 6 em exercícios anteriores. Outros 9 procedimentos de contratação pela modalidade de pregão eletrônico foram abertos e não tiveram os resultados esperados, tendo sido 1 deserto, 3 fracassados, 5 revogados. Sobre as concorrências, foram abertos 4 procedimentos de contratação, tendo sido 2 adjudicados e homologados e 2 encontram-se em andamento.

As ações de ofertas de lances e negociações de valores praticadas nos certames, na modalidade pregão eletrônico, resultaram em uma economia de aproximadamente 19% em relação ao valor estimado pelas unidades organizacionais demandantes. Para fins de cálculos dos valores abaixo não foram considerados os pregões fracassados, desertos, anulados ou revogados:

Valor Estimado (R\$)	Valor Homologado (R\$)	Valor Economizado (R\$)
25,21 Milhões	20,52 Milhões	4,69 Milhões

Contratos

A seguir, o detalhamento dos valores contratados em 2023:

Contratos Celebrados	Adesão a Atas de Registro de Preços	Inexigibilidade de Licitação
139,83 Milhões	3,81 Milhões	16,98 Milhões
Termo de Execução Descentralizada - TED		
Destaque Concedido	Valor Empenhado	Valor Pago
61,59 Milhões	60,42 Milhões	34,18 Milhões

As contratações relativas ao funcionamento administrativo da ANA, especialmente os serviços de apoio administrativo abrangendo vigilância ostensiva, limpeza e conservação, brigada de incêndio, manutenção predial, energia elétrica e água, referentes à administração do Complexo Administrativo do Setor Policial (SPO), são rateados entre os partícipes conforme utilização das áreas comuns e físicas, cabendo à ANA responder por 53,20%, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2018/ANA:

Funcionamento Administrativo - Exercício 2023, Unidade Orçamentária 44205

Valor Empenhado	Valor Pago
Dotação do Exercício - Em Reais	Dotação do Exercício - Em Reais
36,37 Milhões	29,28 Milhões

Funcionamento Administrativo - Dotação do Exercício 2023 - Unidade Orçamentária 44205 (em Reais)

Tipo de Serviço ou Material	Valor Empenhado (a)	Valor Pago (b)	Restos a Pagar (c = a-b)
	Em R\$ Milhões	Em R\$ Milhões	Em R\$ Milhões
Diárias para Servidores e Colaboradores	R\$ 0,87	R\$ 0,87	R\$ 0,00
Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,00
Materiais de Consumo Diversos	R\$ 0,10	R\$ 0,09	R\$ 0,01
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 2,68	R\$ 2,58	R\$ 0,10
Estagiários	R\$ 0,29	R\$ 0,26	R\$ 0,03
Apoio Administrativo	R\$ 18,06	R\$ 16,35	R\$ 1,71
Limpeza e Conservação	R\$ 2,09	R\$ 2,09	R\$ 0,00
Vigilância Ostensiva	R\$ 2,55	R\$ 2,31	R\$ 0,24
Serviços de Copa e Cozinha	R\$ 1,54	R\$ 1,41	R\$ 0,13
Exposições, Congressos e Conferências	R\$ 2,58	R\$ 0,00	R\$ 2,58
Concurso Público	R\$ 0,65	R\$ 0,00	R\$ 0,65
Serviços de Apoio ao Ensino	R\$ 0,71	R\$ 0,01	R\$ 0,70
Outros Serviços de Terceiros -PF e PJ	R\$ 1,31	R\$ 0,76	R\$ 0,55
Manutenção de Bens Imóveis	R\$ 0,82	R\$ 0,67	R\$ 0,15
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	R\$ 0,52	R\$ 0,52	R\$ 0,00
Energia Elétrica	R\$ 1,22	R\$ 1,04	R\$ 0,18
Serviços de Água e Esgoto	R\$ 0,35	R\$ 0,30	R\$ 0,05
Aquisição de Máquinas, Utensílios e Mobiliários	R\$ 0,04	R\$ 0,02	R\$ 0,02
Total	R\$ 36,37	R\$ 29,28	R\$ 7,09

Tecnologia da Informação - Despesas com TIC - Exercício 2023, Unidade Orçamentária 42205

Valor Empenhado	Valor Pago
Dotação do Exercício - Em Reais	Dotação do Exercício - Em Reais
43,76 Milhões	31,02 Milhões

Tempo Médio de Contratação

O tempo médio entre a formalização da demanda e a assinatura de contrato no exercício de 2023 foi de 114 dias, o que evidencia redução de 0,87% quando comparado com o tempo médio do exercício anterior.

Gestão de Custos

No controle de despesas do exercício de 2023, observou-se custos por insumos que totalizam R\$ 239,32 milhões, sendo controláveis R\$ 226,61 milhões, 94,69%, e não controláveis R\$ 12,70 milhões, 5,31%, conforme dados extraídos do Tesouro Nacional Transparente, Portal de Custos do Governo Federal. Comparando esses custos apurados em 2023 com os do exercício anterior, observa-se redução da ordem de 4,56%:

Item de Custo	Custo do Ano Selecionado	Custo do Ano Anterior	Varição Percentual
Água E Esgoto	580.293,31	354.725,24	63,59% ↑
Apoio Administrativo	17.949.933,11	14.202.122,29	26,39% ↑
Copa E Cozinha	1.529.997,49	1.243.959,01	22,99% ↑
Demais Custos Controláveis	880.000,00		0,00% ↑
Demais Serviços De Terceiros	5.170.076,17	3.426.175,38	50,90% ↑
Demais Serviços Prediais	1.063.009,93	1.248.645,08	-14,87% ↓
Despesas De Exercícios Anteriores	3.999,78	1.433.739,93	-99,72% ↓
Diárias	2.650.738,06	1.412.149,15	87,71% ↑
Encargos Patronais	16.843.910,09	16.087.524,17	4,70% ↑
Energia Elétrica	1.717.539,14	1.605.055,49	7,01% ↑
Limpeza	3.997.756,34	3.906.493,65	2,34% ↑
Material De Consumo	425.159,67	8.850.490,79	-95,20% ↓
Nc - Demais Custos Não Controláveis	537.915,77	130.012,17	313,74% ↑
Nc - Depreciação/Amortização/Exaustão	10.595.040,71	10.065.769,75	5,26% ↑
Nc - Pessoal Inativo / Pensionistas	1.572.104,94	1.582.164,48	-0,64% ↓
Passagens	6.203.736,04	3.646.966,94	70,11% ↑
Pessoal Ativo	85.022.375,12	79.645.828,72	6,75% ↑
Serviços De Saúde	693.670,33	681.242,43	1,82% ↑
Serviços Técnicos Especializados	15.032.726,02	18.047.522,29	-16,70% ↓
Subvenções, Subsídios E Outros Auxílios	33.087,00		0,00% ↑
Tecnologia Da Informação	29.134.922,43	25.636.404,14	13,65% ↑
Telefonia	549.666,54	141.996,50	287,10% ↑
Transferências Não Obrigatórias	32.992.185,67	50.201.647,28	-34,28% ↓
Vigilância	4.136.401,40	3.917.586,27	5,59% ↑
Total	239.316.245,06	250.744.838,59	-4,56%

Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/portal-de-custos-do-governo-federal>.
Dados extraídos em 14/02/2024.

Registra-se que a metodologia para o cálculo dos custos do Governo Federal baseia-se em variáveis, tendo como principais: pessoal, manutenção de infraestrutura, espaço e demais insumos, cujo modelo oferece variáveis e uma estimativa confiável para apuração dos gastos dos serviços que estão sendo transformados no âmbito do Governo Federal.

Considerando que a aferição e validação dos dados de custos possui tratamento diverso dos verificados na apuração simples por natureza da despesa, eventuais divergências podem ocorrer quando comparados custos com os valores da execução orçamentária e financeira.

A metodologia de apuração de custos de serviços públicos, com suas respectivas fórmulas e parâmetros, pode ser acessada no Portal Eletrônico do Governo Digital, pelo endereço eletrônico:

[https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/ferramentas/
modelos-de-custos-de-servicos-publico](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/ferramentas/modelos-de-custos-de-servicos-publico)

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações

A ANA realizou procedimentos licitatórios alinhados aos princípios de redução de custos e sustentabilidade. Foi exigido dos licitantes a apresentação de Declaração de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental na realização dos serviços (como desfazimento sustentável ou reciclagem de bens inservíveis para o processo de reutilização) ou Declaração de Cumprimento da Legislação Ambiental na fabricação dos produtos.

Em seus editais de licitações, não se buscou encontrar, simplesmente, o menor preço, mas estabelecer um novo paradigma e assegurar a competitividade e o respeito aos pilares de sustentabilidade dispostos no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), que estabelece estratégia para contratações e logísticas no âmbito dos órgãos e entidades do Governo Federal, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Exercício 2022	Exercício 2023
Consumo de Energia Elétrica	
211.385 kwh	227.482 kwh
Consumo de Papel	
364.406 impressões	384.746 impressões
41 impressoras	41 impressoras
Consumo de Copos Descartáveis	
282.500	314.050

O pequeno aumento no consumo de energia elétrica, papel e copos descartáveis nos anos de 2022 e 2023 pode ser amplamente atribuído ao término da pandemia de COVID-19, que resultou em mudanças significativas nos padrões de consumo e comportamento social e corporativo:

- **Energia Elétrica:** Com o declínio da pandemia e o relaxamento das restrições, houve a normalização das atividades laborais, resultando no incremento de consumo de energia elétrica (ar-condicionado, iluminação, etc).
- **Papel:** O uso de papel também aumentou no pós-pandemia. No ambiente corporativo, a normalização das atividades laborais aumentou a necessidade de documentos impressos, materiais de marketing e publicações. Embora a digitalização tenha avançado, a reabertura completa das atividades presenciais trouxe consigo uma recuperação da demanda por papel.
- **Copos Descartáveis:** O uso de copos descartáveis viu um aumento devido ao contínuo foco nas medidas de higiene e segurança. Apesar do fim da pandemia, permanecem medidas e práticas que minimizam o risco de contaminação cruzada. O uso de utensílios descartáveis é uma dessas práticas, especialmente em ambientes com grande circulação de pessoas.

Essas mudanças no consumo refletem a adaptação à nova realidade pós-pandemia, em que a retomada das atividades presenciais coexiste com práticas adotadas durante o período de isolamento social, em um esforço para equilibrar produtividade e segurança sanitária.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura – Controle de Bens Permanentes

A gestão patrimonial 2023 da ANA foi realizada em duas frentes: uma interna e outra externa. A interna se refere à gestão dos bens permanentes adquiridos diretamente e que se encontram localizados na ANA (SPO). A externa se refere à gestão dos bens permanentes que se encontram localizados em outras entidades, públicas ou privadas. A gestão patrimonial desta Agência envolve o cuidado com um quantitativo de 27.156 bens permanentes, cujo valor alcança R\$ 209.000.088,56.

Foi instruído processo administrativo, visando ao controle dos bens permanentes desta ANA, quando externos, para cada Entidade parceira. No caso de uma mesma instituição possuir

múltiplos instrumentos celebrados com a ANA, que envolvam bens permanentes, cada instrumento terá também um processo específico a ele vinculado. Essa metodologia facilita e agiliza os trabalhos fiscal, contábil e patrimonial. Nessa linha, tem-se que ao final de 2023, foram autuados e encontram-se em vigor 92 processos voltados à gestão dos bens patrimoniados, sendo: 5 voltados às Entidades Delegatárias, 3 junto aos Escritórios de Apoio, 13 ao Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 14 ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), 7 para entidades privadas e 44 para entidades públicas.

Sobre o quantitativo dos bens doados, este representa somente o total de 6 bens que foram doados à EPAGRI. Vale dizer que em virtude do CONTRATO DE REPASSE ANA/CAIXA N° 0215.221-13/2006/ANA/CAIXA, 1.920 bens remanescentes e derivados do referido contrato foram transferidos para a FAPESC diretamente, não envolvendo, portanto, nenhum processo de baixa patrimonial. Assim, em 2023 foram baixados somente 6 bens patrimoniados, justamente àqueles doados à EPAGRI, cujo valor líquido foi de R\$ 320.927,22.

Vale destacar ainda que, com relação ao processo de doação de bens permanentes, desde 2022 vem sendo discutida entre UORGs da ANA e a Comissão de Desfazimento a elaboração de uma portaria no sentido de regulamentar a tornar mais célere todo o processo de doação dos bens permanentes. Um ponto preocupante e desafiador, atualmente, é a migração do Sistema ASIWEB para o Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS. Tal migração, ainda não foi concluída e se apresenta como o maior desafio para 2024, dada a sua complexidade.

Locação de Equipamentos

Em 2023, não foi realizada nenhuma nova locação de imóveis. No que se refere à locação de equipamentos, a Agência possui um contrato de outsourcing de impressão, com 41 equipamentos.

Gestão das Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização

A atividade de fiscalização na ANA é exercida por sua Superintendência de Fiscalização (SFI) e possui caráter preventivo, corretivo e repressivo. Os procedimentos de fiscalização visam a verificação do cumprimento de condições estabelecidas na outorga ou em regulamentos concernentes ao uso dos recursos hídricos.

No Exercício de 2023:

Foram emitidos 54 autos de infração para a cobrança de créditos públicos por infração das normas de recursos hídricos, no valor total de R\$ 506,38 mil;

No Exercício de 2021 e 2022:

Foram emitidos 99 autos de infração para a cobrança de créditos públicos por infração das normas de recursos hídricos, cujo montante foi de R\$ 594,57 mil;



No exercício de 2023:

Foram canceladas 2 multas por infração das normas de recursos hídricos no montante total de R\$ 7,8 mil, 1,54% em relação ao total de créditos lançados. Em termos comparativos, houve redução quantitativa e financeira em relação ao exercício de 2022;

Nos exercícios anteriores, 2021 e 2022:

Foram canceladas 6 multas em 2021 e 12 multas em 2022, no montante total de R\$ 81,88 mil, 13,77% em relação ao total de créditos lançados;

Quantidade de multas canceladas administrativamente e o montante financeiro associado (em Reais)					
2021		2022		2023	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
6	R\$ 32.880,00	12	R\$ 49.000,00	2	R\$ 7.800,00
Percentual de cancelamentos					
13%	25%	23%	11%	4%	2%

O montante de arrecadação no período de 2021, 2022 e 2023 foi de R\$ 219,23 mil.

No exercício de 2023:

O montante arrecadado foi de R\$ 8,07 mil, 2% em relação ao montante financeiro de multas emitidas no exercício. O baixo valor arrecadado de multas do exercício se justifica em razão de recursos de autuados que retardam a constituição definitiva do crédito público.

Nos exercícios anteriores, 2021 e 2022:

A arrecadação alcançou R\$ 211,16, sendo R\$ 61,16 mil relativa ao exercício de 2021, e R\$ 150 mil relativa ao exercício de 2022.

Quantidade de multas pagas e o montante financeiro efetivamente arrecadado (em Reais)					
2021		2022		2023	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
26	R\$ 61.160,00	21	R\$ 150.000,00	6	R\$ 8.074,58

Após constituição definitiva do crédito público e não pagas as multas, os devedores têm seus nomes incluídos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). A cobrança dos inadimplentes do exercício de 2023, será providenciada ao longo do exercício de 2024, conforme previsto na Resolução ANA de nº 1346, de 18 de novembro de 2013. Relativamente aos exercícios de 2021 e 2022, foram inscritos no Cadin 25 devedores, totalizando R\$ 119,21 mil.

Do montante financeiro de multas lançadas no exercício de 2022 e não pagas, encontram-se pendentes de constituição definitiva dos créditos públicos da ordem de R\$ 161,80 mil, correspondente a 15 devedores.

Gestão das Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização

Quantidade de Multas:

Acompanhamento da Arrecadação de Multas																												
Quantidade de Multas			Processo Administrativo (Não Arrecadas)																									
Multas Aplicadas		Arrecadas			Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas não inscritas no CADIN			Multas com Risco de Prescrição Executória			Outras			Total das Multas Exigíveis e Definitiv. Constituídas			Demais Situações			Validação		
											Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios					
Competência	Quant	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
2023	54	6	-	-	2	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	46	-	54	-	-	-
2022	53	2	19	-	5	7	-	0	0	-	0	0	-	0	-	-	0	0	-	15	0	-	0	5	-	-	53	-
2021	46	-	9	17	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	4	-	-	46	-
Total	153	8	28	17	7	11	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	10	0	46	5	4	54	53	46

Arrecadação de Multas (Montante financeiro):

Acompanhamento da Arrecadação de Multas (em Reais)																		
Quantidade de Multas			Descontos				Arrecadas				Processo Administrativo (Não Arrecadas)						Validação	
Multas Aplicadas						Canceladas Administrativas		Suspensas Administrativas		Multas Exigíveis e Definitivamente		Demais Situações						
Competência	Quant		Exercícios	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período Competência		
			2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	
2023	506385,75	-	-	-	-	8074,98	-	-	7800,00	-	-	-	-	-	490510,77	-	506385,75	
2022	462133,33	-	-	-	-	6000,00	144000,00	-	22600,00	26400,00	-	-	4000,00	-	-	161800,00	-	
2021	132440,00	-	-	-	-	-	19200,00	41960,00	-	22000,00	10880,00	-	-	-	-	16520,00	-	
Total	1100959,08	-	-	-	-	14074,98	163200,00	41960,00	304400,00	48400,00	10880,00	-	4000,00	-	490510,77	178320,00	506385,75	
																	462133,33	
																	132440,00	
																	506385,75	
																	462133,33	
																	132440,00	

Observações:

- informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- os quadros acima evidenciam o acompanhamento do quantitativo de multas lavradas e seus respectivos valores monetários nos exercícios de 2021 a 2023;
- a coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades ou valores monetários inseridos e distribuídos nas demais colunas;
- a coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadas;
- nos casos de parcelamentos, está-se considerando a multa como arrecadação.

Demonstrações Contábeis

Declaração da Coordenadora de Contabilidade

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Manual SIAFI, exceto no tocante à: Unidade Gestora 443001, que encerrou o exercício financeiro de 2023 com restrições nos códigos 632, saldo alongado ou indevido nas contas transitórias do ativo não circulante imobilizado, 643, falta ou evolução incompatível da amortização do ativo intangível, 656, convênios a comprovar com data expirada, 659, convênios a liberar com data expirada, e 662, contrato de repasse a liberar expirados; e Unidade Gestora 443003, que encerrou o exercício financeiro de 2023 com restrições nos códigos 773, termo de execução descentralizada a comprovar com data expirada e 775, termo de execução descentralizada a repassar com data expirada.

Foi comunicada à Auditoria Interna da ANA, durante o exercício de 2023, as ocorrências e restrições registradas na conformidade contábil, conforme Comunicação Interna Comunicação Interna nº 11/2023/CCONT/COGEF/SAF, Documento nº 02500.029184/2023-89, Comunicação Interna nº 19/2023/CCONT/COGEF/SAF, Documento nº 02500.062911/2023-10 e Comunicação Interna nº 2/2024/CCONT/COGEF/SAF, Documento nº 02500.005313/2024-24.

Inconsistências com reflexos nas demonstrações contábeis disponibilizadas no SIAFI WEB, Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor (CONDESAUD), foram regularizadas durante o exercício financeiro de 2023.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa Déficit ou Superávit orçamentário.

Excepcionalmente no exercício de 2023, em razão das vinculações da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, inicialmente, ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, e após ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, é composto pelo resultado das Unidades Orçamentárias 44205 e 53210.

O Balanço Orçamentário da ANA evidencia receitas no exercício de 2023 no montante de R\$ 386,63 milhões, sendo: na Unidade Orçamentária 44205, R\$ 311,75 milhões, com origens principais na receita patrimonial e transferências correntes; e na Unidade Orçamentária 53210, R\$ 74,88 milhões, com origens principais na receita patrimonial e transferências correntes

Resultado Orçamentário: Receitas (em Reais)

Receitas	Previsão Inicial (a)	Provisão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d = c-b)
	Valores em milhões	Valores em milhões	Valores em milhões	Valores em milhões
UO 44205 - Receitas Correntes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 311,75	R\$ 311,75
UO 53210 - Receitas Correntes	R\$ 357,14	R\$ 357,14	R\$ 74,88	-R\$ 282,26
UO 44205 - Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UO 53210 - Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total de Receitas	R\$ 357,14	R\$ 357,14	R\$ 386,63	R\$ 29,50

Resultado Orçamentário: Despesas (em Reais)

Receitas	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Dotação Empenhada (c)	Saldo de Dotação (d = c-b)
	Valores em milhões	Valores em milhões	Valores em milhões	Valores em milhões
UO 44205 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 0,00	R\$ 114,99	R\$ 114,01	R\$ 0,98
UO 44205 - Outras Despesas Correntes	R\$ 0,00	R\$ 358,93	R\$ 340,25	R\$ 18,69
UO 44205 - Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 17,32	R\$ 14,81	R\$ 2,50
UO 44205 - Reservas de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UO 53210 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 106,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UO 53210 - Outras Despesas Correntes	R\$ 378,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UO 53210 - Despesas de Capital	R\$ 15,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UO 53210 - Reservas de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total de Receitas	R\$ 500,18	R\$ 491,24	R\$ 469,07	R\$ 22,17

O resultado do exercício em 2023 é deficitário em cerca de R\$ 82,44 milhões. O equilíbrio das contas foi alcançado mediante repasses financeiros com origens em fontes do Tesouro Nacional: Confrontando a Receita Realizada em relação à Receita Prevista Atualizada, verifica-se a realização de receitas a maior em R\$ 29,50 milhões, 8,26 %.

As variações da execução orçamentária em relação à Dotação Atualizada do exercício de 2023 resultou num Saldo de Dotação de R\$ 22,17 milhões, 4,51%. O comprometimento com o empenho no Grupo de Despesas Investimentos foi na ordem de R\$ 14,81 milhões.

A execução financeira à conta de dotações do exercício de 2023, Unidade Orçamentária 44205, no valor de R\$ 400,08 milhões, representou 85,29% das despesas empenhadas:

Execução Orçamentária e Financeira (em Reais)			
Receitas	Dotação Empenhada (a)	Despesas Pagas (b)	% de Despesas Pagas (d = b/a)
	Valores em milhões	Valores em milhões	Valores em milhões
UO 44205 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 114,01	R\$ 102,05	89,51%
UO 44205 - Outras Despesas Correntes	R\$ 340,25	R\$ 291,61	85,71%
UO 44205 - Despesas de Capital	R\$ 14,81	R\$ 6,41	43,26%
UO 44205 - Reservas de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Total de Receitas	R\$ 469,07	R\$ 400,08	85,29%

Na execução financeira de Restos a Pagar, a ANA esteve vinculada até o exercício de 2022 ao Ministério do Desenvolvimento Regional, atual Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, e após ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Assim, o controle de Restos a Pagar transitou pelas Unidades Orçamentárias 44205 e 53210.

Foram realizados pagamentos de Restos a Pagar Processados e Não Processados no montante de R\$ 57,78 milhões.

Foram reinscritos e inscritos Restos a Pagar Processados e Não Processados R\$ 71,83 milhões para o exercício de 2024. Comparando ao exercício de 2022 para 2023, constatou-se aumento percentual de novas inscrições e inscrições Restos a Pagar Processados e Não Processados da ordem de 10,81%:

Saldo de Reinscrições e Inscrições em Restos a Pagar (em milhões de Reais)			
Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Total
2022	R\$ 2,51	R\$ 62,31	R\$ 64,82
2023	R\$ 2,84	R\$ 68,99	R\$ 71,83
Percentual de Aumento	13,08%	10,73%	10,81%

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos e as suas evoluções em relação ao exercício anterior. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais administrados pela Agência, com capacidade de geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Os passivos evidenciam os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio Líquido (PL) indica a diferença entre o total do Ativo e do Passivo, sendo importante referência acerca da situação patrimonial da entidade. Nesse contexto, embora o resultado do Balanço Patrimonial evidencie leve alta do Patrimônio Líquido, nota-se redução do Caixa e Equivalente de Caixa de R\$ 9,62 milhões, 55,70%, quando comparado ao exercício de 2022, devido ao planejamento de pagamentos do exercício. Os principais resultados apresentados no Balanço Patrimonial foram os seguintes.

Balanço Patrimonial (em Reais)		
Ativo Patrimonial	Exercício 2023	Exercício 2022
Ativo Circulante	R\$ 170.889.434,36	R\$ 165.837.277,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 7.655.963,50	R\$ 17.279.744,42
Créditos a Curto Prazo	R\$ 163.059.050,77	R\$ 148.355.691,36
Estoques	R\$ 174.420,09	R\$ 201.842,06
Ativo Não Circulante	R\$ 187.361.129,08	R\$ 186.355.777,96
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 22.749.385,96	R\$ 22.749.385,96
Imobilizado	R\$ 133.185.880,16	R\$ 136.848.489,14
Intangível	R\$ 31.425.862,96	R\$ 26.757.902,86
Total do Ativo Patrimonial	R\$ 358.250.563,44	R\$ 352.193.055,80

Balanço Patrimonial (em Reais)		
Passivo Patrimonial	Exercício 2023	Exercício 2022
Passivo Circulante	R\$ 26.196.645,12	R\$ 23.739.384,93
Obrigações Trab, Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 17.742.758,37	R\$ 6.088.975,13
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 2.065,83	R\$ 10.602.065,53
Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 70.155,47	R\$ 436.199,68
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 8.381.665,45	R\$ 6.612.144,59
Passivo Não Circulante (Exigível de Longo Prazo)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 332.053.918,32	R\$ 328.453.670,87
Resultados Acumulados	R\$ 332.053.918,32	R\$ 328.453.670,87
Total do Passivo Patrimonial e Patrimônio Líquido	R\$ 358.250.563,44	R\$ 352.193.055,80

O Balanço Patrimonial reflete déficit financeiro no valor de R\$ 38,26 milhões (Ativo financeiro de R\$ 7,7 milhões menos Passivo financeiro de R\$ 45,9 milhões), e evidencia alta do déficit da ordem de 4,79%:

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Exercício 2023 (em Reais)					
Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício 2023	Exercício 2022	Especificação	Exercício 2023	Exercício 2022
Ativo Financeiro	R\$ 7.655.963,50	R\$ 17.279.744,42	Passivo Financeiro	R\$ 45.913.225,79	R\$ 53.787.850,28
Ativo Permanente	R\$ 350.594.599,94	R\$ 334.913.311,38	Passivo Permanente	R\$ 13.843.816,94	R\$ 5.935.277,55
Saldo Patrimonial Financeiro				-R\$ 38.257.262,29	-R\$ 36.508.105,86
Saldo Patrimonial Permanente				R\$ 336.750.783,00	R\$ 328.978.033,83
Saldo Patrimonial				R\$ 298.493.520,71	R\$ 292.469.927,97

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Patrimônio Líquido é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial. Pode ser um montante positivo ou negativo. Na ANA, integram o patrimônio líquido basicamente os resultados acumulados, evidenciando o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Variações Patrimoniais da ANA, exercícios de 2023 e 2022, evidenciam aumento do Patrimônio Líquido em R\$ 3,60 milhões:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos		
Resultados Acumulados	Exercício 2023 (a)	Exercício 2022 (b)
Saldo Inicial do Exercício	R\$ 328.453.670,87	R\$ 333.551.808,18
Ajustes de exercícios anteriores	-R\$ 860.123,98	-R\$ 1.963.772,02
Reavaliação de ativos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado do exercício	R\$ 4.460.371,43	R\$ 3.134.365,29
Saldo Final do Exercício	R\$ 332.053.918,32	R\$ 328.453.670,87
Varição Patrimonial (a-b)		R\$ 3.600.247,45

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra o resultado da receita e despesa orçamentária, conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Os ingressos e dispêndios, em 2023, alcançaram o montante de R\$ 1,31 milhão, ou seja, aproximadamente 3,78% maior que os verificados no exercício anterior.

Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos			
Ingressos			
Classificação	Exercício 2023 (a)	Exercício 2022 (b)	
Receitas Ordinárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Receitas Vinculadas	R\$ 387.488.161,93	R\$ 360.370.225,52	
Deduções da Receita Orçamentária	-R\$ 855.053,63	-R\$ 615.855,92	
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 860.985.327,00	R\$ 842.169.908,79	
Recebimentos Extradordinários	R\$ 43.620.933,91	R\$ 52.062.097,54	
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 17.279.744,42	R\$ 6.850.278,04	
Total de Ingressos	R\$ 1.308.519.113,63	R\$	1.260.836.653,97

Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos			
Dispêndios			
Classificação	Exercício 2023 (a)	Exercício 2022 (b)	
Despesas Ordinárias	R\$ 147.351.124,05	R\$ 138.015.822,23	
Despesas Vinculadas	R\$ 267.303.888,19	R\$ 257.142.982,38	
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 606.061.883,97	R\$ 588.923.981,56	
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 280.146.253,92	R\$ 259.474.123,38	
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 7.655.963,50	R\$ 17.279.744,42	
Total de Dispêncios	R\$ 1.308.519.113,63	R\$	1.260.836.653,97

No ano de 2023, os dispêndios diretamente realizados pela ANA nas fontes vinculadas foram de R\$ 267,30 milhões, aumento de R\$ 10,16 milhões quando comparado com o de exercício de 2022 (R\$ 257,14 milhões). Esses gastos são referentes às despesas com a seguridade social, a dívida pública e os outros recursos vinculados a órgãos e programas:

Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos				
Dispêndios: Fontes Vinculadas				
Classificação	Exercício 2023 (a)	Exercício 2022 (b)	Variação (c = a - b)	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	R\$ 5.702.225,00	R\$ 5.606.326,00	R\$ 95.899,00	3,95%
Previdência Social (RPPS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Dívida Pública	R\$ 1.225.654,86	R\$ 0,00	R\$ 1.225.654,86	
Recursos Vinculados a Fundos, Órgão e Programas	R\$ 260.376.008,33	R\$ 0,00	R\$ 260.376.008,33	
Outros Recursos Vinculados (Fundos, Órgão e Programas)	R\$ 0,00	R\$ 251.536.656,38	-R\$ 251.536.656,38	
Total de Dispêncios	R\$ 267.303.888,19	R\$ 257.142.982,38	R\$ 10.160.905,81	

Demonstração dos fluxos de caixa:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como evidencia a utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Em 2023, as operações evidenciaram geração de Caixa e Equivalentes de Caixa negativo em R\$ 9,62 milhões, resultando em Caixa e Equivalentes de Caixa Final de R\$ 7,65 milhões:

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamentos		
Ingressos		
Classificação	Exercício 2023	Exercício 2022
Receita Patrimonial	R\$ 368.887.422,76	R\$ 343.904.747,97
Receita de Serviços	R\$ 9,00	R\$ 0,00
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 694.840,15	R\$ 0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 17.050.836,39	R\$ 15.849.621,63
Ingresso Extraorçamentários	R\$ 69.917,63	R\$ 66.508,76
Transferência Financeiras Recebidas	R\$ 860.985.327,00	R\$ 842.169.908,79
Demais Recebimentos	R\$ 0,00	R\$ 717.722,13
Total de Ingressos	R\$ 1.247.688.352,93	R\$ 1.202.708.509,28

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamentos		
Dispêndios		
Classificação	Exercício 2023	Exercício 2022
Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 201.919.408,69	-R\$ 181.299.944,35
Transferências Concedidas	-R\$ 204.466.552,51	-R\$ 191.607.641,74
Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 838.692.782,53	-R\$ 805.734.743,54
Aquisição de Ativo não Circulante	R\$ 0,00	-R\$ 12.454.646,16
Outros Desembolsos de Investimentos	R\$ 0,00	-R\$ 1.182.067,11
Total de Dispêndios	-R\$ 1.245.078.743,73	-R\$ 1.192.279.042,90

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamentos		
Classificação	Exercício 2023	Exercício 2022
Geração de Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 9.623.780,92	-R\$ 10.426.466,38
Caixa e Equivalentes de Caixa inicial	R\$ 17.279.744,42	R\$ 6.850.278,04
Caixa e equivalentes de Caixa Final	7.655.963,50	R\$ 17.279.744,42

Nota: As peças que compõem as demonstrações contábeis e as suas Notas Explicativas, transmitidas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI Web), estão disponíveis aqui:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas-arquivos>

Anexos

Resultados: Indicadores e Metas dos Objetivos Estratégicos




Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 1 - Prevenir e minimizar os impactos de secas e inundações e promover medidas de adaptação às mudanças climáticas.



Descrição: Promover a gestão de riscos e de crises decorrentes de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) e de acidentes que envolvem corpos hídricos, incluindo medidas de antecipação, preparação, mitigação dos impactos e adaptação às mudanças climáticas.

3 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual de municípios com mapas de vulnerabilidade à inundação realizados. ¹	25%	Não Aferido	
Percentual de sistemas hídricos locais priorizados com regramento especial estabelecido/revisado.	35%	56%	
Número de sistemas hídricos priorizados com condições de operação definidas.	100	85	




1. A metodologia para atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi definida e foram realizados testes para identificação de áreas urbanas vulneráveis a inundações usando dados hidrológicos e imagens de satélite, o que corresponde a 50% das atividades previstas para 2023. Entretanto, devido ao ataque cibernético ocorrido no segundo semestre de 2023, não foi possível acessar bases de dados e sistemas necessários para concluir as avaliações, o que será feito em 2024.

5 Iniciativas Estratégicas

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Finalização da expansão do Monitor de Secas para todo o País.	Número de estados participantes do Programa Monitor de Secas.	27	27	
Atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e apoio às ações que visem à gestão de riscos de inundações. ¹	Percentual de municípios com estudos de vulnerabilidade realizados, considerando-se a lista inicial proposta para estudos de dados de desastres e hidrológicos.	25	Não Aferido	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Instituição do Programa Salas de Situação. ²	Número de UFs com Salas de Situação integradas à Sala de Situação da ANA para a gestão de risco de eventos hidrológicos críticos.	1	0	
Aperfeiçoamento de ferramentas de acompanhamento e avaliação de condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos.	Número de novas versões de boletins diários de acompanhamento publicados no site da ANA.	2	8	
Estabelecimento de condições de operação para reservatórios e sistemas hídricos.	Número de sistemas hídricos ou reservatórios com condições de operação definidas.	1	1	

1. A metodologia de atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi definida e discutida na oficina das salas de situação. Entretanto, devido ao ataque cibernético que sofreu a ANA em setembro/2023, não foi possível acessar as bases de dados necessárias para a atualização do Atlas na região Sul. Será realizado workshop para levantamento de subsídios para atualização do Atlas.
2. Em relação à Instituição do Programa Salas de Situação, não foi possível cumprir a meta devido ao ataque cibernético sofrido pela ANA em setembro/2023.

Principais Entregas

- » Finalização da Expansão do Monitor de Secas para todo o País – SOE;
- » Realização do IV Seminário das Salas de Situação dos Estados – SOE;
- » Assinatura de 32 Termos de Alocação de Água em Sistemas Hídricos Locais, sendo 27 na região Nordeste do país - SRE.






Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 2 - Fomentar a cultura de segurança de barragens por meio da regulação, coordenação e articulação junto aos demais fiscalizadores


Descrição: Regular e fiscalizar a segurança das barragens sob competência da ANA e coordenar com as demais entidades fiscalizadoras, nacionais e subnacionais, a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens com o objetivo de prevenir incidentes e acidentes envolvendo essas estruturas.

3 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual das barragens, em nível nacional, classificadas quanto ao enquadramento à PNSB. ¹	60%	46,5%	
Quantidade de barragens fiscalizadas pela ANA com PSB elaborado.	75	74	
Percentual de barragens reguladas pela ANA classificadas quanto ao enquadramento à PNSB. ²	40%	21,5%	

- Espera-se que o índice das barragens, em nível nacional, classificadas quanto ao enquadramento à Política nacional de Segurança de Barragens - PNSB evolua gradativamente ao longo do próximo ano, especialmente com a expectativa de aumento das classificações de barragens reguladas pela ANA.
- Destacamos a publicação de nova Portaria de Delegação de competência para publicação dos atos decorrentes das classificações de segurança de barragens, por meio da Portaria nº 615, de 5 de dezembro de 2023. Após a publicação da Portaria, espera-se avançar na classificação das barragens reguladas pela ANA quanto ao seu enquadramento na Política Nacional de Segurança de Barragens- PNSB.

6 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Enquadramento de barragens reguladas pela ANA visando à adequação à PNSB. ¹	Quantidade de barragens reguladas pela ANA verificadas quanto ao enquadramento na PNSB.	340	247	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aprimoramento da articulação com os atores internos e externos com atribuições relacionadas ao PISF.	Número de reuniões realizadas por ano.	12	11	
Elaboração do Relatório de Segurança de Barragens (RSB) 2022.	Número de relatórios elaborados.	1	1	
Regulamentação do acesso às águas do PISF para os usuários independentes. ²	Número de normativos elaborados e publicados.	1	0	
Avaliação e publicação do Plano de Gestão Anual do PISF para 2024.	PGA publicado.	1	1	
Revisão do normativo que disciplina a prestação do serviço de adução de água bruta do PISF - Resolução nº 2.333/2017.	Revisão normativa concluída e publicada.	1	1	



1. Em função da criação da Superintendência de Regulação de Serviços Hídricos e Segurança de Barragens - SRB no último Regimento Interno da ANA, houve a necessidade de capacitação e preparo da nova equipe responsável pela classificação dos atos, além de adequações documentais e regimentais para a realização do projeto. Espera-se que nos próximos meses de 2024, a atividade evolua sistematicamente.
2. Para a regulamentação do acesso às águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF para os usuários independentes foram realizadas oficinas com o apoio da Assessoria Especial de Qualidade Regulatória - AS-REG para a definição do problema regulatório a ser atacado na norma. Estudos para subsidiar a elaboração do relatório de Análise de Impacto Regulatório - AIR e da respectiva minuta de normativo concluídos. O processo de elaboração do ato regulatório encontra-se em andamento.

6 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Capacitação em regulação de segurança de barragens desenvolvidos em âmbito nacional, estadual e por bacia.	Número de cursos promovidos.	10	19	
Monitoramento e fiscalização de barragens pela ANA.	Quantidade de barragens fiscalizadas pela ANA com PSB elaborado.	82	82	
Acompanhamento de acordos de cooperação técnica e demais instrumentos contratuais.	Número de reuniões de acompanhamento ACT OFSBs Federais & SEDEC/MDR.	5	7	
Articulação OFSBs.	Número de reuniões com os OFBs.	2	2	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Cálculo da tarifa anual do PISF. ¹	Número de resoluções que estabelecem a tarifa.	1	0	
Apoio à implementação de ações de Fiscalização de Segurança de Barragens pelos órgãos fiscalizadores dos Estados.	Número de estados com ações de fiscalização de segurança de barragens implementadas.	19	19	

1. As informações necessárias para o início do processo do cálculo da tarifa anual do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF não foram recebidas. A POC ainda não foi iniciada e deve ser publicada somente em 2024.

Principais Entregas

- » Relatório de Segurança de Barragens 2022 (RSB) elaborado – SRB
- » Avaliação e publicação do Plano de Gestão Anual do PISF para 2024 – SRB
- » Consulta pública realizada sobre a Revisão do normativo que disciplina a prestação do serviço de adução de água bruta do PISF - Resolução nº 2.333/2017- SRB
- » Revisão do normativo que disciplina a prestação do serviço de adução de água bruta do PISF - Resolução nº 2.333/2017 – Resolução aprovada pela Diretoria Colegiada e publicada – SRB
- » Consolidação da estratégia para elaboração de regulamento com as condições gerais referentes ao usuário independente do PISF - SRB



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos






OE 03 - Assegurar a disponibilidade de água em padrões de quantidade e qualidade adequados para seus múltiplos usos por meio de uma gestão eficiente e integrada.

Descrição: Implementar ações de gestão e regulação a fim de otimizar os usos múltiplos da água, dos serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual de pedidos de outorga com atos emitidos.	91%	99%	

6 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Atualização das informações de base hidrográfica com a disponibilidade hídrica associada e outras informações.	Número de registros obtidos a partir do número de feições geométricas multiplicado pelo número de atributos atualizados ou incorporados na BHO.	100 Milhões	95 Milhões	
Aperfeiçoamento de ferramentas de acompanhamento e avaliação de condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos.	Número de novas versões de boletins diários de acompanhamento publicados no site da ANA.	2	8	
Definição e revisão de regramentos especiais para sistemas hídricos locais em situação de comprometimento.	Percentual de marcos regulatórios propostos/marcos regulatórios previstos no período.	25	56	
Estabelecimento de condições de operação para reservatórios e sistemas hídricos.	Número de sistemas hídricos ou reservatórios com condições de operação definidas.	1	1	
Integração de procedimentos e sistemas de outorga com os Estados. ¹	Quantidade de bacias hidrográficas no âmbito estadual que estejam integrados total ou parcialmente ao Sistema Federal de Regulação de Usos – REGLA.	4	3	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos




1. O Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla retornou à normalidade em 18/12, possibilitando retomada da articulação com estados para integração total ou parcial de procedimentos e sistemas de outorga com os Estados. A ANA optou por restabelecer os sistemas de regulação em novo ambiente externo - Serpro, com vistas a oferecer maior robustez e sustentabilidade na oferta do serviço ao cidadão. Consequentemente, foi priorizado o restabelecimento dos sistemas em detrimento da integração com os estados.

10 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Análise da conformidade de usuários de recursos hídricos com base em dados de automonitoramento.	Percentual de dados analisados em relação ao total de dados recebidos dos usuários obrigados ao automonitoramento.	70	70	
Análise da conformidade dos usuários de recursos hídricos por sensoriamento remoto em apoio a atividade de fiscalização do uso dos recursos hídricos. ¹	Percentual de áreas irrigadas analisadas quanto à conformidade em relação ao total de áreas irrigadas mapeadas.	70	Não Aferido	
Cadastramento georreferenciado dos usos de recursos hídricos em apoio às atividades de regularização e de fiscalização de usos.	Número de bacias hidrográficas com cadastramento georreferenciado realizados ou atualizados.	1	1	
Delegação da Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos em corpos hídricos de domínio da União.	Número de fiscalizações e processos sancionatórios desenvolvidos pela entidade delegada realizados.	1	1	
Fiscalização da operação de usinas hidroelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional com regras operativas definidas nas outorgas emitidas pela ANA.	Percentual de usinas hidroelétricas fiscalizadas integrantes do Sistema Interligado Nacional com regras operativas definidas nas outorgas emitidas pela ANA.	100	100	
Fiscalização do serviço de adução de água no Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.	Número de análises do balanço hídrico e dos limites do PGA do PISF.	2	2	
Mapeamento de áreas irrigadas em apoio às atividades de cadastro dos recursos hídricos em apoio a regularização dos usos. ²	Número de Mapeamentos de áreas irrigadas realizado para as atividades de cadastro georreferenciado.	1	Não Aferido	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Efetivação do direito ao uso de recursos hídricos. ³	Percentual de pedidos de regularização sem análise concluída no prazo legal.	100	Não Aferido	
Alocação.	Número de sistemas hídricos locais com balanço hídrico positivo, considerando a disponibilidade hídrica esperada e observada durante o período de vigência do termo de alocação.	9	15	
Fomento à despoluição de bacias hidrográficas (Programa PRODES).	Percentual de certificações emitidas.	20	20	

1. O início programado para a análise da conformidade dos usuários de recursos hídricos por sensoriamento remoto em apoio a atividade de fiscalização do uso dos recursos hídricos, segundo semestre, coincidiu com o ataque cibernético sofrido pela ANA em setembro de 2023, impedindo o uso de software de processamento de imagens e dados georreferenciados, inviabilizando a execução da meta. A POC foi mantida para a execução em 2024.
2. O ataque cibernético inviabilizou a execução dos scripts desenvolvidos para a suite ArcGIS para mapeamentos de áreas irrigadas realizado para as atividades de cadastro georreferenciado. Há dados e imagem de satélite para a realização da meta contudo não há condições para o mapeamento das áreas irrigadas.
3. Ataque cibernético inviabilizou a medição de pedidos de regularização. Os Sistemas de Outorga começaram a retornar a partir de 18 de dezembro de 2023.

Principais Entregas

- » Novos boletins de acompanhamento dos Sistemas Hídricos dos Rios Paranapanema, Tocantins, dos reservatórios das bacias dos rios Paraná, Iguaçu, Uruguai e dos reservatórios de regularização do Sistema Interligado Nacional – SOE
- » Relatório de análise de impacto regulatório (AIR) publicado sobre o estabelecimento de condições de operação dos reservatórios do Sistema Hídrico do Rio Grandes- SOE
- » Novos boletins de acompanhamento dos Sistemas Hídricos dos Rios São Francisco, do Projeto de Integração do São Francisco e do Sistema Cantareira publicados - SOE
- » Relatório simplificado e banco de dados com códigos das informações de base hidrográfica com a disponibilidade hídrica associada e outras informações. SHE
- » Fiscalização de uso dos recursos hídricos – SFI
- » Fiscalização de Segurança de Barragens - SFI


Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 4 - Promover a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico pela população brasileira.



Descrição: Editar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a assegurar a qualidade regulatória do setor, promover a segurança jurídica e a universalização dos serviços.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual de adesão das Entidades Reguladoras Infranacionais às normas de referência. ¹	20%	Não Aferido	

- O resultado em 2023 não foi aferido, uma vez que não foi cobrado o atendimento de nenhuma Norma de Referência direcionada a entidade reguladora infranacional em 2023. No período, houve apenas o cadastro de 42 entidades reguladoras infranacionais em atendimento à Resolução ANA N° 134/2022. Em 2023 foi publicada a NR 3, porém a cobrança de seu cumprimento será a partir de 2025. O atendimento à NR 2 foi cobrado em 2022, pontualmente como era previsto.

2 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Monitoramento da comprovação da adoção das normas de referência.	Número de normas monitoradas.	2	2	
Oferecimento de cursos de capacitação voltados para todos os entes do setor de saneamento básico.	Número de pessoas capacitadas.	1550	1989	

Principais Entregas

- » Oferecimento de cursos de capacitação voltados para todos os entes do setor de saneamento básico – SSB;

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos



- » Foi publicada a Instrução Normativa 1, que dispõe sobre os requisitos e procedimentos a serem observados pela ANA para a comprovação da adoção da NR nº 1/ANA/2021, que trata do regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias – SSB;
- » Resolução ANA nº 161, de 3 de agosto de 2023. Estabelece metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário – SSB.



OE 5 - Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração dos dados e das informações.

Descrição: Manter e aprimorar a coleta, o tratamento e a documentação dos dados e das informações produzidos e recebidos, investindo em tecnologia e governança, comprometendo-se com a forma, o conteúdo, a disponibilidade e a integração para que as informações sejam úteis à gestão e à sociedade.

2 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual de estações em operação na Rede Hidrometeorológica Nacional operando regularmente.	70%	83%	
Quantidade de acessos aos dados e informações da ANA no SNIRH e no portal de dados abertos. ¹	A definir	Não Aferido	

1. Não foi possível verificar o desempenho da Quantidade de acessos aos dados e informações da ANA no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH e no portal de dados abertos devido ao incidente de segurança cibernética.

Resultados e Desempenho da Gestão



Objetivos Estratégicos

12 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aprimoramento da Gestão da Informação Estratégica.	Número de aprimoramentos entregues.	24	28	
Conjuntura dos Recursos Hídricos. ¹	Número de Informes Anuais elaborados, bem como o Relatório Pleno 2025 com informações do monitoramento da implementação do Plano Nacional De Recursos Hídricos (PNRH).	1	0	
Evolução e manutenção do SNIRH.	Percentual de dados e informações atualizados e disponíveis à sociedade no SNIRH.	30%	30%	IE CONCLUÍDA
Implementação de ações de divulgação das estatísticas da LAI. ²	Percentual de ações e divulgações publicadas em sítio eletrônico.	90%	0%	
Implementação do programa de Governança de Dados. ³	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	33%	
Implantação das ferramentas para instituição da arquitetura de dados (*).	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	33%	
Programa de fomento à cultura de self-service BI no âmbito da Agência (*).	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	25%	
Projeto de adequação das soluções digitais da ANA À LGPD (*).	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	67%	
Novo Sistema de Dados Hidrológicos (novo Hidro) (*).	Percentual de substituição de sistemas obsoletos por novas soluções para a família Hidro (base Hidro, Hidroweb, Hidro-telemetria, etc).	25%	15%	
Otimização da Rede Hidrometeorológica Nacional. ⁴	Percentual da RHN/ANA revisada.	13%	10%	

Resultados e Desempenho da Gestão




Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Plano de Dados Abertos.	Percentual de dados e informações atualizados e disponíveis à sociedade no Portal de Dados Abertos.	40	58	
Projetos Transversais da ANA.	Número de painéis analíticos elaborados.	10	16	

1. O ataque cibernético ocorrido na ANA no final de setembro de 2023 afetou significativamente as etapas de consolidação da publicação Conjuntura dos Recursos Hídricos, principalmente sua revisão e editoração.
2. Em relação à implementação de ações de divulgação das estatísticas da Lei de Acesso à Informação - LAI foram gerados relatórios e desenvolvida a primeira etapa do painel (interna) relativa ao Power BI pela equipe da Ouvidoria. Está em fase de desenvolvimento também pela equipe da Ouvidoria a fase 2 de adequação para publicação.
3. A Implementação do programa de Governança de Dados foi impactada pela instabilidade de sistemas em razão do ataque cibernético sofrido pela ANA, o que demandou priorização da força de trabalho da equipe da STI para a retomada tempestiva dos sistemas da Agência.
4. O avanço das revisões da Rede Hidrometeorológica passa por discussões com agentes internos e externos a ANA, o que muitas vezes demanda mais tempo que o previsto e pode levar à extensão do cronograma.



(*) Projetos diretamente impactados em virtude do incidente de segurança. Todos os projetos foram replanejados para 2024.

5 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Disponibilização de dados de monitoramento de qualidade das águas superficiais.	Proporção de Estações da Rede Nacional de Qualidade da Água pactuada com os Estados implantadas com disponibilização regular de dados.	80%	97%	
Banco de Apresentações Institucionais disponibilizado no Sophia Biblioteca. ¹	Número de apresentações institucionais de 2023 catalogadas e disponibilizadas no Sophia Biblioteca.	100	8	
Gestão do SNISB. ²	Percentual de demandas dos usuários do SNISB atendidas.	80%	13%	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Implementação de mecanismo autônomo de monitoramento da base de dados da Ouvidoria.	Percentual de efetividade e celeridade do atendimento.	100%	90%	
Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional.	Percentual de transmissão dos dados do setor elétrico em tempo real.	75%	79%	

Principais Entraves

1. Em relação ao Banco de Apresentações Institucionais disponibilizado no Sophia Biblioteca, o número de apresentações institucionais de 2023 não atingiram sua meta em função da não disponibilização no fluxo de participação de eventos, em função do incidente cibernético;
2. O Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB foi impactado pelo ataque cibernético e passou cerca de dois meses fora do ar, e o seu retorno foi gradativo. Em função desse cenário, houve dificuldade na resolução das demandas dos usuários apresentadas entre outubro e dezembro de 2023.

Principais Entregas

- » Dashboard funcional com todas as informações da gestão estratégica disponibilizado – ASGOV;
- » Sistema de Gestão da Estratégia - SIGEST desenvolvido e em operação – ASGOV;
- » Rede Hidrometeorológica da ANA otimizada – SGH;
- » Guia orientativo de adequação das soluções digitais da ANA à LGPD publicado – STI;
- » Regularidade na operação das estações hidrológicas da RHN/ANA e disponibilização de dados à sociedade – SGH.



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 6 - Fortalecer a imagem Institucional da ANA gerando confiança e credibilidade.



Descrição: Estabelecer um diálogo com a sociedade, o sistema de recursos hídricos e o setor de saneamento básico, usando linguagem simples, por meio de ações fortes e coordenadas no meio digital, bem como estabelecer pautas propositivas na imprensa, gerando credibilidade à imagem institucional.

3 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
% de engajamento nas plataformas digitais da ANA (portal e redes sociais). ¹	70%	Não Aferido	
Número de eventos que tenham a ANA como protagonista no SINGREH e setor de saneamento.	8	9	
Número de pautas positivas inseridas em veículos de grande circulação nacional.	12	12	

1. Não foi possível atualizar os dados de engajamento nas plataformas digitais da ANA por inacessibilidade das plataformas e dados em função do ataque cibernético.

18 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aprimorar a Maturidade Correcional.	Percentual de KPAS do CRG/MM.	100%	90%	
Contrato de Nova Empresa de Eventos. ¹	Número de contratos assinados.	1	0	







Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Criação da lei da fonte 183. ²	Percentual de Desempenho do projeto.	100%	21%	
Inclusão na LDO da fonte 183.	Percentual de Desempenho do projeto.	100%	100%	
Memorando de Entendimento ANA-DGA. ³	Número de atividades executadas.	9	1	
Modernização da Intranet da agência.	Intranet Lançada.	1	1	
Modernização da linguagem de comunicação da ANA e torná-la mais simplificada, através de ações focadas na aproximação com o público interno.	Número de Campanhas internas realizadas.	7	11	
Novo Projeto de Cooperação Sul-Sul. ⁴	Número de atividades executadas.	30	0	
Projeto "Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Fase III" com a República Argentina. ⁵	Número de atividades executadas.	11	1	
Reforço positivo quanto ao uso dos canais de comunicação da Ouvidoria com a sociedade. ⁶	Percentual de aumento de acessos e utilização da plataforma fala.br frente aos demais canais.	30	0	
Representação da ANA no 10º Fórum Mundial da Água (10th World Water Forum). ⁷	Número de participações, reuniões e contatos paralelos.	10	0	
Seminário sobre a autonomia das agências reguladoras. ⁸	Percentual de Desempenho do projeto.	100%	0	
Termo de Execução Descentralizada Nº 03/2016/ANA – "Fortalecimento Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos em El Salvador". ⁹	Número de atividades executadas.	8	5	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Termo de Execução Descentralizada Nº 04/2015/ANA – “Fortalecimento da Rede Hidrológica, Implementação de uma Sala de Situação e Capacitação Técnica para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Equador”.	Número de atividades executadas.	10	10	
Termo de Execução Descentralizada Nº 14/ANA/2013 – “Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos”	Número de atividades executadas.	19	40	
Termo de Execução Descentralizada Nº 18/2015/ANA – “Fortalecimento Institucional para Gestão Estratégica dos Recursos Hídricos no Suriname”.	Número de atividades executadas.	7	7	
Termo de Execução Descentralizada Nº 27/2015/ANA – “Desenvolvimento de Capacidades da Argentina e do Brasil na Área de Gestão Integrada de Recursos Hídricos”.	Número de atividades executadas.	8	8	
Representação da ANA na Conferência da Água da ONU 2023 (UN 2023 Water Conference).	Número de reuniões e contatos paralelos.	7	15	 

Principais Entraves

1. Não foi realizada nova contratação de empresa de eventos, pois foi renovado o contrato com a prestadora atual;
2. Em relação à iniciativa de criação da lei da fonte 183, em acordo firmado com o Dep. Newton Cardoso Jr., o projeto será apresentado no início de 2024;
3. O cronograma de execução das atividades do Memorando de Entendimento encontra-se em atraso devido às agendas sobrecarregadas tanto da ANA quanto da Direção Geral da Água (DGA), que integra o Ministério para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico da Espanha. A previsão de alcance da meta é em 2025;

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos









- 4. O Novo Projeto de Cooperação Sul-Sul ainda se encontra na etapa de negociações internas e externas para elaboração do documento principal e definição do plano de trabalho;
- 5. Em relação ao Projeto “Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Fase III” com a República Argentina, foi necessário o adiamento da primeira atividade presencial para 2024, devido à manifestação tardia do MIDR e, principalmente, ao veredicto da Agência Argentina de Cooperação Internacional (ACIAH), justificado por mudança de governo argentino e questões operacionais e administrativas;
- 6. Em função do ataque cibernético, o que gerou indisponibilidade dos sistemas, inviabilizou-se a apresentação de dados da Ouvidoria às UORGs, impactando o Projeto Reforço positivo quanto ao uso dos canais de comunicação da Ouvidoria com a sociedade. As visitas técnicas serão retomadas em 2024
- 7. A iniciativa estratégica da Representação da ANA no 10º Fórum Mundial da Água ainda se encontra na etapa de tratativas internas para definir sua participação;
- 8. Por decisão do Fórum de Dirigentes das Agências Reguladoras, o Seminário sobre a autonomia das agências reguladoras foi cancelado;
- 9. Apesar da Assessoria Especial Internacional - ASINT ter envidado esforços, tempestivamente, para aditivar a vigência do Termo de Execução Descentralizada - “Fortalecimento Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos em El Salvador” , isso não foi possível devido à perda de prazo pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC. Diante disso, as 8 atividades inicialmente previstas (com aumento para 9 considerando a avaliação final) não puderam ser executadas em sua totalidade, e a única pendência seria a atividade final do projeto, relativa à elaboração do relatório final de avaliação.

11 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Acompanhamento de proposições legislativas de interesse da ANA.	Quantidade de proposições cadastradas.	400	650	
Apoio e interlocução com agentes internos e externos brasileiros.	Número de demandas e articulações realizadas.	30	30	
Articulação com organismos internacionais e representações diplomáticas estrangeiras.	Número de demandas e articulações realizadas.	55	55	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Edital de Patrocínios. ¹	Número de editais de patrocínio lançados.	1	0	
Implementação e acompanhamento de projetos/acordos/protocolos/memorandos.	Número de projetos/acordos/protocolos/memorandos em execução, acompanhados pela ASINT.	8	15	
Negociação, adesão e implementação de novas iniciativas internacionais (conselhos/projetos/acordos/protocolos/memorandos).	Número de novos projetos/acordos/protocolos/memorandos (ou renovados) ou de novas parcerias internacionais institucionais firmadas.	5	5	
Organização e apoio à representação da ANA em missões e eventos internacionais.	Percentual de demandas de notas de afastamento atendidas.	100%	100%	
Exposição virtual sobre tema relevante que gerou aprendizado institucional para a gestão de recursos hídricos. (Exposição virtual: Saneamento Básico). ²	Lançamento da exposição virtual "Saneamento Básico" no portal do Centro de Memória da ANA - CMA).	1	0	
Participação em reuniões com a SEPAR. ³	Número de reuniões.	4	2	
Planejamento e acompanhamento da agenda internacional.	Percentual de reuniões e articulações com as UORGs para planejamento da agenda internacional atendidas.	100%	100%	
Visitas Técnicas com vistas à elaboração/atualização de Manual de Perguntas e Respostas. ⁴	Grau de satisfação do usuário em decorrência da diminuição percentual das demandas.	20	4	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Principais Entraves

1. Em relação aos editais de patrocínio, 6 ações de patrocínio contratadas, das 9 selecionadas. Demais ações em processo de contratação. Após término das contratações será iniciada a elaboração do próximo edital. Até o momento já foi consolidado documento com propostas da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM de aprimoramentos (melhorias de redação, estruturação, dinâmica de seleção etc.) para o próximo edital e iniciada a minuta de edital;
2. O Lançamento da exposição virtual “Saneamento Básico” no portal do Centro de Memória da ANA - não foi criada devido ao processo de licitação de empresa prestadora de serviços para o portal do Centro de Memória da ANA não ter sido finalizado;
3. As reuniões com a Secretaria Especial de Assuntos Parlamentares (SEPAR), da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), que eram semanais, foram suspensas;
4. O ataque cibernético, ocorrido em setembro de 2023, impediu que atingíssemos meta superior a estimada. As demais técnicas com vistas à elaboração/atualização de Manual de Perguntas e Respostas e elaboração de relatório pretendem-se que ocorram no primeiro semestre de 2024.

Principais Entregas

- » Representação da ANA na Conferência da Água da ONU 2023 (UM 2023 Water Conference) - ASINT;
- » Modernização da Intranet da agência - ASCOM;
- » Evolução significativa no quantitativo de KPA's atendidos pela Corregedoria, para atingimento do nível 2 de maturidade correcional - COR;
- » Projeto “Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Fase III” com a República Argentina - Assinatura do documento principal e definição quanto ao plano de trabalho - ASINT;
- » Prêmio ANA 2023 - ASCOM;
- » 1ª Jornada da Inovação ANA - ASGOV e ASCOM;
- » Formalização do Plano de Trabalho Fase II do Memorando de Entendimento com o Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália - ASINT;
- » Conclusão da implementação de 5 projetos de cooperação técnica internacional - ASINT.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 7 - Aprimorar a experiência dos usuários, facilitando e ampliando o acesso aos serviços públicos oferecidos à sociedade por meio de canal digital.


Descrição: Digitalizar os serviços ofertados à sociedade, por meio de canal digital integrado, com o objetivo de facilitar o acesso e aprimorar a experiência dos usuários em relação aos serviços públicos oferecidos pela Agência e pelos órgãos integrantes dos sistemas orgânicos que a ANA coordena.

3 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Nota de satisfação do usuário em relação ao canal digital integrado.	4	4,3	
Quantidade de serviços digitalizados em canal digital integrado.	10	12	
Quantidade de usuários frequentes no canal digital integrado. ¹	5000	954	



1. Devido ao ataque cibernético e as tratativas para retomada à normalidade (setembro à dezembro), o aprimoramento dos serviços, que torna o canal digital integrado mais atrativo, e a sua divulgação ficaram prejudicados, refletindo na baixa adesão de usuários ativos no canal.

3 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Startup Águas Brasil. (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	28%	


Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aprimoramento de sistemas de segurança de barragens. (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	33%	
Digitalização dos serviços de saneamento básico. (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	22%	

(*) Devido ao ataque cibernético e as tratativas para retomada à normalidade (setembro à dezembro), o aprimoramento dos serviços (que torna o canal mais atrativo) e a sua divulgação ficaram prejudicados, refletindo na baixa adesão de usuários ativos no canal.

1 Processo e Operação Continuada (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Índice de Capacidade em executar processo de software.	Desenvolvimento de soluções em TI. ¹	60	57	

- O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024. No último resultado, o Índice de Capacidade em executar processo de software (ProcessoSoftware) da Agência alcançou o nível intermediário (entre 40 e 69%).

Principais Entregas

- » Águas Brasil - Disponibilização do Serviço no App- STI.



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 8 - Tornar mais eficientes os processos de trabalho que sustentam as atividades da ANA.






Descrição: Aprimorar os processos de trabalho pela implementação de metodologias e tecnologias que melhorem a satisfação do usuário, o tempo de resposta ou reduzam o custo das atividades da ANA.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Número de processos aprimorados. ¹	3	3	


1. Em função do acidente cibernético, as etapas da iniciativa Aprimoramento do processo de captação e distribuição das demandas de Ouvidoria sofreram atrasos, principalmente a publicização e disponibilização no sítio eletrônico. Para acesso interno e de uso da equipe foi concluído o desenvolvimento, mas a etapa de acesso externo ficou para o ano de 2024.

6 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aprimoramento do processo de captação e distribuição das demandas de Ouvidoria. ¹	Percentual de redução de tempo de atendimento da demanda.	30	Não Aferido	
Automatização da Gestão Orçamentária.	Número de novas funcionalidades incluídas no SI-GEST.	8	10	
REGLA 4.0 (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	50%	
REGLA Nacional (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	0%	
Migração para o sistema Super-Br – SEI (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	0%	

Resultados e Desempenho da Gestão


Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Manual sobre Consultas Internas, Consultas Públicas e Audiências Públicas. ²	Número de manuais entregues.	1	0	

(*) Projetos impactados em virtude do incidente de segurança. Situação: Replanejado.

1. Em função do acidente cibernético, as etapas da iniciativa sofreram atrasos, principalmente a publicização e disponibilização no sítio eletrônico. Para acesso interno e de uso da equipe foi concluído o desenvolvimento, mas a etapa de acesso externo ficou para o ano de 2024;
2. O Manual sobre Consultas Internas, Consultas Públicas e Audiências Públicas está praticamente concluído e já está sendo usado experimentalmente. Já passou pela análise da biblioteca. Em 2024 deve ser validado pela SGE e colocado na intranet.

1 Processo e Operação Continuada (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Mapeamento e melhoria de processos estratégicos. ¹	Número de processos estratégicos melhorados.	6	3	

1. Diante da escassez de recursos humanos na equipe encarregada dos processos mapeados e aprimorados, estamos implementando medidas proativas, incluindo um TED com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Esta iniciativa visa fornecer recursos suplementares para apoiar a equipe atual e facilitar o alcance das metas estabelecidas.

Principais Entregas

- » Painéis Orçamentários funcionais – ASGOV



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 09 - Promover um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento e inovação.




Descrição: Formular e utilizar instrumentos regulatórios inovadores, tais como regulação responsiva, implementação de sandbox regulatório e induzir outras entidades a utilizá-los visando facilitar o desenvolvimento e inovação tecnológica no uso de recursos hídricos, na segurança de barragens e no setor de saneamento.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Número de iniciativas utilizando instrumentos regulatórios inovadores. ¹	1	0	


1. O indicador será aferido quando pelo menos uma das iniciativas estratégicas for finalizada: Regulação Responsiva ou Novos métodos e tecnologias.

4 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Incorporação de novos métodos e tecnologias nos processos e nas atividades de fiscalização da ANA.	Número de parcerias formalizadas.	2	2	
Desenvolvimento de métodos e ferramentas para regulação e fiscalização de usos da água na agricultura irrigada com base em geotecnologias. ¹	Percentual de execução do TED.	100%	24%	
Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras Baseadas em Modelagem Hidrológica e Sensoriamento Remoto para Monitoramento da Agricultura Irrigada no Brasil. ²	Percentual de execução do TED.	100%	12,6%	


Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Implementação da Regulação Responsiva nos processos de fiscalização da ANA. ³	Percentual de execução dos contratos balizadores da implementação da regulação responsiva nas atividades de fiscalização em 2024	100%		

1. Ted assinado em julho de 2023, cronograma ajustado para início em setembro de 2023. Trata-se de TED assinado com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE cujos trabalhos permitirão a automatização do monitoramento de áreas irrigadas. Até o momento não houve entrega de produtos e os percentuais indicam a execução física do cronograma do TED.
2. Ted assinado no final de agosto de 2023. Trata-se de TED assinado com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS para a criação de plataformas de estimativa de evapotranspiração, precipitação e irrigação a partir de dados de sensoriamento remoto e da rede hidrometeorológica, que serão disponibilizadas ao público. Até o momento não houve entrega de produtos e os percentuais indicam a execução física do cronograma do TED.
3. Atraso na seleção da entidade que apoiará a implementação da fiscalização responsiva. Os processos de contratação para apoio a implementação da regulação responsiva na ANA já foram iniciados, especialmente o que definirá os indicadores de fiscalização. Busca-se, com a incorporação da teoria da Regulação Responsiva, promover maior efetividade na atuação da Superintendência de Fiscalização na busca pela conformidade dos regulados e maior desempenho dos agentes fiscalizados.

1 Processo e Operação Continuada (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Fiscalização, em campo, de usos de recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União.	Percentual de ações de fiscalização de uso dos recursos hídricos implementadas conforme previsto no Plano Anual de Fiscalização - PAF.	70%	92%	

Principais Entregas

- » TED com o CNPq/INPE e com o IPH/UFRGS assinados, para incorporação de novos métodos e tecnologias nos processos e nas atividades de fiscalização da ANA – SFI;
- » Gestão do Estoque Regulatório - Banco de dados do estoque regulatório organizado e alinhado aos conceitos pactuados – ASREG.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 10 - Buscar a gestão integrada e participativa de recursos hídricos em áreas prioritárias.



Descrição: Implementar instrumentos de gestão integrada e participativa, regras específicas de uso da água e outras ações estratégicas em áreas prioritárias de acordo com as proposições do mapa de gestão, dos sistemas hídricos locais e das áreas de interesse para operação de reservatórios e eventos críticos.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual de implementação dos planos de ação para as bacias prioritárias. ¹	A definir	Não Aferido	



1. Os planos de ação para as Bacias Prioritárias estão em atualização. Em 2024 a meta prevista é de 40% de implementação dos Planos de Ação.

4 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Implementação da Cobrança pelo uso de recursos hídricos - RN.	Número de Estudos técnicos e subsídios para a aprovação ou revisão pelos comitês de bacias hidrográficas (CBHs) dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos elaborados e disponibilizados aos entes do SINGREH competentes.	2	3	
Garantia de repasse da totalidade dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos às Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água, conforme estabelece a Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.	Percentual de repasse dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos às Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água.	100%	100%	







Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Ampliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias interestaduais.	Número de Bacias interestaduais com a cobrança implementada.	7	7	
Elaboração de estudo técnico acerca do valor econômico da água. ¹	Número Estudos técnicos elaborados para o desenvolvimento metodológico e a proposição de normativos para o aprimoramento dos instrumentos de cobrança pelo uso da água.	1	0	

1. Atrasos no processo de seleção pela UNESCO, impactando o calendário. Contratação deve finalizar em março de 2024.

6 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Apoio a elaboração e revisão de Planos de Recursos Hídricos.	Número de planos com a elaboração/revisão apoiada.	1	1	
Formulação de programas e projetos em temas transversais.	Percentual de elaboração dos programas/projetos.	100%	100%	
Apoio ao monitoramento e avaliação da implementação de ações dos Planos de Recursos Hídricos. ¹	Percentual de bacias prioritárias com o processo de monitoramento e avaliação implementado.	40%	0%	
Avaliação de áreas de recarga prioritária em bacias hidrográficas.	Número de bacias com áreas prioritárias de recarga avaliadas.	1	1	
Gestão de Programas e Projetos.	Percentual de andamento dos projetos.	100%	100%	
Disponibilização de dados de monitoramento de águas subterrâneas. ²	Número de estações de monitoramento com dados disponibilizados no HI-DROWEB.	15	9	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

1. Bacias com o processo de monitoramento e avaliação implementado, conforme metodologia do Manual de Monitoramento da ANA: Paranapanema, Paraíba do Sul e Piancó-Piranhas-Açu. As Bacias do Uruguai, do Parnaíba, do Pardo e Iguaçu ainda não tem Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH, não sendo, portanto, possível a implementação de processo de monitoramento.
2. Das 10 estações piezométricas previstas para instalação e disponibilização dos dados de monitoramento, 09 foram concluídas com êxito, estando com os dados disponibilizados no Hidro Telemetria, desde dezembro de 2023. Faltou 01 poço de monitoramento para construção, uma vez que os 09 construídos atingiram a metragem total prevista em contrato, pois alguns poços tiveram profundidades maiores que o previsto, reduzindo, dessa forma, o quantitativo final.

Principais Entregas

- » Definição dos Usos insignificantes no CBH Grande – SAS;
- » Definição de mecanismo de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias interestaduais – SAS;
- » Elaboração de Tabela de preços públicos unitários (PPUs) por setor usuário – SAS;
- » Garantia de repasse da totalidade dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos às Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água - Formulários de Solicitação de Transferência de Recursos às Entidades Delegatárias preenchidos e tramitados – SAS;
- » Foi elaborado o Pacto pela Governança da Água. Foi realizado um diagnóstico das ações da ANA nas UFs e criado um site com a cartilha e um Painel Interativo. O Pacto foi lançado pela ANA em evento do Dia Mundial da Água em 16/03/2023. A Resolução que cria o Pacto foi publicada em 26/04/23. Todas as UFs já assinaram o Pacto. Já foram realizadas 21 oficinas para elaboração dos Planos de Ações - SPP.



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 11 - Contribuir para a sustentabilidade financeira de infraestruturas hídricas.

Descrição: Formular e propor mecanismos para garantir a sustentabilidade financeira da operação, manutenção e segurança das infraestruturas hídricas.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Número de estudos/atos regulatórios para promover a sustentabilidade financeira. ¹	2	1	

1. Publicada a Resolução nº 168, de 28 de novembro de 2023, que dispõe sobre as condições gerais de prestação do serviço de adução de água bruta pela Operadora Federal do PISF. Vale destacar a assinatura do TED nº 06/2023/ ANA junto à Universidade Federal do Ceará, para "Revisão, desenvolvimento e aprimoramento da regulação dos serviços hídricos no Brasil". A previsão inicial era de publicação do primeiro produto ainda em 2023, o que não se concretizou em função de imprevistos durante a fase de instrução do processo.

1 Iniciativa Estratégica (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aperfeiçoamento dos sistemas de outorga. ¹	Quantidade de demandas de evolução implementadas e em funcionamento de acordo com o esperado / Quantidade total de demandas de evolução criadas.	85	30	

1. A disponibilização do Sistema REGLA 4.0 está prevista para 2024. Seu desenvolvimento está ocorrendo, com entregas parciais já realizadas, e será concluído após disponibilização dos sistemas de regulação de usos de recursos hídricos, que ficaram indisponíveis devido ao ataque cibernético sofrido pela ANA em 26 de setembro de 2023. Em 18/12 o sistema Regla retomou seu funcionamento, já no ambiente Serpro. A aferição de 30% se deve aos 20% aferidos em setembro, antes do ataque cibernético e indisponibilidade do sistema, e mais 10% correspondente ao que foi desenvolvido via Serpro-STI-SRE.




Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 12 - Fortalecer o SINGREH considerando as diversidades regionais.

Descrição: Coordenar, estabelecer e implementar estratégias voltadas ao fortalecimento institucional e à sustentabilidade financeira dos entes do SINGREH, por meio de apoio técnico, capacitação e compartilhamento de informações, consideradas as diversidades regionais.

3 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Número de estudos técnicos e subsídios para aprovação ou revisão dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos disponibilizados aos entes do SINGREH.	2	8	
Número de unidades da federação que assinam o contrato do 3o ciclo do PROGESTÃO. ¹	18	14	
Percentual de Entidades Delegatárias de funções de agência de água com nota geral superior a 9 (nove) na avaliação anual feita pela CAV. ²	100%	80%	

- Foram realizadas 18 Oficinas de Introdução ao 3o Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão. 14 contratos foram assinados (PB, MT, SE, RO, AL, AM, ES, PE, RN, TO, GO, PR, MS e RS). Processos da contratação da BA, PI, MA e AC encontram-se com previsão de conclusão em 2024.
- 4 entidades delegatárias de funções de agência de água tiveram desempenho "ótimo" (nota acima de 9,0) na execução dos contratos de gestão das quais são signatárias, e 2 entidades tiveram desempenho considerado "bom" (nota entre 7 e 9). A SAS acompanha a execução dos contratos de gestão por meio dos fiscais designados por portaria e por meio da COAED.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

6 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Fortalecimento da gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas interestaduais e aprimoramento dos arranjos institucionais com vistas à descentralização e participação.	Percentual de Bacias hidrográficas interestaduais com arranjo institucional aprimorado.	50%	50%	
Pacto pela Governança da Água.	Percentual de estados com instrumento assinado para aprimorar a capacidade para a gestão de recursos hídricos, da regulação dos serviços de saneamento e da gestão, operação e manutenção da infraestrutura hídrica.	100%	100%	
Fortalecimento da capacidade das Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água para execução das funções técnico-executivas, operacionais, administrativas e financeiras, previstas no âmbito dos contratos de gestão. ¹	Número de Entidades Delegatárias de funções de agência de água com nota geral superior a 9 (nove) na avaliação anual feita pela CAV.	100	80	
Gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas. ²	Percentual da área do País analisada.	100%	30%	
Planos Integrados de Recursos Hídricos. ³	Percentual de bacias prioritárias para a elaboração/revisão de Planos, definidas no PNRH (2022-2040), com Planos Integrados de Recursos Hídricos.	100%	25%	
Metodologia de precificação e valoração da água. ⁴	Publicação da metodologia oficial.	1	0	





1. 4 entidades delegatárias tiveram desempenho "ótimo" (nota acima de 9,0) na execução dos contratos de gestão das quais são signatárias, e 2 entidades tiveram desempenho considerado "bom" (nota entre 7 e 9). A SAS acompanha a execução dos contratos de gestão por meio dos fiscais designados por portaria e por meio da COAED.
2. Para o ano de 2024 está prevista a aplicação da metodologia nas bacias: Tapajós, Madeira, Xingú, Paranaíba e Parnaíba. A delimitação da área de contribuição das estações fluviométricas foi concluída no período e teve início a avaliação, porém foi interrompida em decorrência do ataque cibernético uma vez que o mesmo inviabilizou o uso da base do Hidro e do ArcGis.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos



- Até 2026 são previstos no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) a elaboração/revisão dos Planos Integrados de Recursos Hídricos - PIRHs das bacias do Doce, Parnaíba, Paranaíba, São Francisco e Uruguai. A revisão do PIRH da bacia do rio Doce foi concluída, com a aprovação do plano pela plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica - CBH Doce em 18/8/2023. Foi publicado, no início de agosto, pela ED ABHA da Bacia do Paranaíba, o edital para contratação da revisão do PRH. O certame foi concluído com a contratação do consórcio Engecorps/Profill. Foi iniciado o trabalho dos consultores contratados para o apoio à revisão do PIRH Grande, com a continuidade das discussões sobre a revisão com os CBHs afluentes da bacia do Rio Grande. Com relação ao Parnaíba, foi realizada oficina de planejamento com os membros empossados do Comitê para capacitação sobre planos e discussão das diretrizes para o termo de referência para contratação do plano.
- Coordenação responsável pela metodologia de precificação e valoração da água foi criada em 2023 e, portanto, a maturação dos processos e estudos dentro da coordenação levou à dilatação do prazo de entrega. Atualmente a nota técnica sobre valoração da água em fase de avaliação dentro das coordenações da SHE.

6 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Portal de Educação e Capacitação para gestão e regulação de recursos hídricos e saneamento básico de forma a promover a gestão do conhecimento. ¹	Portal de Educação e Capacitação para gestão e regulação de recursos hídricos e saneamento básico disponível no site da ANA.	1	0	
Ampliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos estados da federação.	Estados da federação com a cobrança implementada.	7	6	
Ações para a inserção do tema água nas escolas, a partir do desenvolvimento de materiais pedagógicos e soluções educacionais sobre gestão de recursos hídricos voltados para a formação de professores, de gestores públicos e à comunidade escolar. ²	Estratégia elaborada para o fomento da inserção da temática da água nos currículos escolares.	1	0	
Ações voltadas ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação por meio de programas estruturados e em rede de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado). ³	Rede do ProfÁgua ampliada para os 27 estados da federação com a oferta de vagas anuais de mestrado profissional em gestão e regulação de recursos hídricos e saneamento.	27	0	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Elaboração de diagnóstico dos aspectos legais, administrativos e financeiros para fortalecer o apoio executivo aos comitês de bacias hidrográfica. ⁴	Termo de referência elaborado para contratação do estudo de diagnóstico do modelo atual de Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água e identificação das alternativas de Agências de Água.	1	0	
Elaboração de plano de ações para a implementação de iniciativas de educação ambiental e capacitação em bacias compartilhadas, de forma integrada com a União, estados e municípios.	Percentual de implementação de planos de capacitação de comitês de bacia hidrográficas.	45%	45%	

1. O Portal de Educação e Capacitação para gestão e regulação de recursos hídricos e saneamento básico desenvolvido na parceria com a Escola Nacional de Administração Pública -Enap para os cursos EAD e outros não atendeu às necessidades da CCAPS/SAS e foi necessário reiniciar o processo de desenvolvimento. O Portal está em desenvolvimento e será lançado no primeiro semestre de 2024.
2. Foram realizadas várias ações para a estratégia de inserção do tema água nas escolas, como o encontro de integração, aprovação do mérito do ACT com o MEC, diversas reuniões, conclusão do Material do Akauana.
3. Foi assinado o ACT e no novo TED que prevê os recursos para a ampliação oferta de vagas anuais de mestrado profissional em gestão e regulação de recursos hídricos e saneamento. A ampliação total somente ocorrerá em 2024 após processos de seleção das universidades.
4. A Elaboração de diagnóstico dos aspectos legais, administrativos e financeiros para fortalecer o apoio executivo aos comitês de bacias hidrográfica foi reprogramada para 2024 e se justifica pela necessidade de melhor definição de escopo do estudo a ser contratado.

Principais Entregas

- » Relatório Anual de Avaliação Preliminar dos Resultados do Contrato de Gestão – SAS;
- » Pacto pela Governança da Água - Cartilha com o portfólio de ações da ANA- SPP;
- » Relatórios Anuais de Avaliação Final dos Resultados do Contrato de Gestão encaminhados às Entidades Delegatárias, aos Comitês de Bacia Hidrográfica, ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – SAS;
- » 27 UFs assinaram os termos de adesão ao Pacto pela Governança da Água – SPP;
- » Realizadas 21 oficinas com os estados para elaboração dos planos de ações - Pacto pela Governança da Água – SPP;
- » Pactuados os planos de ação com MG e CE - Pacto pela Governança da Água – SPP;
- » Adesão de 18 estados ao 3o ciclo do Progestão, programa de fortalecimento da atuação da União e dos Estados na gestão dos recursos hídricos – SAS.


Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos



OE 13 - Aprimorar o modelo de regulação com vistas à qualidade e segurança dos serviços.

Descrição: Realizar a regulação dos serviços públicos de irrigação, em regime de concessão, e de adução de água bruta, incorporando inovações e buscando garantir a sustentabilidade financeira, a qualidade e a segurança dos serviços.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual de volume água fornecida em relação ao planejado nos serviços regulados.	70%	91%	

2 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Gestão do estoque regulatório.	Percentual de avanço do projeto.	75%	74%	
Desenvolvimento de procedimentos, metodologias, normas e instrumentos para regulação dos usos de recursos hídricos, considerando as especificidades dos setores hidro-dependentes. ¹	Quantidade de procedimentos, metodologias, normas e sistemas propostos.	4	1	

- Foi consolidada proposta pela SRE, em 18 de agosto de 2023, de consolidação e atualização das Resoluções 131/2003, 25/2012, 463/2012 e 1.343/2013 relacionadas à Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e outorgas de recursos hídricos de aproveitamentos hidrelétricos em rios de domínio da União e encaminhada para manifestação da Assessoria Especial de Qualidade Regulatória (ASREG). Após manifestação da ASREG em outubro de 2023, a proposta foi tramitada para a Procuradoria Federal junto à ANA (PFA) em novembro de 2023, que se manifestou por meio de Parecer em 27 de novembro de 2023, solicitando apresentação pela SRE de ato normativo consolidado, o que foi providenciado e tramitado novamente à PFA em 5/12/2023. PFA se manifestou via Parecer 264/23. Serão avaliadas e consolidadas na norma proposta as sugestões da PFA e ASREG e, após, será tramitada a proposta consolidada à ASREG, para avaliação complementar daquela Assessoria conforme Nota Técnica 13/2003/COAIR/ASREG). Previsão para conclusão: 2024/2025.



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 14 - Promover a gestão e regulação de recursos hídricos, segurança de barragens e a harmonização regulatória para o setor de saneamento básico.


Descrição: Realizar de forma integrada a gestão participativa e a regulação dos usos múltiplos de recursos hídricos visando assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos usos múltiplos, incorporando inovações de procedimentos e de tecnologia da informação. Editar normas de referência que busquem a harmonização regulatória do saneamento básico, considerando as diferenças regionais e a adoção pelas entidades reguladoras infranacionais gerando segurança jurídica e estabilidade regulatória para fins da universalização dos serviços. Regular a segurança das barragens de usos múltiplos e implementar o SNISB, elaborar o RSB e promover a articulação institucional entre os órgãos fiscalizadores de Barragens.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Número de pessoas capacitadas na gestão e regulação de recursos hídricos, no saneamento básico e na segurança de barragens. ¹	25000	29354	


1. No ano de 2023 ofertamos 125 ações de capacitação, diretamente ou em parceria com outras OURG's, com cerca de 29.354 pessoas capacitadas, dentre cursos EAD, Oficinas, seminários.

2 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Programa de Qualidade Regulatória da ANA (Revisão da Resolução nº 86/2018 e da Resolução nº 102/2021)	Percentual de avanço do projeto.	55%	66%	






Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Integração do Monitoramento e Avaliação de Resultado Regulatório - M&ARR à atividade de elaboração normativa da ANA. ¹	Percentual de avanço do projeto.	50%	37%	





1. O projeto está progredindo conforme o esperado. Embora esteja um pouco atrasado em comparação com o cronograma original, esse atraso é justificado pela priorização de outra atividade que é fundamental para o avanço das etapas subsequentes do projeto. Além disso, o projeto tem sido objeto de ampla discussão e refinamento dentro da equipe da ASREG, o que tem exigido várias reuniões de debate.

9 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Água Limpa e Saneamento. ¹	Número de indicadores previstos pelas agências de custódia da ONU atualizados.	11	9	
Análise e divulgação de dados sobre a qualidade da água.	Percentual de Unidades da Federação que produzem dados de monitoramento que tem suas informações divulgadas nos canais da Agência.	100%	88%	
Conjuntura e Gestão da Informação. ²	Manutenção das bases de dados públicas e seus metadados.	1	0	
Desenvolvimento de metodologia e catálogo de parâmetros para valores de referência da água. ³	Publicação da metodologia e dos valores regionalizado de referência da água.	1	0	
Elaboração de propostas de Enquadramento.	Percentual de propostas de enquadramento elaboradas em relação à meta no horizonte de curto prazo (2026), conforme definido no PNRH.	100%	100%	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Estudos Hidrológicos dos recursos hídricos. ⁴	Publicação	1	0	
Estudos Hidrológicos dos recursos hídricos – BHO. ⁵	Publicação BHO.	1	0	
Monitoramento e revisão da Agenda Regulatória. ⁶	Percentual de avanço do projeto.	100%	0	
Suporte da ASREG na elaboração de AIR.	Índice de suporte da AS-REG em AIR.	100%	100%	

1. Entrega dos indicadores previstos pelas agências de custódia da ONU 6.5.1, 6.3.2, 6.4.1 e 6.4.2. Os indicadores 6.a.1 e 6.b.1 não serão atualizados em 2023, devido ao cronograma das respectivas agências de custódia, que prevê atualização em 2024.
2. Em relação à manutenção das bases de dados públicas e seus metadados, não foi possível verificar o desempenho devido ao incidente de segurança cibernética.
3. Publicação da metodologia e dos valores regionalizados de referência da água estão em fase de ajustes finais da Nota Técnica sobre precificação e valoração da água.
4. Em relação aos Estudos Hidrológicos dos recursos hídricos, a ANA fez uma avaliação preliminar do RCO e encaminhou à UFPR para ajustes. O RCO ajustado foi encaminhado à ANA e está em avaliação para encerramento formal do TED.
5. Publicação da Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO) está em fase final de revisão do manuscrito da metodologia e criação dos termos de referência para as ferramentas para estimativa de disponibilidade hídrica.
6. Sugestões de ajustes para a revisão ordinária da Agenda Regulatória - AR consolidadas, atualizado o monitoramento dos temas da AR com base no andamento dos processos no sistema Próton. Nota Técnica com análise da RO concluída. Ataque cibernético sofrido pela ANA suspendeu o acesso ao Próton, causando atraso na consolidação das respostas das UORG.



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 15 - Aperfeiçoar o sistema de governança, buscando benefícios efetivos à sociedade.





Descrição: Institucionalizar os comitês temáticos que comporão o sistema, aprimorar a política de governança e desenvolver medidas com vistas ao fortalecimento da liderança, da estratégia e dos controles para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, incluindo ações preventivas que promovam a integridade.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG TCU). ¹	76	Não aferido	

1. O IGG do TCU é apurado por meio de questionário de autoavaliação. O último índice refere-se ao ano de 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024.

4 Iniciativas Estratégicas (IE)




Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Estrutura Organizacional para Governança e Gestão da Proteção de Dados Pessoais.	Percentual de estrutura organizacional viabilizada pela Diretoria Colegiada.	60%	60%	
Mecanismos de Governança de TI.	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	80%	
Diagnóstico de maturidade de governança e gestão de TI com base no IGOVTI (TCU)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	80%	
Projeto de Análise da Governança Regulatória da ANA, pela OCDE. ¹	Número de workshops realizados.	0	0	

1. Os workshops estão planejados para ocorrerem no segundo semestre de 2024. O cronograma original prevê a entrega do Relatório Final no primeiro semestre de 2024. Foi agendada reunião preparatória entre a ANA e a OCDE para o lançamento do relatório em 28/02 de 2024.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

3 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Gestão do Sistema de Governança da ANA. ¹	Número de reuniões ordinárias do Comitê de Governança.	2	2	
Gestão e Governança de TIC. ²	iGov – Índice de Governança e Gestão de TI.	77	Não Aferido	
Monitoramento e avaliação da estratégia. ³	Número de reuniões de avaliação da estratégia realizadas por ano	3	2	

1. O novo sistema de governança foi aprovado. RESOLUÇÃO ANA Nº 167 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023
2. O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGO e a próxima avaliação está prevista para 2024. No último resultado, o Índice de Governança e Gestão de TI da Agência alcançou o nível aprimorado (entre 70 e 100%)
3. Inicialmente a 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE estava prevista para ser realizada no mês de outubro, mas em função do incidente cibernético, foi cancelada. Incidente cibernético impossibilitou o andamento normal dos trabalhos das unidades. A RAE foi realizada no mês de dezembro/23.

Principais Entregas

- » Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações da ANA publicado – STI;
- » Diagnóstico da Maturidade de Governança de TIC (iGOV) realizado – STI;
- » Projeto de Análise da Governança Regulatória da ANA, pela OCDE – Entrega do Relatório com as Recomendações dos Pares – ASGOV;
- » Novo Sistema de Governança da ANA – SIGOV – Resolução Nº 167 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. – ASGOV.




Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 16 - Fomentar a cultura da gestão de riscos, de integridade, da segurança da informação e proteção de dados.





Descrição: Promover ações contínuas de conscientização e sensibilização voltadas ao desenvolvimento de habilidades em gestão de riscos, integridade, segurança da informação e proteção de dados.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Índice de conscientização em gestão de riscos, de integridade e da segurança da informação - pesquisa interna. ¹	A definir	Não Aferido	




1. Minuta de Formulário de levantamento de riscos à integridade elaborado pela CGINT/COR aguardando definição da modelagem do índice em articulação com SAF/ASGOV e STI.

7 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Ampliar a percepção da COR como instância de prevenção à infrações disciplinares.	Número de agentes públicos participantes.	500	823	
Avaliar e contribuir com os processos de governança, gestão de riscos e controles internos da ANA. ¹	Número de auditorias e consultorias realizadas nas UORGs da ANA previstas no PAINT.	13	9	
Avaliar e contribuir com os processos de governança, gestão de riscos e controles internos das Entidades Delegatárias relacionadas aos Contratos de Gestão (TCU). ²	Número de auditorias realizadas nas Entidades Delegatárias previstas no PAINT.	5	3	
Fomentar a cultura de Segurança da Informação.	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80%	80%	




Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Avaliar e contribuir com os processos de governança, gestão de riscos e controles internos da ANA. ³	Recomendações implementadas pelas UORGs ANA no exercício.	135	24	
Aprimoramento da gestão do programa de integridade. ⁴	Percentual de servidores com participação ativa nas medidas preventivas de integridade desenvolvidas no plano de integridade.	25	0	
Aprimorar a cultura organizacional sobre conduta íntegra e seus regramentos. ⁵	Percepção de integridade.	8	Não Aferido	


1. A AUD tem ao todo 12 auditorias e 1 Consultoria realizadas nas UORGs da ANA para o ano. Foram concluídas 7 auditorias e outras 2 só não foram concluídas, por causa do ataque cibernético que atingiu toda a rede interna e diversos sistemas da ANA, o que inviabilizou as suas conclusões, reduzindo o percentual.
2. A AUD tem como meta auditar 5 Entidades Delegatárias. Dessas 3 já foram concluídas. As outras duas sofreram impacto relacionado ao bloqueio do acesso a rede interna onde se encontravam os arquivos das auditorias em curso em 2023. Cabe ainda registrar que 1 delas encontra-se em fase final de elaboração do relatório de auditoria e plano de ação e a outra foi comprometida por causa do ataque cibernético.
3. No ano de 2023 temos 135 recomendações implementadas pelas UORGs da ANA em monitoramento. Dessas, 3 foram canceladas, 24 concluídas e 108 ainda estão pendentes de solução. Cabe ressaltar que dessas 108, 13 delas já foram encaminhadas para análise desta auditoria e, ou serão concluídas ou devolvidas às áreas para complementação da informação.
4. Incidente cibernético impactou na divulgação de campanhas e levantamento de dados do Aprimoramento da gestão do programa de integridade.
5. Em relação à iniciativa de Aprimorar a cultura organizacional sobre conduta íntegra e seus regramentos, foi criado e desenvolvido o Programa Saber de COR. Fomentar a ressignificação da matéria disciplinar a partir de uma perspectiva preventiva (regenerativa) e não apenas punitiva (adversarial).

4 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Plano Anual de Auditoria Interna da ANA (PAINT).	Número de PAINT elaborado.	1	1	
Relatório Anual de Auditoria Interna da ANA (RAINT).	Número de Raint elaborado.	1	1	
Gestão da segurança da informação. ¹	ProcessoSegInfo – Processo de Segurança da Informação (iGG/TCU)	612	Não Aferido	

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Processo Administrativo de Responsabilização de entes privados. ²	Juízos de admissibilidade realizados.	2	0	

- O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024. No último resultado, o Índice de Capacidade em estabelecer processos e atividades para a gestão da TI (ProcessoSegInfo) da Agência alcançou o nível intermediário (entre 40 e 69%).
- Não foram recebidas comunicações de atos lesivos à ANA. Não foram identificados juízos de admissibilidade realizados ou pendentes.

Principais Entregas

- » Relatório de Auditoria nas Demonstrações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis entregue – AUD
- » Programa de Integridade ANA INTEGRA lançado – COR
- » Rede de Corregedorias das Agências Reguladoras Federais – CORAGE instituída – COR
- » Concepção e implementação do Programa Saber de COR – que visa ampliar a percepção da Corregedoria como instância de prevenção à infrações disciplinares – COR






Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 17 - Prover infraestrutura tecnológica e suporte logístico de alto desempenho.

Descrição: Garantir infraestrutura logística, de tecnologia da informação e comunicação suficientes para atender as necessidades estratégicas definidas como prioridades para possibilitar maior eficiência e eficácia aos processos internos da ANA.


3 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Percentual Disponibilidade de serviços e sistemas. (*)	99%	80.83%	
Percentual de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação provida - Alta Prioridade. ¹	70%	43%	
Satisfação do usuário.	80%	91.27%	

(*) O resultado apresentado considerou a indisponibilidade dos serviços e sistemas devido ao incidente cibernético e que acarretou a total indisponibilidade de serviços e sistemas nos meses de outubro e novembro e indisponibilidade parcial no mês de dezembro.



1. A meta a ser alcançada no ano de 2023 era de pelo menos 70% das contratações estabelecidas como prioridade alta, ocorre que, devido ao incidente cibernético, ocorreu um atraso em relação ao estabelecido. Das 8 (oito) contratações, previstas para finalizarem no 2º semestre de 2023, apenas 3 (três) foram efetivadas. Salientando que, dentre as 9 (nove) contratações listadas, 2 delas (duas) foram realizadas em um mesmo procedimento licitatório, sendo elas: aquisição de licenças Microsoft e Azure, totalizando assim 8 no total geral.

3 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Modernização e reestruturação da infraestrutura local e serviços de TIC (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80	50	





Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Modernização e reestruturação da infraestrutura local e serviços de TIC (*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80	0	
Modernização do parque tecnológico com foco nos usuários finais.(*)	Percentual de Cumprimento de Cronograma no Prazo.	80	0	

(*) Projetos impactados em virtude do incidente de segurança. A contratação da Multinuvem (SERPRO) será replanejada.

4 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Desenvolvimento de Soluções de TI. ¹	ProcessoSoftware (iGG).	60	Não Aferido	
7ª Listagem de Eliminação de Documentos elaborada e encaminhada para aprovação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPADOC. (Portaria ANA nº 272, de 29 de julho de 2022).	Listagem aprovada pela CPADOC no segundo ano.	50	80	
Gestão de infraestrutura de TI.	Percentual de disponibilidade de serviços e sistemas.	90%	80.83%	
Contratações de bens e serviços de TIC. ²	iGestContratosTI – índice de capacidade em gestão de contratos de TI.	90%	Não Aferido	

- O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024. No último resultado, o Índice de Capacidade em executar processo de software (ProcessoSoftware) da Agência alcançou o nível intermediário (entre 40 e 69%).
- O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024. No último resultado, o Índice de Capacidade em Gestão de Contratos de TI da Agência alcançou o nível aprimorado (entre 70 e 100%).







Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 18 – Executar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Descrição: Otimizar a execução dos recursos orçamentários e financeiros, por meio do planejamento de priorização de projetos, da melhoria do processo de seleção e contratação de bens e serviços, da utilização de banco de projetos (oportunidades) e coleta sistematizada de informações.

4 Indicadores Estratégicos

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Contratações do PCA- Plano de contratações Anual. ¹	80%	Não Aferido	
Execução orçamentária financeira. ²	90%	96%	
IGov (IGG TCU). ³	0,62	Não Aferido	
Percentual de redução de restos a pagar – RAP. ⁴	5%	10.82%	



1. O Plano de contratações Anual - PCA executado em 2023 foi elaborado em 2022, quando a estrutura administrativa da Agência apresentava-se diversa da atual. No início de 2023 foi implementado o novo organograma da ANA, com a fusão de áreas, criação de novas Superintendências, e redistribuição de competências entre as UORGs, o que impactou bastante o planejamento das contratações, originalmente previstas e atribuídas a unidades organizacionais que foram extintas, impossibilitando a análise do indicador. Ainda, com a ocorrência do incidente cibernético em outubro/2023, vários sistemas da ANA ficaram inoperantes, dentre eles nosso Sistema de Planejamento Orçamentário (SISPLANA), Sistema de Protocolo, dentre outros, afetando inclusive os desktops de servidores.
2. Em relação a execução orçamentária financeira, foram empenhados até dezembro/2023, o montante de R\$ 208.097.286 (excluído pagamento de pessoal, benefícios e repasse da fonte 1016) nas fontes 1000 e 1071, equivalente ao percentual de 96%. Cabe ressaltar que por força da PORTARIA GM/MPO Nº 399, de 23 de dezembro de 2023 a ANA sofreu bloqueio de limite de empenho no valor de R\$ 32.955.714, inviabilizando assim a demonstração exata do percentual de execução orçamentária no exercício.
3. O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESG e a próxima avaliação está prevista para 2024.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

4. Em relação ao Percentual de redução de restos a pagar – RAP, tivemos um aumento nominal das inscrições em restos a pagar de 2022 para 2023 foi da ordem de 10,82%. O referido aumento percentual apresentado deveu-se, em certa medida, ao incidente cibernético que afetou as atividades da Agência no período de outubro a dezembro de 2023 e acarretou o replanejamento das prioridades de aquisição, principalmente daquelas associadas à TIC. Ainda, ressalta-se a demora da SOF na liberação dos pedidos de remanejamento orçamentário entre ações e entre tipos de despesa, solicitado em setembro e liberado apenas em dezembro do exercício.

2 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Gestão Orçamentária.	Percentual de execução do orçamento.	100%	96%	
Contratações de bens e serviços de TIC. ¹	Índice de capacidade em gestão de contratos de TI – IGESTTI (TCU).	90%	Não Aferido	

1. O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024. No último resultado, o Índice de Capacidade em Gestão de Contratos de TI da Agência alcançou o nível aprimorado (entre 70 e 100%).

Principais Entregas

- » Foram emitidos 47 boletos de cobrança por infração das normas de recursos hídricos, no valor de R\$ 478.799,48 mil, referente a multa simples e diárias. A receita realizada oriunda da aplicação de multas por infração de uso de recursos hídricos alcançou R\$ 16.917,99 mil. Este valor representa apenas 3,53% do montante financeiro associado. A inscrição em dívida ativa relativa à infração das normas de uso de recursos hídricos alcançou o montante de R\$ 714.080,00 mil no período de 2018 a 2023. – SAF.



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 19 - Promover a contínua melhoria no ambiente organizacional.


Descrição: Desenvolver ações que promovam o engajamento, a motivação pessoal, o clima organizacional, a melhoria do programa de gestão e a qualidade de vida no trabalho.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Índice de satisfação das pessoas. ¹	A definir	Não Aferido	

1. Aguardar a decisão da Diretoria Colegiada quanto à transformação dos cargos previstos na Lei nº 14.724/2021, alterada pela Lei nº 14.724, de 14/11/2023, para posterior pesquisa interna sobre o índice de satisfação das pessoas.

1 Processos e Operações Continuadas (POC)

POC	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Manutenção do sistema do programa de gestão de pessoas.	Percentual de aprimoramento do sistema.	100%	40%	

1. Dificuldades tecnológicas. Alteração na Instrução Normativa relativa ao Programa de Gestão e Desempenho no âmbito federal. Alteração do sistema em decorrência da alteração normativa. O aprimoramento do sistema do Programa de Gestão e Desempenho - PGD encontra-se em fase de conclusão para disponibilização do ambiente de produção do novo sistema, para testes pelos usuários administradores.

Principais Entregas

- » 21 processos de contratação, sendo: 20 pregões eletrônicos e 01 concorrência (tipo técnica e preço). No que diz respeito ao resultado dos pregões realizados, 15 foram homologados - SAF



Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

OE 20 - Implantar a gestão estratégica de pessoas.




Descrição: Aperfeiçoar o desenvolvimento de lideranças e talentos, instituindo ferramentas de reconhecimento, promoção, remoção e aprimoramento da força de trabalho, com vistas a adequada alocação de pessoal de forma a compatibilizar competências e quantitativos suficientes para garantir o atendimento às demandas institucionais.

1 Indicador Estratégico

Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
IGest Pessoas (IGG TCU). ¹	0,46	Não Aferido	

1. O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024.

3 Iniciativas Estratégicas (IE)

Iniciativa Estratégica	Indicador	Meta	Resultado em 2023	Situação
Aprimoramento do sistema do programa de gestão de desempenho. ¹	Percentual de aprimoramento do sistema do programa de gestão.	100%	40%	
Desenvolvimento de política de movimentação interna de servidores e colaboradores. ²	Política de mobilidade interna implantada.	1	0	
Elaboração de programa de desenvolvimento de lideranças. ³	Percentual de líderes capacitados.	25	0	

1. O aprimoramento do sistema do Programa de Gestão e Desempenho - PGD encontra-se em fase de conclusão para disponibilização do ambiente de produção do novo sistema, para testes pelos usuários administradores em 2024.
2. A política de movimentação interna de servidores e colaboradores será desenvolvida após a conclusão do projeto de dimensionamento da força de trabalho, objeto do TED nº 9 entre ANA e UnB, que encontra-se hoje 95% concluído, com final previsto para março de 2024.

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos

3. A contratação da Fundação Dom Cabral - FDC, instituição promotora dos eventos de desenvolvimento dos líderes da ANA, com extrato de inexigibilidade de licitação publicada em 28/11/2023, com reunião de alinhamento e definição de cronograma do programa agendada para o dia 20/12/2023, com início dos treinamentos em fevereiro 2024.

Principais Entregas

- » Contratação da Fundação Dom Cabral para implementar o Desenvolvimento de Liderança - SAF;
- » Programa de Seleção para Participação em Pós-Graduação. O edital de processo seletivo interno para participação de servidores no Programa de Formação Avançada da ANA foi aprovado, por meio da Portaria nº 499, de 23 de junho de 2023, com vagas para cursos de Pós-Graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) para o exercício de 2023 e 2024 - SAF;
- » Publicada a Portaria MGI nº 3.764, de 2023, que autoriza a realização de concurso público para o provimento de 40 (quarenta) vagas para o cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, e estamos em fase de contratação da Banca Organizadora – CEBRASPE - SAF;
- » Evento do Dia do Servidor e Portaria de Reconhecimento - SAF.





RELATÓRIO DE
**GESTÃO
E ATIVIDADES**
2023